

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE MESTRADO**

**LAUDYSLAINE NATALI SILVESTRE DE MOURA**

**A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PERNAMBUCO (ADUFEPE) NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA  
(1975-1984)**

**RECIFE**

**2018**

**LAUDYSLAINE NATALI SILVESTRE DE MOURA**

**A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PERNAMBUCO (ADUFEPE) NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA  
(1975-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva

**RECIFE**

**2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Katia Tavares, CRB-4/1431

M929c Moura, Laudyslaine Natali Silvestre de.  
A criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) no contexto da abertura política (1975-1984) / Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. – Recife, 2018.  
173 f. : il.

Orientador: André Gustavo Ferreira da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.  
Programa de Pós-graduação em Educação, 2018.  
Inclui Referências.

1. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco.  
2. Universidades e Faculdades – Corpo docente. 3. UFPE - Pós-graduação. I. Silva, André Gustavo da Ferreira da. II. Título.

378.8134 (22. ed.) UFPE (CE2018-82)

**LAUDYSLAINE NATALI SILVESTRE DE MOURA**

**A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PERNAMBUCO (ADUFEPE) NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA  
(1975-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 31/08/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva - Presidente

---

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro  
(Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Edilson Fernandes  
(Examinador Interno)

Àqueles que me deram amor, apoio e investiram em meus sonhos: meus pais - José Silvestre e Ladjane -, meu irmão - Júnior -, e meu noivo - Breno.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador dos céus e da terra, autor da vida e razão do meu viver, que com sua graça e misericórdia me abençoou, guiou meus passos, intuiu minhas decisões e me concedeu a oportunidade de chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai José Silvestre, pelos conselhos, por todo amor, apoio e cuidado que teve comigo, e por me encorajar a lutar para conquistar meus objetivos. Minha mãe Ladjane, pelo amor, apoio e incentivo, e principalmente, pelas orações a Deus por minha vida. Meu irmão, Júnior, que sempre confiou em mim e me ajudou nos momentos que precisei.

Agradeço ao amor da minha vida, meu noivo Breno, por todo o amor, compreensão e cuidado, e por estar ao meu lado me incentivando, e sonhando comigo a conquista desta vitória. Agradeço, também, ao seu pai Cleodon, que não poderá compartilhar mais desse momento conosco, pois nos deixou e foi morar no céu; e a sua mãe Gezé, pelo apoio, carinho e confiança.

Agradeço ao meu orientador Professor André Ferreira por me acolher, acreditar e confiar em mim. Sua atenção, paciência, compromisso e disposição foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sou agradecida imensamente por suas orientações, que foram essenciais para minha vida acadêmica. Ao seu lado aprendi que se faz pesquisa científica com responsabilidade e empenho.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação (PPGE) da UFPE, como, também, agradeço ao Núcleo de Teoria e História da Educação, que recebeu minha pesquisa.

Agradeço às mestrandas e aos mestrandos da Turma 34, que compartilharam comigo essa trajetória. Especialmente, agradeço a Marcella, Camila, Elaine, Nathaly e Carol.

Agradeço às minhas amigas de longas datas, Elys, Elaine, Joane e Maria Priscila, pela amizade, carinho e incentivo.

Agradeço à Associação de Docentes da UFPE, Adufepe, pelo acolhimento, disponibilidade e atenção para com esse trabalho.

Agradeço aos docentes entrevistados, Gadiel Perrusi, Cecília Lithg, Sérgio Sette, André Furtado, Silke Weber, Paulo Rubem Santiago e José Batista Neto, pela disponibilidade e pelas riquíssimas contribuições dos depoimentos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa recebida, possibilitando a permanência na Pós-Graduação, e com isso, a conclusão deste trabalho.

“A este tipo de conexão, estabelecendo entre várias posições  
uma relação contingente e sem predeterminação,  
é que chamamos de articulação”.

Ernesto Laclau

## RESUMO

Esta pesquisa discute a criação da Associação dos Docentes da UFPE durante o período de Abertura Política. A pesquisa se justifica por discutir a história de Pernambuco, especificamente a Educação, lançando luz sobre o contexto social e político em que os docentes da UFPE criaram a Adufepe. Partimos do seguinte pressuposto de pesquisa: como se deu o processo de criação da Adufepe, quem eram os sujeitos que articularam ações de disputa em torno de um projeto de Universidade no período da Abertura Política e qual a relação desse processo com o movimento chamado de Novo Sindicalismo de 1975 a 1984? De uma maneira geral, nosso objetivo foi compreender como se deu o processo de criação da Associação dos Docentes da UFPE (Adufepe) no período da Abertura Política (1975-1984), e quem eram os sujeitos que se mobilizaram para a formação dessa Associação. Especificamente nos propomos a: identificar quais as relações e os impactos do movimento de Abertura Política na realidade da UFPE; verificar quem são os sujeitos que se mobilizam para a formação da Adufepe; investigar quais as articulações e estratégias utilizadas pelos professores da UFPE para a criação da Adufepe; analisar até que ponto essas mobilizações em torno da Adufepe se constituem de natureza sindical inserida no contexto do chamado Novo Sindicalismo. Metodologicamente, os procedimentos práticos utilizados na pesquisa foram pesquisa documental e história oral; utilizamos como documentos de pesquisa arquivos, acervos de jornais, boletins informativos, atas, enfim, os materiais impressos que foram guardados na sede da Adufepe, nos Centros da UFPE, e nos jornais de Pernambuco disponíveis no site da Biblioteca Nacional; realizamos sete entrevistas, os depoimentos colhidos foram de docentes que fizeram parte das primeiras Diretorias da Adufepe, entre os anos de 1979 e 1984. Percebemos que a Adufepe é fundada apesar da heterogeneidade de interesses, e se efetiva pela unicidade de intenções dos docentes da UFPE, que nesse momento entendiam a necessidade da organização da categoria.

Palavras-chave: Abertura Política. Movimento Docente. Adufepe.

## **ABSTRACT**

This research discusses the creation of the Association of Teachers of UFPE during the period of Political Openness. The research is justified by discussing the history of Pernambuco, specifically Education, shedding light on the social and political context in which UFPE teachers created Adufepe. We start from the following research presupposition: How did Adufepe's creation process take place, who were the subjects that articulated the dispute actions around a University project in the period of Political Openness and what is the relation of this process to the movement called Novo Syndicalism from 1975 to 1984? In general, our objective was to understand how the process of creation of the Association of Teachers of the UFPE (Adufepe) in the period of Political Opening (1975-1984) took place, and who were the subjects that mobilized for the formation of this Association. Specifically, we propose to: Identify the relations and impacts of the Political Opening movement in the reality of UFPE; Check who are the people who mobilize for the formation of Adufepe; To investigate the articulations and strategies used by UFPE teachers for the creation of Adufepe; Analyze the extent to which these mobilizations around Adufepe are of a union nature inserted in the context of the so-called New Syndicalism. Methodologically, the practical procedures used in the research were documental research and oral history; we use as research documents, archives, newspaper collections, newsletters, minutes, in short, the printed materials that were stored at Adufepe headquarters, in the UFPE Centers, and in the Pernambuco newspapers available on the National Library website; seven interviews were carried out, the testimonies collected were from teachers who were part of Adufepe's first Board of Directors between 1979 and 1984. We realize that Adufepe is founded in spite of the heterogeneity of interests, and it is effective because of the uniqueness of the UFPE professors, who at that time understood the necessity of the organization of the category.

Keywords: Political Opening; Teaching Movement; Adufepe.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - “Gadiel prestou apoio irrestrito aos mestres” .....	96
Figura 02 - “Alunos da UFPE repudiam a demissão do Professor Waldomiro Cavalcanti e vão protestar, amanhã”.....	99
Figura 03 - “Os grevistas reuniram-se no pátio do Pedro II, para avaliação do movimento”. .....	105
Figura 04 - “Os professores fizeram mutirão para limpar a sujeira”.....	110
Figura 05 - “Os professores lutam por mais verba” .....	120
Figura 06 - “Primeiro Congresso da ANDES”.....	123
Figura 07 - “O curso foi sepultado simbolicamente pelos alunos” .....	128
Figura 08 - “Estes sete candidatos serão votados por professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal”.....	137
Figura 09 - “Resultado das Eleições Diretas para Reitor”.....	138
Figura 10 - “Candidatos firmam compromisso ético”.....	139
Figura 11 - “As manifestações universitárias na UFPE duram das 9 às 13 horas” .....	140
Figura 12 - “Browne assina o livro de transmissão de Cargo, na presença do Vice-Reitor Geraldo Lapenda, ladeado pela sua filha”.....	142
Figura 13 - “Browne: a esperança no soerguimento da Universidade”.....	144

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Da Universidade do Recife (UR) à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</b>	<b>20</b>
2.1.1	O Reitorado de Joaquim Amazonas (1946-1959): criação da Universidade do Recife (UR) .....	20
2.1.2	O Reitorado de João Alfredo (1959-1964): novos tempos na Universidade do Recife e a instauração da Ditadura-Civil Militar no Brasil .....	22
2.1.3	O Reitorado de Murilo Guimarães (1964-1971) e as Reformas: a Reforma da Universidade do Recife e a Reforma Universitária de 1968 .....	30
2.1.4	O Reitorado de Marcionílio Lins (1971-1975) e as agências de informação: a vigilância na UFPE .....	34
<b>2.2</b>	<b>Lenta, gradual e segura: a abertura política e a UFPE</b> .....	<b>36</b>
2.2.1	O Reitorado de Paulo Maciel (1975-1979): Abertura Política na UFPE .....	37
<b>2.3</b>	<b>Novo sindicalismo: a emergência de novas práticas sindicais na abertura política</b>	<b>41</b>
2.3.1	O termo “Novo Sindicalismo” .....	44
2.3.2	Novo Sindicalismo em Pernambuco: os docentes da rede estadual de ensino e a eclosão de práticas sindicais mais combativas .....	45
<b>2.4</b>	<b>O movimento latente nas universidades: a criação das Associações docentes (ADs)</b> .....	<b>48</b>
2.4.1	A criação das Associações Docentes (ADs) nas Universidades Brasileiras .....	49
<b>3</b>	<b>DOCENTES DA UFPE: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS MILITANTES</b> .....	<b>53</b>
<b>3.1</b>	<b>A Pedagoga Silke Weber: 1ª Tesoureira da “Consolidação” e Presidente da “Universidade Crítica”</b> .....	<b>54</b>
<b>3.2</b>	<b>O Advogado e Filósofo Gadiel Perrusi: o 1º Vice-Presidente da “Consolidação” e da “Universidade Crítica”</b> .....	<b>60</b>
<b>3.3</b>	<b>O Médico José Audísio Costa: 2º Secretário da “Consolidação” e 1º Secretário da “Universidade Crítica”</b> .....	<b>63</b>
<b>3.4</b>	<b>O Biólogo André Freire Furtado: o Presidente da “Reestruturando”</b> .....	<b>67</b>
<b>3.5</b>	<b>A Assistente Social Maria Cecília Coêlho Lithg: 2ª Tesoureira da “Reestruturando”</b> .....	<b>70</b>
<b>3.6</b>	<b>O Educador Físico Paulo Rubem Santiago Ferreira: 1º Secretário da “Educação e Liberdade”</b> .....	<b>72</b>

<b>3.7</b>	<b>Os demais dirigentes da Adufepe: o que faziam antes da Associação?.....</b>	<b>75</b>
<b>4</b>	<b>CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPE (ADUFEPE): OS PASSOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO DE UNIVERSIDADE .....</b>	<b>79</b>
<b>4.1</b>	<b>O Manifesto circulou pela Universidade.....</b>	<b>82</b>
<b>4.2</b>	<b>Assembleia de inauguração no Cecosne.....</b>	<b>85</b>
<b>4.3</b>	<b>Estatuto da Adufepe.....</b>	<b>86</b>
<b>4.4</b>	<b>Primeira Diretoria: Chapa “Consolidação” 1979-1980.....</b>	<b>88</b>
4.4.1	Primeira Eleição para Direção da Adufepe .....	88
4.4.2	A consolidação da Associação: as ações de uma diretoria cheia de desafios .....	91
<b>4.5</b>	<b>Segunda Diretoria: Chapa “Universidade Crítica” 1980-1981.....</b>	<b>101</b>
4.5.1	Segunda Eleição para Direção da Adufepe .....	101
4.5.2	A criticidade da Associação: as ações de uma Diretoria para a Primeira Greve de Docentes da UFPE em 1980 .....	103
<b>4.6</b>	<b>Primeiros contatos com vistas à criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) .....</b>	<b>113</b>
<b>4.7</b>	<b>A criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes).....</b>	<b>114</b>
<b>4.8</b>	<b>Terceira Diretoria: Chapa “Reestruturando” 1981-1982 .....</b>	<b>117</b>
4.8.1	Terceira Eleição para Direção da Adufepe .....	118
4.8.2	A reestruturação da Associação: as ações de uma diretoria para a Segunda Greve de Docentes da UFPE em 1981 .....	119
<b>4.9</b>	<b>Quarta Diretoria: Chapa “Democracia e Luta” 1982-1983.....</b>	<b>130</b>
4.9.1	Quarta Eleição para Direção da Adufepe.....	130
4.9.2	A luta da Associação: as ações de uma Diretoria para a Terceira Greve de Docentes da UFPE em 1982 .....	132
<b>4.10</b>	<b>Quinta Diretoria: Chapa “Educação e Liberdade” 1983-1984.....</b>	<b>141</b>
4.10.1	Quinta Eleição para Direção da Adufepe .....	141
4.10.2	A liberdade da Associação: as ações de uma diretoria para a quarta greve de docentes da UFPE em 1984 .....	146
<b>4.11</b>	<b>O movimento docente na UFPE fez parte do Novo Sindicalismo? .....</b>	<b>156</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>161</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a história da educação brasileira, os docentes se destacaram nas lutas por uma Educação pública, gratuita e de qualidade. Seja na rede pública municipal, estadual ou federal, a atuação desses profissionais em atividades que almejavam cada vez mais o aprimoramento do sistema educativo fora de extrema importância para a consolidação dos avanços que hoje temos em nossas escolas e universidades.

Até mesmo nos momentos mais difíceis e sombrios, como na Ditadura estabelecida a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, onde Salles e Stampa explicitam que “o magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional” (2016, p. 170), as lutas dos docentes foram meios de resistência ao regime instaurado. Pois, o magistério conforme Salles e Stampa (2016, p. 170), “se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial”.

As organizações de movimentos de professores universitários no Brasil que datam de antes da década de 1970 tinham em sua maioria práticas assistencialistas, de cultura ou de lazer. Por conseguinte, é na década de 1970 que ocorreram algumas mudanças no nível de representatividade dessas Associações que passaram a ter ações com base em um sindicalismo mais combativo e reivindicativo, que se manifestava por meio de greves.

O momento era propício a tais reformulações, pois o processo de liberalização do regime militar, momento conhecido como Abertura Política, inicia em meados da década de 1970. Não se tem uma data de início definida para a Abertura Política, mas alguns estudiosos sobre o assunto sugerem um ano de origem. Figueiredo e Cheibub (1982) indicam o ano de 1973<sup>1</sup>, Kinzo (2001) propõe o ano de 1974<sup>2</sup>, e Napolitano (2010) aponta o ano de 1975<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Figueiredo e Cheibub (1982) explicitam em seu texto “A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem disse o quê, quando – inventário de um debate”, que a Abertura se inicia em 1973. Eles citam alguns acontecimentos entre setembro de 1973 e março de 1974 que definiram o início da Abertura. Entre eles, “em 15/09/73 o General Geisel é escolhido candidato da Arena à Presidência da República e, como de praxe, faz declaração de intenção pela democracia;... em 15/01/74 o General Geisel é eleito indiretamente Presidente da República, reiterando sua intenção pela democracia; ... em 19/03/74 o Presidente Geisel, indo além da simples declaração de intenção pela democracia, parte para uma ofensiva: em sua primeira reunião ministerial, afirma desejar ver os instrumentos excepcionais com os quais o governo achava-se armado, superados, apelando, para tanto, à “imaginação criadora” dos políticos e da sociedade” (FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982, p. 30).

<sup>2</sup> Maria D’Alva G. Kinzo (2001), em seu texto “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”, estabelece o início da Abertura Política em 1974. E defende que o processo político da democratização brasileira pós golpe civil-militar se dá em três fases: 1ª fase de 1974 a 1982 – a transição estava sob o total controle dos militares; 2ª fase de 1982 a 1985 – o domínio militar continua, mas outros atores civis se destacam e passam a ter um papel importante na política brasileira; 3ª fase de 1985 a 1989 – os militares já não estão na cena com o papel principal, sendo substituídos pelos políticos civis.

<sup>3</sup> Napolitano (2010) em seu texto “MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982)”, ao tratar de como se concebiam as canções durante o período de Ditadura Civil-Militar afirma que esse momento foi demarcado por

Entendemos que a Abertura Política inaugura um novo momento da história do Brasil, que é dotado de práticas que desafiavam o regime militar, objetivando a redemocratização do país. É um período em que emerge um clima reivindicatório forte, com as lutas de várias categorias de trabalhadores por todo território nacional. Lutas lideradas por Associações e Sindicatos, que têm no bojo de seus movimentos ações dotadas de atitudes mais combativas.

De uma maneira geral, Zanetti (1993, p. 13) explicita que as reivindicações grevistas na década de 1970 “marcam o início daquele que veio a ser chamado pelos próprios sindicalistas e muitos estudiosos de Novo Sindicalismo. Representa também, o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país”. O autor ressalta que em “sua maioria, são, inicialmente, greves de metalúrgicos das grandes empresas; posteriormente, se alastram e atingem setores tradicionais como a construção civil envolvendo, inclusive, trabalhadores não sindicalizados: os funcionários públicos” (ZANETTI, 1993, p. 12-13).

Inspirados em alguns movimentos sindicais, como os dos operários, os docentes de vários Estados iniciam várias paralisações, greves e manifestações objetivando a redemocratização do país. A entrada dos docentes pernambucanos no movimento Novo Sindicalismo tem seu marco na primeira greve geral dos professores da rede estadual de ensino no ano de 1979. Para Rêses (2008, p. 157), a mesma “é considerada um marco na história do movimento e de organização política dos profissionais da educação”.

A luta dos docentes da rede pública estadual de Pernambuco na década de 1970, conforme Pereira (1991, p. 183), “se inseria no movimento nacional dos trabalhadores contra a continuidade do regime autoritário e por melhores condições de trabalho e de vida”. Este objetivo de redemocratizar o país e o interesse desses profissionais em organizar-se para tal vai além das lutas dos docentes dessa rede de ensino, e se expande à Universidade.

Ao nos debruçarmos sobre essas questões, identificamos que uma importante Associação de docentes universitários é criada em 1979, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe). Diante disso, surgiram algumas inquietações: quais as relações e impactos do movimento de Abertura Política iniciado no Governo Geisel na realidade da Universidade Federal de Pernambuco? Quem são os sujeitos cujas posições e articulações são permeadas em torno da mobilização para a formação da Adufepe? Quais as articulações e estratégias utilizadas pelos Professores da UFPE para a

---

dois períodos de expressão. O primeiro período “entre 1969 e 1974, poderíamos nomeá-la como ‘canção dos anos de chumbo<sup>3</sup>’”. Entre 1975 e 1982 teríamos “a canção da abertura<sup>3</sup>” (NAPOLITANO, 2010, p. 03). Ele registra que “essas cronologias e rótulos são puramente aproximativos” (NAPOLITANO, 2010, p. 03).

criação da Adufepe no período da Abertura Política? Até que ponto essas mobilizações em torno da Adufepe se constituem de natureza sindical?

Partindo de tais questões, delimitamos o objeto-problema de pesquisa, a saber: como se deu o processo de criação da Adufepe, quem eram os sujeitos que articularam ações de disputa em torno de um projeto de Universidade no período da Abertura Política e qual a relação desse processo com o movimento chamado de Novo Sindicalismo de 1975 a 1984?

De uma maneira geral, nosso objetivo foi compreender como se deu o processo de criação da Associação dos Docentes da UFPE (Adufepe) no período da Abertura Política (1975-1984), e quem eram os sujeitos que se mobilizaram para a formação dessa Associação. Especificamente nos propomos a: identificar quais as relações e os impactos do movimento de Abertura Política na realidade da UFPE; verificar quem são os sujeitos que se mobilizaram para a formação da Adufepe; investigar quais as articulações e estratégias utilizadas pelos professores da UFPE para a criação da Adufepe; analisar até que ponto essas mobilizações em torno da Adufepe se constituem de natureza sindical inserida no contexto do chamado Novo Sindicalismo.

O corte temporal desta pesquisa está delimitado com o marco inicial em 1975. Pois, nesse ano, apesar da atuação dos órgãos de segurança e informação da ditadura nas universidades, há o registro da resistência do professor Geraldo Gomes na UFPE às decisões tomadas quanto ao impedimento de sua posse no concurso em que foi aprovado. Esse professor, ao não ser convocado, desafia o aparelho de repressão, levando o caso à Justiça e demonstrando confiança no Estado de Direito.

Por sua vez, o marco final da pesquisa é o ano de 1984. Esse ano traz a experiência dos docentes com a maior das quatro primeiras greves da Adufepe, a que durou 84 dias. greve que traz à tona mais fortemente as reivindicações salariais, que foi liderada por uma Associação que soube utilizar estratégias para permanecer na luta, e que tinha em sua diretoria docentes que eram militantes partidários, mas que não tinham a intenção de instrumentalizar a Associação.

Nosso interesse em pesquisar esse objeto está em querermos discutir a história de Pernambuco, especificamente a Educação, lançando luz sobre o contexto social e político em que os docentes da UFPE criaram a Adufepe. Nossa justificativa se refere também ao fato de que ao realizar levantamentos sobre nosso objeto de estudo no banco de teses e dissertações do PPGH (Programa de Pós-Graduação em História) e do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação), ambos da UFPE, não constatamos nenhuma pesquisa referente à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe).

Encontramos apenas, tratando especificamente da Adufepe, um artigo de Gadiel Perrusi (1986), onde o mesmo retrata a história da UFPE, sob o viés do discurso das elites regionais, e a criação da Adufepe se torna então um foco de resistência a essas elites. É um texto importante que nos dá uma visão sobre UFPE na época, mas que traça alguns balizamentos gerais, e nossa proposta é ir além, e tecer algumas outras relações entre a Adufepe e as questões de articulação, projeto de universidade, novo sindicalismo e abertura política.

Localizamos também um livro de Maria Cecília Lithg (1989), trabalho de extrema importância que nos ajuda a compreender a criação da Adufepe, até a greve de 1984. A autora analisa as dinâmicas do processo de efetivação sindical sob uma perspectiva pedagógica, apontando questões importantes do movimento docente na UFPE, mas que não mostram alguns outros elementos históricos e articulatórios fundamentais para se compreender o processo estudado.

Ao realizar também levantamentos sobre sindicalismo nas universidades brasileiras na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), encontramos quatorze trabalhos (oito dissertações e seis teses), que discutem o sindicalismo docente universitário, esses trabalhos foram elaborados entre os anos de 1995 a 2015.

A dissertação de Maria Nunes Galvão (1995), intitulada “Sindicalismo e Universidade – Trabalho, Ciência e Democracia na construção do movimento sindical nas universidades estaduais paulistas”, aponta que na década de 70/80 o papel que Estado brasileiro desempenhou possibilitou crises fiscais que conseqüentemente interferiram no financiamento da Educação. Diante do caos, inspirados nos movimentos sindicais, principalmente no “Novo Sindicalismo”, os funcionários públicos (docentes e funcionários) das Universidades paulistas se organizaram em torno de um movimento sindical, que, por sua vez, estabelece uma nova relação de organização entre a administração e os trabalhadores, sendo, portanto, constituído um novo espaço para participação e manifestação dos mesmos dentro da USP, Unesp e Unicamp.

A dissertação de Márcia Maria Corsi Moreira Fantinatti (1998), “Sindicalismo de Classe Média e Meritocracia: o Movimento Docente na Universidade pública”, faz uma reflexão acerca de um movimento sindical que partiu da classe média, mais especificamente, de funcionários públicos, os docentes das universidades paulistas, movimento que, apesar das críticas conservadoras, foi crescendo e ganhando força dentro dessas universidades.

A tese de Alaíde Rita Donatoni (1999), “Trajetória do movimento docente do Ensino Superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES”, é de cunho

historiográfico, e, portanto, nos apresenta a trajetória do movimento docente universitário, e principalmente a trajetória da entidade que possibilitou as ADs se organizarem nacionalmente em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

A dissertação de Claudete Veiga de Lima (1999) “A trajetória do movimento e da participação: a origem da organização sindical na Educação”, aborda a discussão de que a transformação de uma Associação para um Sindicato ampliou os horizontes dos trabalhadores técnicos-administrativos da UFRJ, pois construiu um novo papel para esses trabalhadores dentro da Universidade, que passaram a lutar agora pelo reconhecimento de que, assim como os docentes, eles são sujeitos importantes dentro da Universidade.

A tese de Ignez Pinto Navarro (1999), “Intelectuais e Sindicalismo no Brasil: História e Memória – Um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)”, explicitou que a Andes possibilitou uma organização nacional que estabeleceu uma identidade profissional dos intelectuais brasileiros, mas que foi se consolidando em meio a tensões; suas relações com o “Novo Sindicalismo” se expressam nas aproximações com a CUT.

A tese de Maria do Socorro Xavier Batista (2000), “A reforma do Estado, a reforma da Universidade e o movimento docente: resistência e embate de projetos”, apresenta os desdobramentos da crise vivenciada no Brasil na década de 90, e diante disso as consequências da Reforma do Estado para a economia, a sociedade, a política, a educação, a Universidade e o movimento docente.

A dissertação de Tânia Maria Granzotto (2002) “Movimento de Funcionários e Docentes da UNICAMP entre 1978 e 2000”, mostrou que as lutas dos docentes e funcionários da Unicamp são diferentes das lutas dos operários, todavia as lutas desses últimos influenciaram os movimentos nas Universidades. Outra questão importante é que existiu uma união dos funcionários e docentes da Unicamp, muitas vezes com pautas unificadas, mas as categorias eram diferentes. Notadamente, o movimento na Unicamp é fortemente partidário pelos partidos de esquerda.

A tese de Vania Tanira Biavatti (2006), “Sindicalismo docente e modos de subjetivação na contemporaneidade”, problematiza como os docentes se transformam em militantes sindicais. O trabalho mostra que num sindicato, independentemente de ser trabalhador, o filiado é o sujeito que além de querer participar, ele precisa participar e exige participar.

A dissertação de Patrícia Targino Melo Santos (2007), “Espaço representacional do sindicalismo docente nas Universidades”, apresentou um dos momentos mais importantes da

Andes que foi a filiação à CUT, momento que instituiu imagens de oposição ao Estado, todavia, a partir das crises no movimento, a desfiliação foi inadiável, as dissidências deram lugar à formação da Conlutas e do Proifes.

A tese de Lucinéia Scremin Martins (2009), “A identidade política dos professores das Universidades públicas federais e as transformações no mundo do trabalho”, mostra que a crise deixou marcas no Ensino Superior, que modificam o cotidiano dos docentes, influenciam sua identidade política na defesa da universidade pública, todavia a prática docente se submete à prática do privado.

A dissertação de Francisco José Gomes da Silva (2010), “Fundamentos Constitucionais e Normativos da organização sindical do Magistério Superior no Brasil: ANDES – SN”, mostra que o movimento docente, por meio da Andes, é um movimento que tem legitimidade e que os direitos conquistados a partir do movimento são uma conquista histórica.

A tese de Tânia Maria Granzotto (2010), “O movimento sindical na Academia: o caso das Universidades Estaduais Paulistas”, explicita que as lutas dessas entidades sindicais foram em defesa da universidade pública, todavia nos últimos anos está existindo um processo de desmobilização dessas entidades sindicais nas três universidades que se deve, sobretudo, à implementação de ações neoliberais.

A dissertação de Caroline de Souza Cunha (2011), “Seção Sindical APRUMA/ANDES/SN – Sindicato Nacional: uma análise sócio-histórica de suas bandeiras e lutas”, apresentou as condições em que se molda a identidade sindical docente, chamando a atenção para as ações da Apruma (Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão) cuja história de lutas se deu pelos ideais de uma educação justa e igualitária. Por sua vez, o debate político que cerca a discussão é a relação da CUT com a Andes/SN, onde a primeira já não serve como antes ao movimento docente como era desejado, tornou-se um sindicato que tanto combateu, tornou-se sindicato do Estado.

A dissertação de Maria Nazaré Wagner (2013), “O movimento trabalhista na UFSC sob a luz do Novo Sindicalismo no Brasil: a experiência dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFSC”, apresentou o processo de institucionalização do “Novo Sindicalismo”, suas repercussões junto ao movimento dos técnicos-administrativos em Educação da UFSC, e a importante resistência desse movimento ao Estado até a década de 2000.

De uma maneira geral, alguns elementos discutidos são constantes em diversos trabalhos; os mesmos versam sobre: o professor enquanto funcionário público - Galvão

(1995), Fantinatti (1998), Granzotto (2002); a trajetória do movimento sindical docente - Galvão (1995), Fantinatti (1998), Donatoni (1999), Navarro (1999), Granzotto (2002), Granzotto (2010), Cunha (2011); a autonomia da Universidade - Fantinatti (1998); as relações do Novo Sindicalismo com o movimento docente - Galvão (1995), Navarro (1999), Granzotto (2010); a Andes - Donatoni (1999), Navarro (1999), Santos (2007), Silva (2010); o movimento de técnicos no Ensino Superior - Lima (1999), Granzotto (2010), Wagner (2013); a história do Sindicalismo - Lima (1999); a reforma do Estado e a crise do capital - Batista (2000), Martins (2009), Granzotto (2010), Cunha (2011).

Esses trabalhos, em sua maioria, investigam a realidade das universidades na região sudeste do Brasil, mais precisamente, as universidades estaduais paulistas, portanto, nenhum dos trabalhos tem como objeto de discussão a realidade da região Nordeste e, especificamente, Pernambuco. Os trabalhos contribuem com nossa pesquisa na medida em que nos dão além de um panorama do contexto social, político e econômico das décadas de 1970 e 1980, apontam a constituição do movimento sindical docente universitário.

Nesta direção, os resultados advindos da nossa investigação serão importantes para a história do movimento docente em Pernambuco, da Universidade, e principalmente, para a memória da Adufepe, além da contribuição que daremos ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPE, mais especificamente na linha de Teoria e História da Educação.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa de cunho historiográfico. Nosso objetivo foi desenvolver reflexões sobre uma história da educação que ressalte as lutas do movimento docente universitário em Pernambuco, por meio da criação da Adufepe. A fim de ir percorrendo os caminhos de compreensão para este estudo, fizemos uso da pesquisa documental e da história oral.

A pesquisa documental nos possibilita uma riqueza de informações, os documentos podem atestar ou revogar as falas dos entrevistados. Entendemos que o conceito de documento é um tanto variado. Cellard (2008, p. 296) assinala que “definir o documento representa em si um desafio”. Para Phillips (1974, p. 187), documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Utilizamos como documentos de pesquisa arquivos, acervos de jornais, boletins informativos, atas, fotos, enfim, os materiais impressos que foram guardados na sede da Adufepe, nos Centros da UFPE, e nos jornais de Pernambuco disponíveis no site da Biblioteca Nacional.

As entrevistas que realizamos foram baseadas no método da História Oral. Compreendemos a História Oral como um método que possibilita ao pesquisador instigar a memória do entrevistado. Para Montenegro (2007, p. 151), “toda entrevista tem sempre como objetivo algum aspecto do passado que se deseja resgatar”.

Chartier (2013, p. 02) assinala que “é no testemunho da memória, na recordação da testemunha, que a história encontra a certeza na existência de um passado que foi, que já não é mais e que a operação historiográfica pretende representar adequadamente no presente”. Segundo Montenegro (2007, p. 151), a “história oral tem como matéria a memória, que pode vir à tona através de estímulos diretos, que comumente denominamos memória voluntária”.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu texto “Relatos Oraís: do ‘indizível’ ao ‘dizível’” (1988), compreende a história de vida como aquela que faz parte do universo amplo da história oral. E explicita que esta última inclui depoimentos e entrevistas assim como biografias e autobiografias. Queiroz (1988, p 40) entende que “as histórias de vida aparecem então como instrumentos de grande utilidade para atingir, sob a gama dos modelos de pensamento e de ação mais recentes, adquiridos no contado com a realidade sócio-cultural cotidiana, as estruturas mentais mais antigas”.

A transcrição das memórias é o momento da vigília da objetividade; segundo Alberti (2004, p. 174), “trata-se de um primeiro e decisivo esforço de traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado”. É o momento no qual se procura transcrever, com o máximo de imparcialidade, a fala do entrevistado. Todavia, subscrevemos o que nos diz Marcuschi (2006): “não existe a melhor transcrição. Todas são mais ou menos boas”.

Realizamos oito entrevistas. Os depoimentos colhidos foram de docentes que fizeram parte das primeiras diretorias, entre os anos de 1979 e 1984, a saber: Silke Weber (1ª e 2ª Diretorias), Gadiel Perrusi (1ª e 2ª Diretorias), José Audísio Costa (2ª Diretoria), Maria Cecília Coêlho Lithg (3ª Diretoria), André Freire Furtado (3ª Diretoria) e Paulo Rubem Santiago Ferreira (5ª Diretoria), além do professor Sérgio Sette, que participou da mobilização para a criação da Adufepe e fez parte da gestão da 6ª Diretoria, que, por sua vez, não será objeto de estudo deste trabalho. Colhemos também o depoimento do professor José Batista Neto que na época já fazia parte do corpo docente da UFPE.

Para a discussão de todas essas questões referentes à Adufepe, este trabalho está dividido em quatro capítulos que tentam compor o ambiente em que se deu a criação da Adufepe. Este primeiro capítulo é de cunho introdutório, e apresenta algumas considerações iniciais sobre o objeto da pesquisa.

No capítulo 2, “A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no contexto de Abertura Política”, apresentaremos resumidamente as origens da UFPE, situando a atuação dos primeiros reitores. Além disso, mostraremos como se deu a interferência da Ditadura Civil-Militar na Universidade, e como o processo de Abertura Política impactou a mesma.

No capítulo 3, “Docentes da UFPE: identidades e trajetórias militantes”, abordaremos quem foram os sujeitos que se mobilizaram para a criação da Adufepe. Traremos um pouco da trajetória de vida desses docentes, que em sua maioria é composta por bagagem de experiências em movimentos sociais que formaram a identidade dos mesmos, e reverberaram nas suas ações enquanto docentes da UFPE.

No capítulo 4, “Criação da Adufepe: os passos para a consolidação de um projeto de Universidade”, analisaremos como se deu o processo de criação da Adufepe. Explicitaremos as discussões dos docentes em torno da necessidade da criação de uma entidade que os representasse na Universidade, a mobilização dos mesmos para criá-la, a circulação de um Manifesto entre os docentes e a Assembleia de Inauguração. Após a sua criação, mencionaremos as primeiras eleições para as cinco primeiras Diretorias, as greves de 1980 e 1981, a criação da Andes, e as greves de 1982 e 1984.

## **2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA**

A Ditadura Civil-Militar provocou algumas mudanças no campo social, econômico, político e educativo brasileiro, que significaram a tentativa do domínio desses espaços, e dos sujeitos que os ocupavam. A interferência direta ou indireta do regime ditatorial foi sentida pela população, a violência e a vigilância foram constantes na década de 1970, nos chamados “anos de chumbo”.

Com o declínio desse momento mais duro, já em meados da década de 1970, o cenário começa lentamente a mudar de formato, possibilitando a diminuição da radicalidade dos militares, e permeando outras formas de atuação mais abertas ainda durante o regime ditatorial. Os comportamentos mudam, e dessa forma, aumentam o interesse e a ânsia pela completa redemocratização do país e das instituições que outrora estavam sob o poder dos militares.

A Abertura Política de alguma forma vai impactar o sistema educativo brasileiro, e, por conseguinte, as Escolas, Faculdades e Universidades sentirão esse impacto. A seguir, veremos como a UFPE sente o momento da Abertura Política, e quais articulações foram feitas para que esse processo se efetivasse, dando lugar a novas práticas universitárias que puderam ser caracterizadas como afirmativas da Abertura Política.

### **2.1 Da Universidade do Recife (UR) à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

#### **2.1.1 O Reitorado de Joaquim Amazonas (1946-1959): criação da Universidade do Recife (UR)**

Segundo Palhares Moreira Reis (1959), em seu livro “A Universidade do Recife”, a criação da UR se deu ao englobar as mais destacadas escolas e faculdades de ensino superior da capital pernambucana. São elas, a Faculdade de Direito do Recife<sup>4</sup>, a Escola de Engenharia de Pernambuco<sup>5</sup>, a Escola de Farmácia<sup>6</sup>, a Escola de Belas Artes de Pernambuco<sup>7</sup>, a

---

<sup>4</sup> A Faculdade de Direito foi fundada em 1827.

<sup>5</sup> A Escola de Engenharia foi fundada em 1895.

<sup>6</sup> A Escola de Farmácia foi fundada em 1902.

<sup>7</sup> A Escola de Belas Artes foi fundada em 1932.

Faculdade de Filosofia de Pernambuco<sup>8</sup>, a Escola de Odontologia<sup>9</sup>, e a Faculdade de Medicina do Recife<sup>10</sup>.

A integração dessas Escolas e Faculdades enquanto Universidade do Recife se estabelece por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946, “na presidência de Eurico G. Dutra. Este decreto estrutura-a com os seguintes Órgãos: 1) Assembleia Universitária; 2) Conselho de Curadores; 3) Conselho Universitário; e 4) Reitoria” (SANTOS; SILVA, 2009, p. 17). O Estatuto da UR é instituído pelo Decreto Nº 21.904 08/10/1946.

O artigo 34 do Decreto-Lei Nº 9.388 de 20/06/1946 assinalava que o então Diretor da Faculdade de Direito, o Professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, estaria à frente da Reitoria desta Universidade, cuja nomeação a Reitor é publicada no Diário Oficial no dia 25/07/1946, “tendo sido empossado no Rio de Janeiro, pelo Ministro da Educação e Saúde, no dia 1º de agosto, entrando no exercício do cargo perante o Conselho Universitário, no dia 11 de agosto de 1946” (BARRETO, 1996, p. 9).

Cada instituição que compunha a UR tinha sua função. A tríade que, por sua vez, se manteve com hegemonia dentro da Universidade foi composta pela Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina. Essa tríade detinha o poder dentro e fora da Universidade pois se constituía enquanto dotada de prestígio e reconhecimento social pelo papel que exercia na sociedade recifense, formando desde dirigentes políticos, a administradores da saúde pública.

Entre outros fatores, a hegemonia se dava pelo fato de que aos estudantes dessas Faculdades e Escola seriam “entregues”, após alguns anos de estudos, à cidade do Recife, para assumirem os mais altos cargos de confiança. Em seu artigo “Um Projeto Oligárquico-Liberal de Universidade (Notas para uma história da UFPE)”, Perrusi (1986, p. 03) aponta que a Faculdade de Direito “formava advogados, dirigentes políticos regionais e intelectuais humanistas”; a Escola de Engenharia “formava os técnicos-administradores, os responsáveis pela construção civil e pela ‘arrumação física’ da cidade”; e a Faculdade de Medicina reservava “aos médicos o papel dos verdadeiros cientistas da época, além da manutenção das grandes clínicas e da administração da saúde pública”.

---

<sup>8</sup> A Faculdade de Filosofia foi fundada em 1941.

<sup>9</sup> A Escola de Odontologia foi fundada em 1913.

<sup>10</sup> A Faculdade de Medicina foi fundada em 1920.

A criação da Faculdade de Filosofia possibilitou uma nova função integradora de um ensino básico. Andrade (1965, p. 151) explicita que “numa das reuniões da Comissão de Planejamento da Cidade Universitária, presidida pelo prof. Antônio Baltar, voltou-se a examinar qual a expressão concreta, funcional, que se deve atribuir à Faculdade de Filosofia no campus universitário”. Destarte, após essas discussões ficou certo de que “em boa regra, todo o ensino básico na Universidade fôsse administrado pela Faculdade de Filosofia com a colaboração dos Institutos centrais” (ANDRADE, 1965, p. 151).

Portanto, ao ingressar na universidade, independentemente do curso universitário ao qual iria estudar, o estudante passaria num primeiro momento pelo ciclo básico integrado. Segundo Andrade (1965, p. 157), este ciclo “significa ensino fundamental ministrado em bases universitárias. Não mais pelas escolas de per si... mas por um órgão ou conjunto de órgãos da Universidade”. No ciclo básico integrado, o estudante cursaria as várias disciplinas que compunham uma grade curricular necessária à sua formação inicial, e estaria em contato com outros vários estudantes e professores das diversas áreas do conhecimento.

A criação da UR denota a importância da junção dessas instituições públicas de ensino superior, que já existiam no Recife, em uma única instituição. Esse ambiente de integração dessas escolas e faculdades fortalece o ensino superior em Pernambuco, estabelecendo um ambiente universitário propício à qualificação em nível superior, ao desenvolvimento da pesquisa, ao fortalecimento da universidade, entre outros.

### 2.1.2 O Reitorado de João Alfredo (1959-1964): novos tempos na Universidade do Recife e a instauração da Ditadura-Civil Militar no Brasil

Em 1959, com a morte do Reitor Joaquim Amazonas, inicia-se o Reitorado do então Vice-Reitor em exercício, o Médico João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, que durou de agosto de 1959 a junho de 1964. Para Perrusi (1986, p. 9), “um novo período que poderíamos denominar de “Interregno Populista”, em face do esforço daquela administração em adaptar a Universidade às novas realidades sociais e políticas vividas pelo País e pela região”.

João Alfredo inicia na UR “um amplo programa de reforma e de adaptação aos novos tempos” (PERRUSI, 1986, p. 9). Um dos fatos marcantes dessa época foi a construção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>11</sup>, e a completa mudança para

---

<sup>11</sup> “Foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek. O diploma legal dispunha como finalidades e funções da superintendência: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a

o campus do Engenho do Meio<sup>12</sup>. A construção do campus teve o projeto arquitetônico do arquiteto veneziano Mário Russo, a construção foi lenta, mas aos poucos a Universidade ficava estabelecida em um campus universitário<sup>13</sup>.

Vale ressaltar que no ano de 1962, em sua gestão, João Alfredo cria o Serviço de Extensão Cultural (SEC), e nomeia o professor Paulo Freire<sup>14</sup> para dirigir o serviço. Os principais objetivos do SEC eram realizar atividades no âmbito da cultura, incentivar a educação e a cultura popular, e também promover políticas de extensão universitária (Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, nº 1, Recife, 1962-1964, 1964 apud VERAS, 2012). Era a Universidade desenvolvendo um papel importante no Estado Pernambuco, contribuindo para a erradicação do analfabetismo.

O livro “Poder local, Educação e Cultura em Pernambuco”, de José Adilson Filho (2014), traz uma coletânea de textos com questões importantes sobre poder, educação e cultura em Pernambuco. Entre esses textos, destacamos o de Alessandra Santos e André Silva (2014) intitulado “Os Signos na História: o caso do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife”, que explicita o SEC como um signo<sup>15</sup> político.

Para eles, a criação do SEC-UR tem alguns significados:

---

elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor, e d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste” (MASCARENHAS, Lícia; NETO, Sydenham Lourenço. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>. Acesso: em 10 abr. 2017).

<sup>12</sup> A Cidade Universitária de Pernambuco foi criada pela Lei nº 42 12/12/1947 do Governo do Estado de Pernambuco. “O Governo também nomearia uma Comissão composta de Professores, Engenheiros e Arquitetos que ficariam incumbidos de estudar o plano geral de localização da futura cidade universitária” (BARRETO, 1996, p. 109). Essa Comissão era formada por várias pessoas, entre elas: Joaquim Amazonas, Antônio Baltar, Nelson Chaves, Pelópidas Silveira e o Prefeito Antônio Pereira.

<sup>13</sup> A construção do *campus* no Engenho do Meio, além de trazer benefícios para a universidade, traria desenvolvimento para aquela região da cidade. O investimento no *campus* era, portanto, de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade do Recife. “O Arquiteto parece visualizar uma cidade em expansão em direção à periferia e polinucleada, com núcleos com certa autonomia, sob a forma de contínuo urbanizado” (CABRAL, 2006, p. 42).

<sup>14</sup> “Reúne uma equipe polivalente e heterogênea, a maioria composta de jovens intelectuais e estudantes, muitos dentre os primeiros ainda então não incorporados à UR como docentes, e a “Universidade para o povo” cria a revista “Estudos Universitários” e a “Rádio Universitária” meios de intermediação entre a produção cultural científica e a política comunitária, então prevalente no período” (PERRUSI, 1986, p. 514).

<sup>15</sup> “Em linhas gerais, a linguística entende por “signo” a unidade do significado e do significante: o primeiro termo refere-se ao sentido, à significação que confere conteúdo; já o segundo é a forma gráfica ou o som próprio do signo, ou seja, é seu substrato material. Em suma, podemos dizer que o “signo” é a conjunção entre um significado e seu substrato material. Contudo, a linguística também nos lembra de que um mesmo significante pode estar relacionado a distintos significados, desta forma, o significante e seus diversos significados se constituem enquanto um signo polissêmico” (SANTOS; SILVA, 2014, p. 55 apud FILHO, 2014).

por um lado, tanto uma ação que demarca uma tentativa de transformação da Universidade, sendo o experimento de inserção do reitorado de João Alfredo nas políticas reformistas do período João Goulart, quanto um gesto inserido na tradicional lógica do poder político na UR; por outro lado, simbolizou uma ação “subversiva” ao sistema de dominação da época, um gesto de filiação à política populista da época (SANTOS; SILVA, 2014, p. 56 apud FILHO, 2014).

Dessa forma, a criação do SEC é entendida sob óticas conflitantes. Uma que vê essa ação como uma tentativa de João Alfredo em aplicar uma política inspirada nos modelos reformistas do governo Goulart, política populista que leva em consideração a participação das camadas populares da sociedade. Perrusi (1986, p. 514) explicita que “a UR começa a se abrir para fora de suas muralhas tradicionais. De fato, acompanhando a efervescência política e cultural do Recife dos finais dos anos de 1950, a UR começa a ser propagandeada, também, como a ‘Universidade para o povo’”.

A outra visão que se observa é que João Alfredo tinha aproximações com movimentos sociais, e diante do perfil conservador<sup>16</sup> da UR, existiam várias tensões em seu Reitorado. A criação do SEC na UR se torna um espaço de disputa que ia de encontro ao sistema vigente, tornando-se, portanto, uma ação de cunho subversivo. Veras (2012, p. 101) ressalta que “o sucesso do SEC/UR deu visibilidade internacional à Universidade do Recife e maior legitimidade política perante o Governo Federal”.

No ano de 1964, as atividades educativas e políticas com características conscientizadoras foram “interrompidas”, pois, o cenário político brasileiro estava conturbado. O governo do Presidente João Goulart era aberto à participação popular e pretendia reformas de base, além do que era próximo de movimentos populares e sindicais. Os militares, por sua vez, tinham receio ao governo de Jango, justamente por causa dessa “enorme” participação do povo e do alinhamento com a ideologia comunista.

O Golpe Militar de 01 de abril de 1964 retirou João Goulart da Presidência da República e possibilitou aos militares a tomada de poder. No livro “A Ditadura Envergonhada”, Gaspari (2002a) explicita que os Generais Geisel e Golbery ajudaram a derrubar o governo de João Goulart, e não somente eles, mas alguns setores conservadores

---

<sup>16</sup> “Na Universidade, mesmo com a colaboração e adesão de significativos representantes da oligarquia acadêmica, como o próprio Reitor, a ação política de cunho populista, contraditória em si mesma, ainda sem o respaldo da competência científica e, além disso, dentro de um contexto de acirrada luta de classes a nível local e nacional, transforma-se, no mínimo, em apenas “um começo de conversa”, uma preparação do salto que, infelizmente, não ocorreu. A grande ilusão do “reformismo populista” da UR residia justamente na pretensão de que a Universidade, além de “pensadora” da mudança, ela própria poderia comandar tal mudança quando, de fato, nem sequer a própria comunidade progressista local - e não apenas a acadêmica - mal percebia, a nível global, o que se passava na sociedade brasileira” (PERRUSI, 1986, p. 514).

como o exército e a igreja foram fundamentais para a queda de Jango. Em depoimento para Gaspari (2002), Geisel registra que

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução (GASPARI, 2002a, p. 138).

A Ditadura Civil-Militar aconteceu de 1º de abril de 1964 e foi até 15 de março de 1985. Segundo Reis (2012), o apoio da sociedade civil brasileira foi essencial para que a Ditadura se estabelecesse por um longo período. Reis (2012, p. 01) afirma que “é inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira”. As marchas<sup>17</sup> realizadas pelos diversos segmentos da sociedade representaram o apoio ao golpe civil-militar.

Gaspari (2002b) assinala que após o Golpe e a queda de Jango houve uma instituição da violência, a Ditadura perde então a “vergonha”, e as torturas tornam-se uma política nacional, pois, o controle era fundamental para manter a ordem, e a maneira utilizada pelos militares para manter esse controle sobre a sociedade foi a violência; esta servia para intimidar ou castigar os sujeitos que por algum motivo eram tidos por subversivos. Houve muitas perseguições e prisões, várias pessoas foram presas e torturadas, outras desapareceram, ou foram mortas.

A partir do Ato Institucional Nº 1<sup>18</sup>, o primeiro dos presidentes militares, Humberto Castelo Branco (Arena), assume a Presidência do Brasil em 15 de abril de 1964, e fica até 15 de março de 1967. No governo de Castelo Branco ainda são promulgados mais quatro Atos

---

<sup>17</sup> “As Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart. A primeira marcha realizou-se em São Paulo, em 19 de março de 1964, reunindo cerca de meio milhão de pessoas. Foi convocada em reação ao Comício pelas Reformas que teve lugar uma semana antes, no Rio de Janeiro, com 350.000 pessoas. Depois da de São Paulo, houve a Marcha da Vitória, para comemorar o triunfo do golpe, no Rio de Janeiro, em 2 de abril. Narra a lenda que um milhão de pessoas compareceram. Um exagero. No entanto, esteve ali, no mínimo, a mesma quantidade de pessoas que em São Paulo. Em seguida, sucederam-se marchas em todas as capitais dos estados, sem falar em outras, incontáveis em cidades médias e pequenas. Até setembro de 1964, marchou-se sem descanso no país. Mesmo descontada a tendência humana de aderir aos vencedores, ou, simplesmente, à Ordem, tratava-se de um impressionante movimento de massas de apoio ao golpe” (REIS, 2012, p. 01).

<sup>18</sup> Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências (Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03 jun. 2017).

Institucionais, que aos poucos vão retirando os direitos conquistados na Constituição de 1946. São eles: o AI 2<sup>19</sup> de 27 de outubro de 1965, AI 3<sup>20</sup> de 05 de fevereiro de 1966, e o AI 4<sup>21</sup> de 12 de dezembro de 1966.

Além do estabelecimento do controle por meio da violência e dos Atos Institucionais, existia a necessidade de vigiar todo território nacional, e para isso foram criadas instituições de vigilância que tinham o papel de fiscalizar e denunciar quaisquer atos que questionassem o regime ditatorial. Segundo Mansan (2014), após 1964, foram constituídos alguns segmentos de vigilância, que deveriam atuar em regime de colaboração, entre os quais, ele cita:

(1) o do SNI (formado por agentes civis e militares); (2) o das polícias civis (incluídos aí os DOPS e a Polícia Federal); (3) o dos órgãos militares de informações (segundas seções, escritórios dos adidos, CIE, CENIMAR e CISA); (4) o do sistema DOI/CODI, composto por agentes civis e militares e formado a partir da experiência da OBAN (2014, p. 76).

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, era um dos principais meios de investigação e controle no regime. Salles e Stampa (2016, p. 168) apontam que o SNI “era o órgão de cúpula do sistema de vigilância política no Brasil e um dos serviços de inteligência mais bem equipados do mundo durante o período em que funcionou (1964-1991). Até porque esse sistema “articulava, no Brasil, uma rede composta por centenas de órgãos de vigilância e milhares de agentes e colaboradores, tanto civis quanto militares” (SALLES; STAMPA, 2016, p. 168).

Recife foi uma das capitais brasileiras que recebeu uma agência do SNI, sua implementação se deu entre os anos de 1964 a 1967. Nascimento (2014, p. 138) afirma que “a agência agia conjuntamente com as Forças Armadas e a Polícia Militar, mas, sobretudo, com o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)”. A agência tinha como objetivo em

---

<sup>19</sup> Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências (Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03 jun. 2017).

<sup>20</sup> Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes (Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03 jun. 2017).

<sup>21</sup> Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências (Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03 jun. 2017).

Pernambuco “o desmantelamento das Ligas Camponesas<sup>22</sup>, do Partido Comunista Brasileiro e dos sindicatos<sup>23</sup> a ele vinculado, assim como o acompanhamento das atividades de alguns padres e sacerdotes da Igreja Católica, e, a perseguição aos antigos apoiadores do governador Miguel Arraes” (NASCIMENTO, 2014, p. 138).

A coerção da Ditadura Civil-Militar que induzia, pressionava e compelia as pessoas a fazer algo pela força e violência vai ser reproduzida até mesmo nas Escolas, Faculdades e Universidades. O ambiente escolar vai reproduzir o clima de repressão, principalmente no que concerne a disciplinar professores, alunos e funcionários que cometessem algum ato tido como subversivo. O objetivo de tudo isso, segundo Salles e Stampa (2016, p. 170), “era denunciar aos militares qualquer crítica ao regime ditatorial ou que se pautasse no referencial marxista, associado diretamente ao ‘perigo comunista’”.

O controle da prática docente foi inevitável, pois a produção do conhecimento precisava ser controlada para não influenciar os estudantes contra o regime. Diante disso, era preciso que os docentes tivessem muita cautela ao se expressar nas aulas, pois quaisquer comentários de cunho questionador ao regime ditatorial eram considerados como sendo uma atividade de subversão.

O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica docente ao golpe era classificada como atividade subversiva e, conseqüentemente, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes (SALLES; STAMPA, 2016, p. 170).

Por todo Brasil existia um controle intenso nas Escolas, Faculdades e Universidades. Segundo Salles e Stampa (2016, p. 170), “sabe-se que estratégias, como a infiltração de alunos ‘olheiros’ nas aulas, gravação de aulas, cooptação de docentes e gestores, foram utilizadas”. Na Universidade do Recife também, em entrevista o professor André Furtado que

---

<sup>22</sup> As Ligas Camponesas são criadas no Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco, em 1955. Disseminando-se rapidamente por vários Estados do Brasil, contou com a importante liderança do advogado e deputado Francisco Julião. As lutas eram por melhores condições de trabalho, e até mesmo, melhores condições de vida no campo. Os trabalhadores se organizaram pelo sentimento de revolta que tinham, por causa da situação de miséria que viviam. As Ligas objetivavam uma reforma agrária radical que possibilitasse ao trabalhador rural o direito à terra.

<sup>23</sup> Um dos mais expressivos e atuantes Sindicatos desse momento no interior de Pernambuco foi o Sindicato Rural de Palmares. A Mata Sul era demarcada pela tensão entre os usineiros que detinham grande poder político na região, e os trabalhadores rurais que não tinham seus direitos trabalhistas consolidados. Dessa forma, lideranças como Capivara, Ventania e Gregório Bezerra exerciam forte influência no meio dos trabalhadores rurais, junto aos quais articulavam ações pela defesa dos direitos desses trabalhadores daquela região.

participará da gestão da terceira Diretoria da Adufepe, “Reestruturando” (abordaremos sua trajetória de vida mais à frente), registra que “as aulas eram infiltradas, muitos informantes dentro da sala de aula, então isso, quando começou a se descobrir que isso acontecia, então os professores começaram a ter um pouco mais de cuidado nas suas palestras, nas suas aulas, foi um período muito triste, muito triste” (FURTADO, 2016).

Os chamados “olheiros” eram sujeitos que a mando dos órgãos de segurança do regime ditatorial se infiltravam em vários locais do país. As instituições educativas foram alvo de vários desses olheiros que disfarçadamente observavam as atitudes das pessoas e, conforme fosse, entravam em contato com os órgãos de repressão e denunciavam quaisquer atos entendidos como contrários ao governo.

O professor André Furtado (2016) explica por quem os olheiros eram mandados, quais locais eles ocupavam, e como eles agiam:

eram mandados pelo Exército, era gente disfarçada que estava lá, não sei se eram Soldados, Cabos, eu não sei o que eles eram, mas era gente que fazia o Vestibular, mas já era direcionado, em todas as salas você tinha, quase você não tinha uma sala de nenhuma disciplina que você não tivesse um indivíduo espião lá dentro da sala não é, pra denunciar, ou denunciar o professor ou denunciar colegas que por acaso estivesse lá, muitos colegas que foram chamados, alguns foram chamados, foram torturados e outros nem chegaram a isso, apenas eram pra saber qual era posição deles (FURTADO, 2016).

Na UR houve uma reunião em 27 de abril de 1964. Santos (2014, p. 105) afirma que a mesma teve “como ponto de pauta a instauração da Comissão Designativa, como forma de controle das atividades dos docentes e dos servidores administrativos, para que os mesmos não se rebelassem contra o governo”. Foram incumbidos, portanto, os três professores Everardo da Cunha Luna, Armínio de Lator Mota e Alberto de Cavalcante de Figueiredo, de investigar e apurar quaisquer atos dentro da Universidade contra o governo.

Na UR, as investigações a possíveis práticas subversivas contra o governo eram feitas na apuração das ações de todos que compunham a comunidade acadêmica. Não apenas os docentes foram alvo de vigilância, mas todos os servidores e até mesmo o próprio Reitor, que atendendo às ordens do Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, em abril de 1964, instaura uma Comissão na UR. A Ata da Reunião explicita que

O Reitor da Universidade do Recife, no de suas atribuições, atendendo ao aviso nº 703 de 22 de abril de 1964, expedido a todas as universidades pelo exmo Sr. min. Da Educação e Cultura e considerando o que dispõe o artigo 8 do ato Institucional de 9 de abril de 1964; considerando o inciso A, do art 1º,

do ato nº 9 de 14 de abril de 1964, ambos do Comando Supremo da Revolução; resolve: Designar os professores Everardo da Cunha Luna, Catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito; Armínio de Lalor Mota, professor emérito da Faculdade de Medicina e Alberto de Cavalcante de Figueiredo, Catedrático de Economia das Industrias da Escola superior de Química, para, constituídos em comissão, sob a presidência daqueles que pelos seus membros forem escolhidos, apurar as reponsabilidades dos servidores, docentes e administrativos lotados em todas as unidades que integram a Universidade do Recife e na Reitoria, pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1964, p. 188).

Diante da instauração da Comissão, em 12 de junho de 1964, o Reitor João Alfredo apresenta sua renúncia<sup>24</sup>, insatisfeito pela desconfiança do governo federal. “O fato é que João Alfredo foi tragado pelas forças reacionárias de Pernambuco, frondosas e vicejantes no clima de delação com que se locupletou a ditadura militar que dominou no país a partir de março de 1964” (SIQUEIRA, 2012, p. 14).

Dos três professores designados para apurar possíveis atos de subversão na UR, dois eram Catedráticos, Everardo da Cunha Luna e Alberto de Cavalcante de Figueiredo. A universidade até finais da década de 1960 funcionava por meio das Cátedras e dos Catedráticos. Para Perrusi (1986, p. 6), as Cátedras, “representavam pequenos feudos impermeáveis a quaisquer influências”.

Em entrevista, o professor Audísio Costa, que participará da gestão da primeira e segunda Diretoria da Adufepe, “Consolidação” e “Universidade Crítica” (abordaremos sua trajetória de vida mais à frente), explicita que “a questão da integração naquela época era mais difícil, porque o sistema universitário, ele era baseado nas Cátedras, então cada Catedrático mandava no seu feudo” (COSTA, 2016, p. 11).

Portanto, não havia uma relação de integração no sistema universitário, porque os Catedráticos detinham em suas mãos o controle do seu espaço. Conforme Perrusi (1986, p. 6), os Catedráticos “com sua corte de assistentes fiéis e quase sempre por ele próprio indicados -

---

<sup>24</sup> A Ata da Reunião esclarece que: o propósito da convocação da reunião é comunicar aos conselheiros o seu afastamento da presidência da Reitoria da Universidade do Recife. Afastamento definitivo. Quanto ao Conselho Universitário, disse estar feliz pelo reconhecimento ante a solidariedade que obteve recentemente do mais alto órgão da Universidade do Recife. Continuou a dar conhecimento das suas atividades como reitor. Por determinação ministerial, constituíra uma comissão de investigação, como é de reconhecimento geral dos que estão aqui presentes. Concluídos os seus trabalhos, enviou ao min. da Educação o relatório da referida comissão com todos os documentos de sua gestão, incluindo ainda, nesse relatório, os documentos com suas despesas pessoais que ficaram fazendo parte deste inquérito. Publicado edital para que fosse oferecida denúncia contra sua administração ou contra a atuação de professores, estudantes ou funcionários. Concluída, portanto, essa tarefa, conforme era do seu dever e considerando não ter do seu propósito, em benefício da própria Universidade, permanecer junto a Reitoria sem contar com a confiança do Governo Federal renunciava portanto ao restante do seu mandato e, na oportunidade, estava encaminhando o pedido de sua exoneração ao presidente da República (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1964, p. 191).

funcionava magistralmente junto ao alunado sem a mínima possibilidade de contestação ou de contradição, quer pelos estudantes, quer pelos assistentes, quer pelos outros catedráticos”.

O clima envolvia relações de poder, as decisões do Catedrático deveriam ser aceitas pelos docentes e alunos sem quaisquer questionamentos. Para Perrusi (1986, p. 6), “a nível de transmissão do conhecimento, o poder do Catedrático lhe emprestasse o papel do verdadeiro ‘oligarca acadêmico’”. Oligarca acadêmico, porque o mesmo detinha o monopólio do saber na Universidade.

Entretanto, Audísio Costa ressalta que havia Catedráticos e Catedráticos. Existiam aqueles que trabalhavam numa perspectiva fechada, mas havia outros, como Nelson Chaves da Fisiologia, de quem ele foi mais próximo, que trabalhavam de uma maneira mais humana. “Nelson era um Catedrático que tinha uma visão mais ampla... uma visão humanista, tinha uma visão política” (COSTA, 2016).

A atuação dos Catedráticos nas Universidades chegaria ao fim. Arthur da Costa e Silva (Arena) tomou posse em 15 de março de 1967, e no seu governo, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura, entra em vigor uma Lei que reforma as Instituições de Ensino Superior (IES), extinguindo as Cátedras.

### 2.1.3 O Reitorado de Murilo Guimarães (1964-1971) e as Reformas: a Reforma da Universidade do Recife e a Reforma Universitária de 1968

Com a saída de João Alfredo da Reitoria, Murilo Guimarães assume como Reitor, sua gestão se efetiva de agosto de 1964 a agosto de 1971. Segundo o Professor Palhares Moreira Reis, em entrevista (SANTOS, 2012, p. 60), “o Reitorado de Murilo Guimarães teve um começo difícil... com relação às perseguições a seus docentes, que vinham do tempo do reitorado anterior (não da Reitoria anterior, mas do momento crítico do início de 1964)”. Não era o Reitor João Alfredo que perseguia os professores da Universidade, mas as forças militares que dominavam nesse momento a universidade.

O controle era fundamental para que tudo acontecesse conforme os interesses do regime militar. O professor Jônio Lemos, Vice-Reitor de Murilo Guimarães, em entrevista (SANTOS, 2012, p. 60), explicita que os militares, “eles dominavam, faziam o que queriam... Agora eles andavam atrás de mim. Porque eu ia pra Gravatá..., pra Garanhuns, e eles iam saber o que eu estava fazendo por lá... Eles tomavam conta... de todo o pessoal... Eu soube pela moça lá da... secretaria do... hotel que me disse”.

É na gestão de Murilo Guimarães e Jônio Lemos, que no ano de 1968 acontece a Reforma da UR, que é firmada através do Decreto 62043/68, que possibilita uma mudança de nomenclatura. A Universidade do Recife, UR, “passa a se denominar Universidade Federal de Pernambuco, após uma reestruturação destinadas a todas Universidades federais<sup>25</sup>” (SANTOS, 2014, p. 110).

A mudança de nomenclatura se dava num período em que o campus universitário também se consolidava, possibilitando aos professores contatos mais aproximados. Esse momento foi sentido por quem esteve na Universidade na época, como é o caso do Professor Gadiel Perrusi, que em entrevista explicita o seguinte:

quando a veio a Ditadura, e foi durante a Ditadura que eu fui para fazer o Doutorado, quando voltei, encontrei o quê? Uma Reforma Universitária, com o título da Universidade, Universidade Federal de Pernambuco... e já a construção do campus bastante avançada... eu acho que foi muito importante porque mesmo com Ditadura, mesmo com Totalitarismo, mesmo com tudo quanto era lixo legislativo, ou impositivo, autoritário, mesmo assim congregou no campus a maior parte, a maioria dos professores, e que os contatos aí começaram a se fazer com mais intensidade (PERRUSI, 2016, p. 4).

Além dessa Reforma que possibilitou a mudança de nomenclatura na UFPE, a Reforma instituída por meio da Lei nº 5.540 estabelecida em 28 de novembro de 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, ampliando as IES e qualificando o corpo docente, promovendo uma qualificação em nível de Mestrado e Doutorado.

A Lei extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral (LIRA, 2012, p. 01).

A Reforma teve alguns pontos positivos como a extinção das Cátedras e a criação dos Departamentos, e a introdução do regime de dedicação exclusiva para os professores, assim como teve elementos controversos, tais como, o estabelecimento dos ciclos básico e profissional, e a instauração do sistema de créditos. A Reforma de 1968 também apresentou pontos negativos, tais como assinala Lira (2012, p. 12): “a reforma procurou conciliar a racionalização das estruturas através da compressão de investimentos e a massificação do ensino”.

---

<sup>25</sup> “As universidades federais foram reestruturadas segundo princípios e normas de organização estabelecidos para as universidades pelos Decretos Leis nº 53/66 e 252/67. Às universidades caberiam elaborar um Plano modernizador tendo os decretos 53 e 252 como referências” (SANTOS, 2014, p. 23).

A Reforma Universitária, segundo Paim e Silveira (2005, p. 127), “serviu para atenuar a crise educacional, mostrando-se como resposta às pressões internas e para a manutenção do modelo ditatorial vigente”. Esse modelo vigente de educação estava passando por uma transição. Saviani (2007) aponta que, por volta de 1968, houve uma crise da Pedagogia Nova, abrindo espaço para a emergência da Pedagogia Tecnicista.

A concepção tecnicista que era baseada na objetividade e racionalidade norteou, portanto, a Reforma de 1968. Segundo Mendes (2000, p. 03 apud LIRA, 2012, p. 03), “a noção de planejamento que norteou a produção da lei foi limitada a parâmetros financeiros. Deste modo, o impacto desta atitude foi muito negativo, por se tratar de um assunto de ordem tão elevada”.

No dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5<sup>26</sup> entra em vigor, definindo que o regime militar estava endurecendo cada vez mais, e as ações com vistas à manutenção da ordem se tornavam cada vez mais radicais. O AI5 produziu várias ações arbitrárias que tiveram efeitos duradouros. Segundo Costa e Mello (1999, p. 55), a partir dele, “o Executivo ampliava seus poderes sobre o Legislativo, outorgando-se o direito de fechar o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras de vereadores, de cassar mandatos parlamentares e direitos políticos e de legislar sobre qualquer matéria”.

Várias Leis, Decretos e Decretos-leis foram promulgados durante esse período. Os Decretos-Lei foram um dos mecanismos de repressão da Ditadura. No governo de Costa e Silva, por meio do Decreto-Lei Nº 477<sup>27</sup> de 26 de fevereiro de 1969, o controle ao trabalho docente permanecia. Extremamente repressor, o Decreto 477<sup>28</sup>, além de outras providências,

---

<sup>26</sup> Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências (Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03/06/2017).

<sup>27</sup> Estabelecia que: Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

<sup>28</sup> § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de

definia infrações disciplinares para professores, estudantes ou funcionários das instituições de ensino brasileiras, assegurando meios de disciplinar e intimidar aqueles que tentassem se opor ao regime. Para Cunha e Góes (2002, p. 38), esse Decreto “representou a expressão mais acabada das ameaças de repressão política e ideológica à universidade brasileira”.

André Silva, Cassiana Farias e Thalita Silva (2016), no texto “Entrebrechas e vagas noturnas: memórias de educadoras em Recife nos anos ditatoriais de 1964 a 1977”, tomam o depoimento de algumas professoras que em seu lugar social viveram esse momento; uma delas afirma que

A sensação de estar sob constante vigilância era como uma bruma espessa que envolvia a todos. Os relatos descrevem uma experiência de desconforto: já não se tratava de um processo ‘pedagógico’ que constituísse o apreço ao projeto ditatorial; pelo contrário, o que vigorava era a instauração de um ambiente de tamanha coerção, que já não se especificava o que seria efetivamente a ‘divergência’ ou ‘do que’ especificamente não se podia divergir (FARIAS; SILVA; SILVA, 2016, p. 66).

O desconforto se dava pela extrema vigilância que envolvia a todos, numa sala de aula possivelmente existiam estudantes militares, ou olheiros disfarçados que estavam esperando uma brecha para entrar em ação, que estavam esperando uma ação contra o governo ditatorial para tomar uma atitude radical e entregar companheiros de sala às autoridades militares. O medo de falar, de se posicionar era algo que acontecia cotidianamente, se tinha desconfiança de tudo e de todos.

Em 30 de outubro de 1969 assume a presidência da República, Emílio Garrastazu Médici (Arena). Seu governo é caracterizado por uma forte expansão econômica, e também por uma forte repressão, com a atuação, principalmente, da Operação Bandeirantes (OBAN)<sup>29</sup>. Gaspari (2002b) entende que o “milagre econômico” e os “anos de chumbo” aconteceram simultaneamente, pois ambos eram reais, coexistiam negando-se.

---

ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. § 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

<sup>29</sup> A Operação Bandeirantes (Oban) financiava o esquema de torturas. A Oban era um centro de investigações e torturas montado pelo governo do Estado de São Paulo e pelo Exército em 1969, com vistas a combater as organizações armadas de esquerda. Alguns empresários brasileiros, como o Presidente da empresa Ultragás, Henning Albert Boilesen, financiavam a entidade com receio de que a esquerda armada chegasse ao poder e atrapalhasse seus negócios.

Os “Anos de Chumbo” da Ditadura Civil-Militar foram anos sombrios, pois o governo de Médici tinha a violência como política nacional. No livro “A Ditadura Escancarada”, Gaspari (2002b) situa esse momento como o período em que a Ditadura escancarou as repressões, pois quem não se encaixasse na ordem estabelecida era considerado subversivo, e conseqüentemente era perseguido, torturado, preso ou morto.

#### 2.1.4 O Reitorado de Marcionílio Lins (1971-1975) e as agências de informação: a vigilância na UFPE

A vigilância por todo território nacional se dava pela atuação de vários segmentos o SNI, Dops, CIE, Cenimar, Cisa, DOI/CODI, entre outros. A educação superior era uma área central a ser regulada, e o SNI, com suas atividades de Informações e Contra-Informações, precisava saber o que se passava nas universidades para levar adiante a “Operação Limpeza”.

Destarte, existia uma rede de relações e de informações vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), que, por sua vez, atuou de maneira expressiva nas instituições de ensino superior e segundo Mansan (2014, p. 93) “teve papel decisivo na promoção da “Operação Limpeza””. O segmento de vigilância que era direcionado a atuar na educação, especificamente no ensino superior, é citado por Mansan (2014); sua formação se dava da seguinte forma:

No caso do campo da educação superior, tal segmento da estrutura de vigilância era formado pelo MEC, pela DSI/MEC, pela CISMEC, pelas ASI/AESI criadas nas instituições vinculadas ao MEC (inclusive nas universidades) e pelos reitores e dirigentes universitários subordinados a eles, com a colaboração de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos (eventual ou constante, voluntária ou cooptada) (MANSAN, 2014, p. 77).

As Divisões de Seguranças e Informações (DSI/MEC)<sup>30</sup> e a Comissão de Investigação Sumária (CISMEC)<sup>31</sup> foram criadas no final da década de 1960. No início de 1970, mais especificamente em 1971, foram criadas nas universidades brasileiras as Assessorias

<sup>30</sup> As Divisões de Seguranças e Informações (DSI) do MEC foram criadas em 1967, e tinham um papel muito importante, que consistia em “assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança” (MOTTA, 2014, p. 194). A DSI “foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente, graças à vigilância sobre as universidades”.

<sup>31</sup> A forte atuação do MEC “nos processos de vigilância sobre o campo da educação superior foi incrementada a partir de 10/jan/1969, com a criação da CISMEC” (MANSAN, 2014, p. 94). A Comissão de Investigação Sumária (CISMEC) tinha como função “realizar o mesmo trabalho de vigilância que as “comissões especiais de investigação sumária” haviam feito em 1964, mas de modo centralizado e sob comando direto do ministro da Educação e Cultura” (MANSAN, 2014, p. 93-94), Tarso Dutra.

Especiais de Segurança e Informações (Aesis), que funcionavam como agências de informação ligadas a DSI do MEC.

As Aesis, por sua vez, exerciam seu papel de agência de informações dentro das universidades. “No total, havia aproximadamente 35 Aesis universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC” (MOTTA, 2014, p. 197). Motta (2014) explicita que as Aesis foram criadas nas universidades brasileiras nos anos de: UnB (fevereiro de 1971); UFPB (março de 1971); Ufal (janeiro de 1972); USP (outubro de 1972). Em relação às outras universidades, “elas foram criadas no mesmo período entre 1971 e 1972” (MOTTA, 2014, p. 195).

Neste sentido, as Aesis foram criadas na UFPE entre 1971 e 1972, período do Reitorado de Marcionílio de Barros Lins, que aconteceu de agosto de 1971 a agosto de 1975. Reitorado que além da preocupação com o florescimento da pesquisa, conforme Marques (1981, p. 18-19), é marcado pela contradição, pois, ele foi “renovador, não apenas porque quis implantar, a todo custo, e implantou, nesta Universidade, a famigerada Reforma Passarinho, mas também porque o que ele mais fez no seu fecundo reitorado foi renovar ou ao menos tentar renovar métodos e tendências”.

Ernesto Geisel (Arena) assume a Presidência da República em 15 de março de 1974. A proposta do governo Geisel representava “a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país” (SILVA, 2009, p. 263).

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi criada em 1948, e organizava reuniões anuais para tratar de questões referentes à ciência no Brasil. Suas reuniões se configuravam como espaços de discussões para os docentes, que aos poucos iam fortalecendo a pesquisa científica na comunidade acadêmica, além de ampliar o conhecimento tecnológico no país.

Em Recife, a UFPE recebeu a 26ª Reunião anual da SBPC, que aconteceu de 10 a 17 de julho de 1974. O Jornal Diário de Pernambuco noticiou no dia 10 de julho “Cientistas brasileiros reúnem-se hoje na Sudene”:

Sob a Presidência do Reitor Marcionílio de Barros Lins, da Universidade Federal de Pernambuco, e do Professor Oscar Sale, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, será instalada hoje a XXVI Reunião Anual da SBPC que congregará cientistas das áreas Tecnológica, Biológica, e Ciências Humanas de todo o país. A sessão inaugural será realizada às 20h no auditório Emilio Garrastazu Médici, no Edifício da Sudene, Cidade Universitária. A abertura da sessão será feita pelo Presidente da SBPC, havendo em seguida saudação do reitor Marcionilo de Barros Lins. Falará

ainda, o professor Waldemar Ladosky, coordenador da Comissão Executiva Local (BIBLIOTECA NACIONAL, DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1974).

A Reunião aconteceu durante esses oito dias, realizando diversas atividades, entre elas, mesas redondas, reuniões e simpósios. O noticiário do Jornal do dia 18 de julho de 1974 explicita “Cientista afirma que reunião teve êxito”:

O Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Oscar Sala, revelou ontem, que a XXVI reunião, realizada nesta capital, teve grande êxito, principalmente porque as reuniões, simpósios e mesas redondas foram de um nível excelente, resultando num total aproveitamento por parte dos participantes... – Esse ano aconteceu um fato que me deixou bastante entusiasmado. O número de jovens superou as expectativas e, isso simplesmente revela o interesse da juventude no processo de desenvolvimento do país... disse o professor Oscar Sala... O bom nível dos trabalhos também foi comentado, sendo inclusive considerado superior ao do encontro do ano passado (BIBLIOTECA NACIONAL, DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1974).

Apesar do grande êxito da Reunião citada na fala do Oscar Sala, alguns cientistas reclamaram da organização do evento. O Jornal mostra, ainda na notícia do dia 18 de julho, que “a organização do certame deixou muito a desejar para alguns cientistas que reclamaram o problema de hospedagem, alimentação e transporte, criticando a falta de infra-estrutura da cidade para receber visitantes, bem como da Empetur” (BIBLIOTECA NACIONAL, DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1974).

## **2.2 Lenta, gradual e segura: a abertura política e a UFPE**

O Brasil vivenciou o período mais duro da Ditadura Civil-Militar entre os anos de 1964 a 1974, nos governos de Humberto Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Com o esgotamento desse período e a ascensão de Ernesto Geisel à Presidência da República, surge um novo momento que trouxe consigo o aparecimento de um novo projeto político denominado de Abertura Política.

A Abertura Política é o termo dado a um conjunto de ações que objetivavam a transição do regime ditatorial para um regime democrático. Kinzo (2001) explicita que a ascensão de Geisel e o anúncio de um projeto de distensão marcam um novo período, que estabelece uma transição, mas que detém o total controle dela, definindo seu ritmo e seu escopo.

O termo distensão carrega consigo um significado importante, “distensão que também é chamada de liberalização, descompressão ou abertura, é normalmente utilizada como sinônimo de transição” (MATHÍAS, 1995, p. 17). Uma transição, por sua vez, é dotada de imprecisão e indefinição, concerne ao momento em que algo está passando por um processo de mudança. Transição num regime político se caracteriza como a fase de esgotamento de um regime, e o processo de consolidação de um novo.

### 2.2.1 O Reitorado de Paulo Maciel (1975-1979): Abertura Política na UFPE

No período do Reitorado de Paulo Frederico do Rego Maciel, que aconteceu de setembro de 1975 a setembro de 1979, houve uma reformulação nas Aesis. Segundo Motta (2014, p. 195), em “1975, a denominação oficial passou a ser ASI”, que significava Assessoria de Segurança e Informação. Apesar da mudança de nome, a ASI tinha a mesma função das Aesis, atuou como órgão de informação do regime ditatorial.

Em depoimento oral o professor Paulo Rubem Santiago Ferreira, que no ano de 1975 era estudante no curso de Licenciatura em Educação Física, afirma que “aqui na Universidade havia toda uma presença de representantes dos órgãos de Segurança e Informação, existia inclusive na Reitoria uma ASI – Assessoria de Segurança e Informação” (FERREIRA, 2018).

O professor Paulo Rubem Santiago comenta que existia no Departamento de Educação Física um representante desse órgão de segurança:

no meu Departamento lá na Licenciatura em Educação Física, havia um funcionário chamava-se Antônio Coelho de baixa estatura, uma pessoa bastante gorda, e que visivelmente era a pessoa que olhava os estudantes, se aproximava de grupos que estavam reunidos, uma vez chegou a distribuir um Cordel intitulado “Filhos do Partido Comunista”, com a foto de Luís Carlos Prestes, isso eu me lembro bem, e esse senhor ficou muito tempo na Universidade, especificamente nessa função da Assessoria de Segurança e Informação (FERREIRA, 2018).

A confirmação da existência de uma assessoria de segurança no curso de Educação Física demonstra que se num curso sem tradição em movimentos, como Educação Física, a ASI estava presente, em Centros cujos cursos historicamente têm aproximações com lutas e movimentos, que pensam e refletem a sociedade, a presença desses representantes de vigilância deveria ser constante e em grande número. Em sua fala, o Professor Paulo Rubem Santiago Ferreira explicita que:

se Educação Física que era um curso sem tradição no Movimento estudantil, um curso novo, a minha turma foi a segunda turma, eu entrei em 1974, a primeira turma entrou em 1973, um curso novo, sem tradição de lutas, sem memória do ponto de vista dessa luta estudantil, se pra lá foi um sujeito do Serviço de Informação, imagine no Centro de Educação, Ciências Sociais, CFCH, não é, Filosofia, Sociologia, História, quantas pessoas foram digamos assim, deslocadas pra cá, pra fazer o processo de espionagem, de investigação, até de intimidação de ameaça não é, eu acho que muita gente, na Universidade (FERREIRA, 2018).

O controle se dava não apenas aos estudantes, a ASI atuava até mesmo vetando professores de assumirem seu trabalho nas Universidades. Motta (2014, p. 231) registra que “em alguns casos, professores aprovados em concurso e não contratados por razões políticas recorreram à justiça ou ameaçaram fazê-lo”.

Na UFPE, em 1975, houve o caso do professor Geraldo Gomes que serve de marco temporal inicial para esta pesquisa. Abordando o fato mais detalhadamente, o documento da ASI, de 28 de agosto de 1978, encaminhado concomitantemente ao SNI, é composto por três pontos, no primeiro está registrado: “1. O Professor Geraldo Gomes da Silva, submeteu-se em 1975 a Concurso Público para Provimento do cargo de Auxiliar de Ensino desta Universidade, tendo sido classificado em 1º lugar” (AESI/ASI/SNI – INFORMAÇÃO Nº 52/78 e DSI/MEC – INFORMAÇÃO Nº 54/78 apud MOTTA, 2014).

Todavia, antes de tomar posse do cargo, a DSI/MEC encaminha à ASI informações sobre Geraldo, e registra que o mesmo, segundo Motta (2014, p. 231), “já havia sido preso e pertencera à Sociedade de Amigos da URSS”. Diante disso, a ASI dá ordens ao Reitor para que Geraldo não seja empossado. Paulo Maciel toma a decisão de não contratar Geraldo, cumprindo as determinações do órgão de repressão.

Dessa forma, acatando as ordens que lhes foram dadas, Paulo Maciel não deu a posse do concurso ao professor Geraldo Gomes, contratando o 2º e 3º colocados do concurso. O que motiva a decisão do Reitor é o órgão de segurança, a relação de poder ali posta, sendo Paulo Maciel submisso ao órgão.

2. Por ocasião da contratação dos classificados, tendo sido apresentado por esta ASI ao Reitor PAULO MACIEL, as restrições feitas ao citado professor pela DSI/MEC, o Reitor decidiu contratar para as vagas existentes os 2º e 3º colocados com o que não se conformou o Professor Geraldo Gomes da Silva (AESI/ASI/SNI – INFORMAÇÃO Nº 52/78 e DSI/MEC – INFORMAÇÃO Nº 54/78 apud MOTTA, 2014).

O professor Geraldo, por sua vez, não aceita passivamente essa situação, desafia a decisão do Reitor, e conseqüentemente, enfrenta o órgão de segurança acionando a Justiça.

Ao acioná-la, Geraldo demonstra confiança no Estado Direito, a sua ação é um marco de resistência do Estado de Direito, além disso, ele foi corajoso ao enfrentar um órgão de segurança em plena Ditadura Civil-Militar. Até porque, no ano de 1975, várias pessoas ainda estavam sendo perseguidas, torturadas ou mortas, como é o caso do jornalista Vladimir Herzog<sup>32</sup>, o que indicava que os militares mais radicais não aceitariam a Abertura facilmente.

O Reitor Paulo Maciel, ao saber que o professor Geraldo aciona a Justiça, percebe que é “melhor contratá-lo, pois considerava quase certa a derrota nos tribunais” (MOTTA, 2014, p. 231). O próprio Reitor, em contato direto com o órgão de segurança, se explica citando o Regimento Geral da Universidade, que rege a realização do concurso, e afirma que frente à eminente decisão da Justiça vai contratar Geraldo, baseado no próprio Regulamento, por um período de dois anos.

A contratação de Geraldo não foi apreciada pelo órgão de segurança, mas Paulo Maciel renova o contrato e mantém o professor “nos quadros da UFPE, com o argumento de que Gomes não se envolvia em atividades políticas dentro da instituição” (MOTTA, 2014, p. 231). Diante disso, Motta (2014, p. 231) assinala que “o Exército e a polícia pernambucana consideram um acinte a manutenção do professor”, pois o mesmo, como citado anteriormente, já havia sido preso e fez parte da Sociedade de Amigos da URSS.

3. Face a uma possível decisão da Justiça, com certeza favorável ao Professor Geraldo, por não haver no Regulamento Geral da Universidade, que rege a realização do concurso qualquer apoio a decisão anterior do Reitor, este decidiu contratar o Professor Geraldo pelo prazo de dois (02) anos a que obrigava o citado Regulamento. Findo, entretanto, o prazo desse contrato o Reitor PAULO MACIEL, decidiu renova-lo, tendo em vista, segundo esclarecimento do próprio Reitor, a eficiência profissional do Professor Geraldo e seu completo afastamento de qualquer atividade de natureza política dentro da UFPE no período do contrato anterior (AESI/ASI/SNI – INFORMAÇÃO Nº 52/78 e DSI/MEC – INFORMAÇÃO Nº 54/78 apud MOTTA, 2014).

Segundo Motta (2014), ainda em 1975 houve uma reestruturação do sistema, e as Assessorias Regionais de Segurança e Informação (Arsis) foram substituídas pela ASI instaladas nas Delegacias Regionais do MEC (Demec). As Arsis foram criadas a partir de 1971; Motta (2014, p. 197-198) assinala que elas tinham o papel de “coordenar as atividades das Aesis na respectiva região, servindo de ponte entre estas e a DSI/MEC. Houve cinco

---

<sup>32</sup> O caso de Herzog teve repercussão nacional, pois o jornalista apareceu morto com um pano no pescoço no porão do DOI-Codi do II Exército de São Paulo, e a versão dos militares sobre a morte foi que Herzog havia se suicidado. Após investigações, Zanetti (1993, p. 12) explicita que houve o “afastamento do comandante do 2º exército, General Ednardo, e à Condenação do Estado, julgado pela justiça como culpado pela morte”.

Arsis, e sua divisão correspondia, aproximadamente, às regiões brasileiras: Arsi/NE, Arsi/DF/MG/Go, Arsi/GB, Arsi/MT/SP e Arsi/RS”.

Com a substituição das Arsis, a ASI passou a atuar junto às Demec, num total eram nove unidades espalhadas por todo país, em Pernambuco ela foi denominada de ASI/DR-2. Em 1977, a ASI/DR-2 atua no controle aos estudantes, pois reconhece que o Movimento Estudantil (ME) em Pernambuco, por meio dos estudantes das três instituições de Ensino Superior que existiam nesse Estado, ganhara força. A ASI/DR-2:

disseminou uma informação sobre um panfleto que teria sido “afixado no mural do DA [diretório acadêmico] do Centro de Ciências Sociais Aplicadas [da] UFPE e distribuído no campus da UFRPE em 17/ago/1977”. Além de encaminhar o documento à DSI/MEC, aquela ASI encaminhou-o também para a agência do SNI de Recife, para o IV Exército, para a seção do DPF de PE, para o Centro de Informações da SSP/PE (vinculado à DOPS/PE), bem como para as ASI da UFPE e da UFRPE. A informação afirmava que os diretórios acadêmicos da UFPE, o DCE da UFRPE e “uma comissão da UNICAP que autodenomina[va]-se Movimento Década” teriam aderido ao “Movimento Estudantil em Pernambuco”. Com a intenção de comprovar a afirmação, encaminhava em anexo “cópia do panfleto ‘Carta aberta à população’” (MANSAN, 2014, p. 98).

As lutas do Movimento Estudantil por todo Brasil, a partir de 1977 se tornaram mais intensas. Para Lacerda (2010, p. 16), esses estudantes “foram os responsáveis por reconduzir a luta da sociedade civil pelo retorno da democracia, mudando de uma pauta de pura resistência vivenciada na década de 1960, para uma pauta de luta democrática”. Em Pernambuco, Soares (2015) afirma que o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife (FDR/UFPE), estava organizado para realizar no dia 15 de setembro de 1977 uma “noite sobre debates políticos”.

Esses debates contariam com a participação dos Senadores Paulo Brossard, Teotônio Vilela e Marcos Freire. Ao saber do evento, o Professor Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho, Diretor da FDR, suspendeu as aulas da noite liberando todos os funcionários. A intenção do Diretor da FDR era que a reunião não acontecesse, mas o ME estava organizado, e apesar do cancelamento do expediente, os estudantes se reuniram para protestar nos entornos da Universidade.

Quando os Senadores esperados chegaram, Soares (2015, p. 07) assinala que “os manifestantes levantaram faixas, gritaram slogans e seguiram em passeata rumo ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE, quando foi dissolvida e cinco discentes foram detidos por policiais”. Ao saber do acontecido, o Reitor da UFPE Paulo Maciel, que assim como no caso do professor Geraldo Gomes, por algum motivo de força maior, toma uma

atitude pelos estudantes presos, “intercedeu nessa situação, ao ligar para o secretário de Segurança Pública” (SOARES, 2015, p. 07).

Apesar do protagonismo do Movimento Estudantil por todo país, que alcançava os estudantes pernambucanos em finais da década de 1970, esse movimento em Pernambuco sempre esteve sob a vigilância dos órgãos de segurança do regime. A vigilância, repressão e censura aos estudantes eram meios de intimidá-los e corrigi-los quando houvesse necessidade. Mas as resistências do ME permaneceram, e as lutas por um país democrático estavam apenas começando.

Somado aos estudantes, nos finais da década de 1970, alguns trabalhadores também tomam iniciativas junto às suas categoriais para reivindicar melhores condições de trabalho e salário, iniciativas que reestruturam a maneira de fazer sindicalismo, e trazem à tona sujeitos dotados de um sindicalismo mais reivindicativo e combativo. A seguir, veremos essas novas práticas sindicais que emergiram no contexto da Abertura Política.

### **2.3 Novo sindicalismo: a emergência de novas práticas sindicais na abertura política**

O “milagre econômico” termo que denomina o momento de forte crescimento da economia brasileira foi promovido por várias medidas, entre elas, pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>33</sup> implantado em 1964, no governo do Presidente Castelo Branco. Houve um considerável incentivo ao consumo, além do aumento de “extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.)” (GIAMBIAGI; VELOSO; VILLELA, 2008, p. 222).

No entanto, com a alta inflação de 1973-1974, houve um declínio do “milagre”, e várias crises<sup>34</sup> entram em cena, desequilibrando a economia do país, como por exemplo, a crise do petróleo. Nesse período, o preço do petróleo aumentou consideravelmente, ocasionando reflexos negativos em todo mundo.

Os anos 73-74 marcam o fim do período mais duro da repressão, e acaba a “operação limpeza”, (assim chamada por alguns segmentos) que varreu, um a um, todos os diversos grupos que ofereciam resistência ao regime (operários, estudantes, intelectuais, igreja, guerrilheiros). Nestes mesmos

<sup>33</sup> Foi concebido logo após a tomada do poder pelos militares e implementado entre 1964 e 1967... Entre os principais objetivos do PAEG estavam a política salarial, de cujos resultados dependeria o êxito de tal planejamento; uma política monetária atrelada a uma severa política fiscal (GIANNASI, 2011, p. 212-213).

<sup>34</sup> Crises em outros países também, a América do Sul, por sua vez, estava marcada por ditaduras no Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Venezuela.

anos começa o fim do “milagre econômico” com a crise da economia mundial, e a crise do petróleo (ZANETTI, 1993, p. 11).

A exploração dos trabalhadores se tornou mais intensa, e esses sujeitos ficaram sem força suficiente para reivindicar seus direitos. A modernização do sindicalismo de Estado aniquilou com os direitos dos trabalhadores conquistados ao longo dos anos:

a “fórmula mágica encontrada pelos militares para o financiamento interno da acumulação foi o “investimento estrangeiro”. E para que este ocorresse foi necessária tanto a extinção de alguns direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos quanto a “modernização” do sindicalismo de Estado. Esta se deu por duas formas: “uma política de controle sindical”, por um lado; e “controle das greves” e arrocho salarial” por outro (FERREIRA, 2012, p. 120).

A política de controle sindical e o controle das greves estabeleceram uma legislação vasta de controle aos Sindicatos, entre elas podemos citar a Lei nº 4.330 (01/07/1964) que regula o direito à greve, a tornando praticamente impossível. Existiam punições para quem entrasse em greve de forma ilegal. Segundo Ferreira (2012, p. 143), o trabalhador podia receber as seguintes punições: “a) advertência; b) suspensão até 30 dias; c) rescisão do contrato de trabalho; d) poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional... 1 a 3 anos de reclusão”.

Neste referido período, os Sindicatos, então, perderam a força combativa de atuação e ficaram sob o domínio do Estado. O aperfeiçoamento do Sindicalismo de Estado no período de Ditadura Civil-Militar se dá justamente pela forma como, neste momento, o Estado não só controla a atuação sindical dos trabalhadores, mas o próprio trabalhador, controlando ao máximo os trabalhadores, e procurando evitar, conforme Ferreira (2012, p. 98), “que os trabalhadores desenvolvessem uma ação mais coerente com seus interesses de classe”.

Vale salientar que o controle era exercido até mesmo sob os próprios empresários. Ferreira (2012, p. 145) explicita que “o que era antes uma relação entre empresários e trabalhadores regulada e mediada pelo Estado, no terreno da barganha salarial, com a instauração do regime civil-militar, passou a ser uma imposição do Estado sobre os empresários e sobre os trabalhadores”.

Por sua vez, o arrocho salarial foi estabelecido com a Circular nº 10 (19/06/1964) do Ministério da Fazenda. Neste documento, ressalta-se o reajustamento dos salários anualmente, que se daria pelo que fosse previsto para a inflação do ano seguinte. Ferreira (2012, p. 144) aponta que “entretanto, o reajuste salarial dar-se-ia através do salário real pela média, e não

pelo pico. Como a inflação era anualmente subestimada, o resultado foi que os aumentos salariais ficaram sempre muito abaixo da inflação do período”.

O arrocho salarial foi uma das consequências da ampliação e internacionalização da economia brasileira, cujo aumento da dívida externa e demasiada dependência do capital estrangeiro levaram à má distribuição de renda, aumentando a desigualdade entre os brasileiros. Os trabalhadores passaram a ganhar cada vez menos, e o arrocho foi sentido mais ainda pela classe trabalhadora menos qualificada.

Diante da conturbada situação política e social ao qual o Brasil se encontrava, uma crise maior era inevitável. A crise de 1975 provocou inúmeras desordens pelo país, entre elas, a queda nos salários da população (que passou a conviver com o desemprego, e conseqüentemente, com o aumento da marginalidade), a expansão das favelas, e o crescimento de endemias, epidemias e mortalidades.

As consequências do declínio do “milagre econômico”, da crise do petróleo e das demais crises econômicas foram desastrosas, e Geisel, por sua vez, tomou algumas medidas, a partir de grandes empréstimos estrangeiros:

Em vez de optar pela contração econômica, como aconteceu na maioria dos países afetados pela crise, o governo Geisel implementou uma política de expansão econômica através do aprofundamento do modelo de substituição de importações, em detrimento dos consequentes desequilíbrios internos e externos. Assim, um ambicioso programa de substituição de importações nos setores de matéria-prima e bens de capital foi implantado, envolvendo investimento estatal significativo nos setores de energia e infra-estrutura às custas de grandes empréstimos estrangeiros (KINZO, 2001, p. 05).

Com a desintegração do milagre, Antunes (1991) explicita que os segmentos dos trabalhadores médios, entre eles os professores, passam a vivenciar os pontos negativos de tal momento, pela super exploração do trabalho e pelas consequências do arrocho salarial, ambiente que vai criar as condições para o surgimento dos conflitos sociais, que resultaram em protestos e greves pela melhoria das condições de trabalho, como por exemplo, as Greves do ABC em São Paulo.

É um novo ambiente que surge, constituindo novas práticas e novas identidades, cenário que desencadeia uma nova reorganização de forças, principalmente, das forças sindicais. O processo de Abertura Política vai ser fundamental para que novas práticas sindicais emergjam das bases trabalhistas, entre os próprios trabalhadores, no interior das fábricas e empresas.

Em meados de 1978, as pressões dos trabalhadores dotadas de um sindicalismo mais atuante foram bastante expressivas, e algumas mudanças na forma de se fazer sindicalismo aconteceram. Houve uma explosão de greves por todo país, partindo principalmente do ABC paulista, que envolveram várias categorias de profissionais e estabeleceram práticas que irão formar um conjunto de ações que serão denominadas de Novo Sindicalismo.

### 2.3.1 O termo “Novo Sindicalismo”

A literatura sobre o Novo Sindicalismo não apresenta uma definição clara, precisa e única do que realmente significa este conceito. Existem concepções que discutem o termo, dando um sentido que pode nos ajudar a tecer nossas compreensões acerca do que é o Novo Sindicalismo, quando ele entra em cena, em que consistiam suas práticas, quem eram os atores envolvidos nesta perspectiva sindical.

Mangabeira explicita que o Novo Sindicalismo “deve ser definido por oposição ao sindicalismo populista e burocrático” (1993, p. 14), ou seja, é um modelo de Sindicalismo que é diferente do que vinha sendo vivenciado no Brasil desde a década de 30 com Vargas<sup>35</sup>, até a de 60 com a ditadura civil-militar, diferente no sentido de que as práticas sindicais agora tinham uma nova perspectiva, que já não estava mais sob o domínio burocrático do Estado.

Por sua vez, a concepção de Zanetti é pautada num corte temporal. Zanetti afirma que o Novo Sindicalismo “é como se convencionou chamar o período histórico do movimento sindical que começa com as lutas por reposição salarial (1977), e sobretudo, com a explosão das greves (1978) que, a partir da fábrica da SCANIA de São Bernardo, se espalha pelo país (ZANETTI, 1993, p. 04).

Rafael Leite Ferreira problematiza as duas vertentes acima: “Será que o “Novo Sindicalismo” deve ser definido apenas como uma “oposição ao sindicalismo populista e burocrático”?... será que todo o período a partir de 1977 poderia ser chamado de “Novo Sindicalismo”? (FERREIRA, 2012, p. 192-193, grifo do autor). O termo Novo Sindicalismo é dotado de muitas contradições, até porque “houve um significativo descompasso entre o discurso e a prática” (FERREIRA, 2012, p. 378).

---

<sup>35</sup> Nesse período, “a instituição das leis sindicais no país, isto é, a montagem do sindicalismo de Estado, esteve diretamente ligada à política de “corporativismo inclusivo” lançada pelo governo brasileiro pós-30. A ideia do Presidente Vargas era inaugurar uma nova atitude do Estado brasileiro em relação à classe trabalhadora e aos sindicatos... na Primeira República, o governo atuou com intensa “repressão” e sob uma forma “liberal” em relação à organização sindical, a partir de 1930, os sindicatos passaram a ser um elemento de “colaboração” do Estado, quase que como uma “agência governamental”” (FERREIRA, 2012, p. 50).

Entendemos Novo Sindicalismo enquanto um conjunto de práticas sindicais cuja perspectiva se difere de uma atuação passiva perante o Estado. Inicia no momento em que os trabalhadores passam a realizar um “trabalho miúdo” dentro dos locais de trabalho, de conscientização, de mobilização e de combate às diretorias imobilistas dos Sindicatos. Entendemos que é um movimento que inaugura novas práticas, onde as ações começam nas bases, ou seja, de dentro para fora, do trabalhador para o Sindicato.

Era uma variedade de sujeitos<sup>36</sup>, de cabeças, de mundos, de concepções acerca do que é Sindicalismo, mas que estavam se autoconstruindo enquanto trabalhadores sindicalizados com uma postura reivindicatória e combativa. E não apenas os trabalhadores operários, mas os profissionais da Educação também tiveram uma importante atuação no campo sindical, na luta por melhores condições de trabalho e na luta pela redemocratização do país.

Salientamos que a determinação desta definição é importante como baliza para uma das questões que norteiam este trabalho, qual seja: se no seu surgimento em 1979 a Adufepe já poderia ser identificada como uma ação política aos moldes do Novo Sindicalismo.

### 2.3.2 Novo Sindicalismo em Pernambuco: os docentes da rede estadual de ensino e a eclosão de práticas sindicais mais combativas

Na década de 1970, com o reaparecimento do movimento sindical no cenário político do país, Zanetti (1993) explicita que o novo movimento sindical foi tomando cada vez mais força e envolveu também os funcionários públicos. “O movimento grevista em emergência, além de romper com o associativismo tradicional, possibilitou o início de uma organização sindical consistente, cujas lideranças eram totalmente contrárias aos limites da organização corporativa” (GALVÃO, 1995, p. 80).

Diante disso, ocorreram algumas mudanças no nível de representatividade das Associações docentes. “A insistência na constituição de uma identidade de trabalhadores em educação por parte dos sindicatos docentes tinha como referência... a orientação classista trazida pelo “novo sindicalismo” (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

---

<sup>36</sup> Os trabalhadores que compunham esse período eram: “a) militantes, tanto do pré-64, quanto do período de 1964-1968; b) indivíduos recém-sindicalizados, isto é, “militantes de primeira viagem”; c) indivíduos até então “situacionistas” (ou seja, ligados às diretorias “pelegas”) que mudaram de posição; d) indivíduos que, há anos sindicalizados, passaram a ter atitudes mais “combativas” nos locais de trabalho e a se informar e participar das ações de seus sindicatos (reuniões, discussões, por exemplo); e) indivíduos que ao mesmo tempo em que passaram a desacreditar (e se afastar) do sindicato como órgão de representação dos seus interesses e “canal” às suas aspirações, apostaram numa posição mais focada ao interior das empresas” (FERREIRA, 2012, p. 169).

Conforme Rêses (2008), a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), criada em 1960, passou a representar os docentes secundários em suas lutas também, passando a ser denominada de Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Em Pernambuco, o Centro dos Professores Primários de Pernambuco (CPPP) se torna Centro dos Professores de Pernambuco (CPP) e a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP) passa a se chamar Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (Apenope).

A Apenope inicia seus trabalhos sindicais com um viés mais assistencialista, mas é a partir do novo ambiente sindical que se instala pelo país, que dentro da própria Associação começa a surgir um movimento mais combativo. “Em conformidade com a luta dos docentes a nível nacional, o movimento dos mestres ligados a APENOPE, passa a partir de então a assumir um caráter classista e a desenvolver ações com base numa postura combativa frente ao Estado” (SILVA, 2014, p. 49).

Em 1976 inicia o MUP (Movimento de União de Professores) em São Paulo, e no ano seguinte, 1977, o Moap (Movimento de Oposição Aberta dos Professores): “esses movimentos formaram o novo perfil político da categoria nos marcos do “novo sindicalismo” que surgia” (NASCIMENTO, 1996, p. 26), movimentos mais combativos, diferentemente dos movimentos coletivos de docentes anteriores.

A partir do ano de 1978, esses movimentos cresceram por todo Brasil. “Houve uma nova onda associativa cujas características referiam-se a uma prática sindical mais mobilizadora agindo no sentido de efetivar uma articulação de âmbito nacional” (GALVÃO, 1995, p. 80). Vale salientar que “as práticas sindicais levadas a cabo assumiram um caráter extremamente politizado, pois reivindicaram liberdade de organização e expressão numa conjuntura em que o centro das lutas era a questão das liberdades democráticas gerais” (GALVÃO, 1995, p. 81).

Em entrevista, o Professor Paulo Rubem Santiago Ferreira explica que o movimento de Professores da Rede Estadual de ensino de Pernambuco tinha como exemplo a ser seguido a luta dos operários do ABC paulista, e, principalmente, a luta dos trabalhadores rurais de Pernambuco:

a repercussão da greve dos Sindicatos dos Metalúrgicos em 1978 se eu não me engano, que ensejou a criação do Comitê de apoio, eu participei de uma mobilização que foi aos bairros, tentou recolher fundos, a gente também viajou lá pra São Bernardo, fizemos ações lá no Morro da Conceição, isso eu me lembro bem, de certa forma isso estimulou também não é, aquelas imagens de milhares de operários reivindicando questões salariais, condições

de trabalho, de uma certa forma estimulou também não é, mas aqui em Pernambuco nós já tínhamos tido os exemplos na greve dos cortadores de cana, os canavieiros da Mata, e era basicamente a única categoria de trabalhadores que tinha na direção sindical, na direção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a própria FETAPE, digamos assim combativa não é, que reivindicava, que enfrentava, que mobilizava, que deflagrava greve (FERREIRA, 2018).

A entrada dos docentes pernambucanos da rede estadual de ensino no movimento Novo Sindicalismo tem como fato marcante a greve geral ocorrida em 1979:

o Presidente da Associação já tinha oito anos de mandato, e pretendia na deflagração da greve ou na convocação das Assembleias obter um certo respaldo pra em seguida concorrer novamente as eleições e participar mais três anos como Presidente, o que lhe permitiria contar o tempo para aposentadoria, um Professor da Rede Estadual, o Professor Leônidas Fernandes de Lima, mas pra surpresa dele havia um movimento latente de Professores de várias escolas sobretudo do antigo Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães na Encruzilhada, e foi essa articulação que dessas notícias, da greve de Professores do Rio de Janeiro, da greve dos Professores da Bahia, houve um momento em 1979 que onze Estados do Brasil registraram greves simultânea de Professores da Rede Estadual, e aí óbvio a demanda principal foi o salário, porque foi um período de muito acordo, de perdas salariais (FERREIRA, 2018).

Esta foi uma das ações de docentes mais importante em Pernambuco. Segundo Pereira (1991, p. 184), “as lideranças do movimento encaminharam a luta para a defesa da melhoria salarial e a favor da democracia, da abertura política, da participação, das eleições diretas em todos os níveis”. Durante a paralisação, os professores da rede estadual desenvolveram algumas atividades como “piquetes, acampamentos em frente à Secretaria de Educação (SEC), dentre outras ações” (SILVA, 2014, p. 51).

A questão salarial foi um ponto bastante forte levado em consideração; vale ressaltar que, também, conforme Silva (2014, p. 51), “as reivindicações dos docentes se fundamentavam em questões de caráter social e político-pedagógico”. Teve, ainda, como característica “seu caráter de oposição à política desenvolvida pelo então governador Marco Maciel” (SILVA, 2014, p. 50).

O movimento de mobilização em torno da organização da categoria docente nas Universidades também toma força nesse momento de Abertura Política, mais especificamente, no final da década de 1970.

Reforçamos que a pertinência de abordar, nem que ligeiramente, o sindicalismo docente da rede estadual de ensino em Pernambuco, no contexto do Novo Sindicalismo, se dá

no intuito de ancorarmos, como dissemos, uma das questões diretivas da pesquisa, que é saber se a Adufepe também se inseria nesse contexto.

#### **2.4 O movimento latente nas universidades: a criação das Associações docentes (ADs)**

A década de 1970 abre espaço para que os docentes passem a se organizar melhor em torno de entidades que os representem. A filiação a sindicatos é um meio pelo qual os docentes podem se organizar na luta por melhores condições de trabalho. Além de ser um espaço formativo, o Sindicato atua conforme os interesses e as necessidades de uma categoria.

Assim como nas escolas, nas universidades existia uma necessidade de organização sindical. Todavia, Oliveira (2010, p. 28) explicita que “o magistério estava impossibilitado de se organizar em sindicatos, já que os funcionários públicos eram impedidos de fazê-lo”. Os funcionários públicos não podiam se organizar em sindicatos, nem fazer greves, pois as leis federais não permitiam, elas impunham profundamente a limitação à atuação dos sindicatos.

Os docentes, portanto, eram trabalhadores não sindicalizados, pois não tinham o direito de reivindicar melhores condições de trabalho e salário, e nem tinham uma categoria organizada que assim o fizesse. Diante disso, Galvão (1995, p. 80) assinala que “como alternativa para atuação sindical, os servidores públicos além de ignorarem a estrutura oficial, organizaram-se através de Associações, desempenhando importante papel no movimento associativo da classe média e no movimento sindical mais amplo”.

Para Andrade (2015, p. 42809), o termo associativismo “sugerido por Nóvoa tem como principal pauta o ato pedagógico, tais como partilha, cooperação, equipes de trabalho, investigação-ação colaborativa, avaliação inter-pares, co-formação”. Destarte, surge um ator coletivo que, segundo Nóvoa (1999, p. 15 apud ANDRADE, 2015), é “portador de uma memória e de representações comuns, que cria linguagens próprias, rotinas partilhadas de ação, espaços de cooperação e dinâmicas de co-formação participada”.

Dessa forma, a Associação se refere a um conjunto de sujeitos que se unem, tendo como propósito desenvolver ações para o benefício coletivo. Um grupo de sujeitos que partilham experiências e cooperam para o bem do grupo, se organizam por meio de rotinas partilhadas de ação, e colaboram participando das atividades propostas pela Associação, e na defesa de determinados ideais.

Salientamos também que a importância de, mesmo que ligeiramente, mencionar o Associativismo Docente se dá pelo fato de contextualizar outra questão que norteia esta

pesquisa, qual seja: em sua fundação em 1979, a Adufepe surge como expressão do Associativismo ou já registra uma natureza política?

#### 2.4.1 A criação das Associações Docentes (ADs) nas Universidades Brasileiras

A organização em torno da criação de Associações Docentes nas universidades brasileiras data de antes da década de 1970. A partir de 1960, se tem o registro da criação de algumas Associações, entre elas, podemos citar: a Apufpr em Curitiba, a Apuremg em Minas Gerais e a Apusm no Rio Grande do Sul.

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (Apufpr) é criada em 19 de dezembro de 1960. A Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Apuremg) é criada no dia 1º de junho de 1963. E, a Associação dos Professores de Santa Maria (Apusm) é criada em 14 de novembro de 1967.

As ADs criadas na década de 1960, em sua maioria, tinham caráter de cultura e lazer apenas. Segundo Donatoni (1999, p. 101), eram permeadas por “interesses de grupos e apoiavam determinados reitores, em que pese o contexto político altamente autoritário da época, pois, as perseguições políticas, demissões e prisões sumárias, sem direito de defesa, espalhavam um clima de terror sem limites, pelo País”.

Na década de 1960, ADs com expressões mais combativa existiam, mas eram raras. Dessa forma, existia um descompasso de objetivo entre essas ADs, onde algumas atuavam de maneira passiva perante o regime ditatorial, e outras já realizavam reivindicações de cunho combativo.

Na década de 60, algumas mobilizações de docentes do 3º grau em algumas universidades, o que ocorria num clima político contraditório em que, por um lado, estavam presentes a criação de ADs com suas lutas políticas e reivindicatórias e, por outro, a criação daquelas que apoiavam o academicismo dos professores, que fosse voltado para o cultural e o social, contrastando com o contexto repressivo instalado, naquele momento, pelo regime militar (DONATONI, 1999, p. 105).

Na década de 1970, envoltas de um cenário mais propício à atuação de Associações mais combativas é que será criada a maioria das ADs nas Universidades. As que já existiam, vão sendo moldadas por esse novo clima e mudam suas concepções, revendo suas estruturas e atuando com mais força no movimento docente nacional.

Em depoimento, o professor Audísio Costa comenta que esse novo momento político contribuiu para a criação de Associações Docentes nas Universidades:

Contribuiu porque já nesse momento... as forças se articulavam, pela Anistia e pela Redemocratização, se articulavam aqui pela criação da Associação, deu força, até porque a criação ajudava num outro processo, eles se complementavam, iam se complementando, se eu quero lutar pela redemocratização, eu tenho que ter entidades organizadas, se eu quero lutar pela Anistia, Ampla, Geral e, eu tenho que ter grupos organizados pra isso, então a Associação era um fator importante nesse processo (COSTA, 2016).

Dessa forma, Fantinatti (1998, p. 128) aponta que “o sindicalismo teria sido assimilado pelos professores, sobretudo, ao passarem a enxergar, no poder de pressão das greves e mobilizações, uma via importante na defesa dos salários contra a perda do poder aquisitivo”, além de ser um espaço de luta contra as injustiças cometidas por um regime que impôs vozes reprimidas e silenciadas por todo país.

Essa mobilização dos docentes universitários se dá como forma de resistência à interferência do governo ditatorial nas Universidades, que aniquilou os direitos dos docentes e impôs o autoritarismo dentro do ambiente acadêmico. Galvão (1995, p. 81) assinala que “mesmo com a proibição da prática sindical o governo foi obrigado, em nome de uma transição negociada, a aceitar e reconhecer algum nível de articulação associativa”.

O professor André Furtado, em depoimento, registra que existia um movimento que estava se articulando em todas as Universidades do país:

Existia um movimento nacional não é, não sei donde é que surgiu, se foi de São Paulo, se foi do Rio... então todas as Universidades... mas todas elas, todos os Estados, todos os Estados criaram a Associação de Docentes, e ao mesmo tempo por influência da criação da Associação dos Docentes, os funcionários também criaram as suas Associações, ficaram a Associação dos Docentes e dos Funcionários, em todas as Universidades brasileiras (FURTADO, 2016).

Entre as Associações Docentes criadas na década de 1970 pelo país, podemos citar: a Apufsc, a Adusp, a Adunesp, a Apropuc, a Adunicamp, a Apubh, a Adunimep, a Adufes, a Adunb, a Adfm, a Apruma, a Adufepe e a Adufu.

No ano de 1975 foi criada a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc), no dia 24 de junho.

Em 1976, os docentes da Universidade de São Paulo fundaram a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). Mais duas Associações foram criadas nesse mesmo ano: A Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (Adunesp), no dia 14 de outubro; e a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc) no dia 25 de setembro.

Em 1977, são criadas mais três ADs, a saber: a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (Adunicamp), no dia 19 de maio; a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (Apubh) 25 de junho de 1977; e a Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Adunimep), no dia 19 de novembro.

Em 1978, são criadas quatro Associações, são elas: a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes), no dia 21 de maio; a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), no dia 24 de maio; a Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília (ADFM), no dia 18 de julho; e a Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma), no dia 01 de dezembro.

Em entrevista, a Professora Silke Weber, que participará da gestão da primeira e segunda Diretoria da Adufepe, “Consolidação” e “Universidade Crítica” (abordaremos sua trajetória de vida mais à frente), relata que participou em 1978 de algumas discussões sobre o movimento docente nas Universidades, participando, inclusive da primeira greve da Adusp:

Em 1978 eu fui convidada para ser Professora Visitante na USP, e então passei lá um semestre, e participei de todas as coisas que tinha, participei da Greve da ADUSP... foi a primeira Greve que houve, foi justamente a de 78 na ADUSP, e todas elas também foram sobre essa coisa das condições de trabalho universitário, era muito por conta da questão da Universidade condições de trabalho, é tanto que era Associação não era Sindicato, condições de trabalho significava verbas para Educação, significava ter laboratórios, bibliotecas, enfim, e ter pessoal justamente fazer com que tivesse essa profissionalização efetiva dos docentes, então a ADUSP, eu estava lá e participei de todas essas coisas (WEBER, 2018).

Em fevereiro de 1979, no I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, que foi realizado em São Paulo, a pauta de discussões teve os seguintes pontos: “o ensino público e gratuito em todos os níveis; a democratização da Universidade; melhores salários e condições de trabalho; e contra o controle ideológico da Universidade”<sup>37</sup>.

Em todo país a proposta dos docentes era realmente organizar a categoria para as ações de luta dentro das Universidades. Para Fantinatti (1998, p. 128), “pode-se afirmar ainda que aglutinação dos professores nos campi universitários – ou seja, o fato de seu local de trabalho aproximá-los fisicamente – facilitou a organização das Associações”.

Segundo a professora Maria Cecília Lithg em seu livro “Convencer ou Vencer – A dimensão pedagógica do movimento docente na UFPE”, as discussões sobre a Universidade e o trabalho do professor abriram espaço para a criação das Associações:

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/institucional/quem-somos/>

a “importância de discussões sobre a universidade no Brasil e, ainda, sobre o caráter do trabalho do professor, enquanto “produtor e transmissor de conhecimentos”, impulsionaram determinados grupos de docentes... a criar entidades de defesa dos interesses da categoria, tendo em vista, sobretudo, “abrir um espaço democrático dentro do sistema autoritário” do país (LITHG, 1989, p. 100).

Em Pernambuco, na UFPE, surge também a preocupação em criar uma entidade que representasse os docentes na Universidade. As conversas foram muitas, pois diante de uma Universidade fragmentada, onde havia grupos cujos interesses eram diferentes, que tinham concepções político-ideológicas divergentes, o primeiro desafio foi se articularem unindo forças para a criação da Associação (LITHG, 1989).

Dessa forma, é de extrema importância entender quem são os docentes que se articulam e participam da mobilização para a criação da Adufepe, pois, as práticas que permeavam esses sujeitos eram fundamentais para que os mesmos tivessem a consciência que a Universidade deveria ser um espaço democrático e com melhores condições de trabalho.

No próximo capítulo, trataremos um pouco da história de vida desses docentes que se mobilizam para a criação da Adufepe em 1979. No quarto capítulo, abordaremos a atuação deles na criação da Adufepe, e a gestão nas cinco primeiras diretorias; analisaremos também a natureza sindical política da Adufepe para entendermos até que ponto se deu como expressão do Associativismo ou de Sindicalismo, e se já na sua fundação em 1979 poderia ser identificada como uma ação do chamado Novo Sindicalismo.

### 3 DOCENTES DA UFPE: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS MILITANTES

Os docentes que se mobilizaram para a criação da Adufepe e fizeram parte das cinco primeiras diretorias traziam consigo as experiências das lutas em vários movimentos sociais dos quais participaram como estudantes. Sobre esses docentes, Audísio Costa (2016) registra que “todo mundo aqui já tinha uma certa militância” antes de ingressar na Universidade como docente. Audísio Costa (2016) ressalta que “se o cara fez movimento estudantil, o cara vem pra Universidade e faz movimento na Universidade”.

A professora Maria Cecília Lithg (2016) também faz referência a essa experiência de militante que alguns docentes possuíam; para ela, “muitos professores tinham vindo de uma militância grande nos movimentos sociais, em termos de educação de base, de projetos ligados a cultura popular, atuação em Diretórios, na época Diretório estudantil”. Cecília Lithg ainda afirma que Pernambuco vivenciou na década de 1950 e 1960 uma grande ebulição no que se refere a movimentos sociais:

o pessoal da área de Educação, da área das Humanas, das Ciências Sociais, Psicologia também, o pessoal do CFCH não é, o pessoal do Serviço Social principalmente, estavam antes já engajados nos movimentos quando, antes de 64, de 58 a 64 foi um período riquíssimo de ebulição de uma evolução muito grande em termos das lutas sociais, Sindicatos etc., um período riquíssimo aqui em Pernambuco, eram as Ligas Camponesas, os Sindicatos Rurais, que atuavam (LITHG, 2016).

As experiências vividas como estudantes da Universidade nesse período, e militantes de diversos movimentos sociais, possibilitaram a construção da identidade política desses docentes. Dessa forma, a bagagem de experiências que esses sujeitos levavam era bem consistente, pois possibilitou que os mesmos fossem formados para além dos conteúdos de seus cursos, e tivessem uma formação crítica sobre a sociedade, sobre a Universidade etc.

Os depoimentos orais dos professores Silke Weber (1ª e 2ª Diretorias), Gadiel Perrusi (1ª e 2ª Diretorias), José Audísio Costa (2ª Diretoria), André Freire Furtado (3ª Diretoria), Maria Cecília Coêlho Lithg (3ª Diretoria) e Paulo Rubem Santiago Ferreira (5ª Diretoria) foram fundamentais para compreendermos essas questões.

Nesses depoimentos, as histórias de vida trouxeram fatos da infância, adolescência e juventude desses seis docentes. Entendemos que as histórias de vidas se constroem a partir das relações que os sujeitos tecem com o mundo, e com as vivências e experiências suas e dos outros. É uma mescla de situações que ocorrem no dia a dia e que vão moldando cada sujeito em particular, e ao mesmo tempo coletivamente. Queiroz (1988, p. 40) “vê na história de vida

uma ferramenta valiosa exatamente por se colocar justamente no ponto no qual se cruzam vida individual e contexto social”.

As memórias apontaram fatos importantes relacionados à vivência estudantil desses docentes. Entre eles, podemos citar: o ingresso no ensino básico, e depois no ensino superior (Graduação e Pós-graduação); a inserção na docência universitária; as relações que foram estabelecidas para a criação da Adufepe; o cotidiano na Associação; as primeiras lutas da Associação; e as greves. A atuação desses docentes nas Diretorias, veremos no próximo capítulo.

### **3.1 A Pedagoga Silke Weber: 1ª Tesoureira da “Consolidação” e Presidente da “Universidade Crítica”**

Silke Weber<sup>38</sup> nasceu em Aracaju. Seu pai era representante comercial e sua mãe trabalhava nas atividades do lar; além de Silke, ela teve mais duas filhas e dois filhos. Quando Silke tinha três meses de idade, sua família mudou-se para o Recife. Sobre seus primeiros anos de estudos, ela comenta que:

Eu fui aluna do Grupo Escolar João Carvalho, desde o Jardim de Infância até o Exame de Admissão. Na época ainda era exigido o Exame de Admissão para entrar no Secundário. Depois, eu fui para as Beneditinas, na Academia Santa Gertrudes, onde eu fiquei interna durante dois anos. Meu pai teve um problema de saúde e foi pro Rio com minha mãe e meus irmãos, e nós, três mulheres, ficamos na Academia Santa Gertrudes. Depois, no terceiro ano do Ginásial, na época era assim que se chamava, eu saí da Academia e fui pra a mesma Congregação das Beneditinas, no Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Recife (WEBER, 2018).

Ao concluir seus estudos no Colégio Nossa Senhora do Carmo, ela inicia no ano de 1958 sua formação acadêmica, ingressando no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE). Concluída a graduação, em 1961 na mesma Faculdade, ela faz a Especialização em Orientação Educacional, onde encontra o professor Paulo Rosas. Ela registra que:

encontrei-o justamente na FAFIRE, e foi quem suscitou em mim o interesse tanto pela Psicologia Social como pela questão da Educação. Ele foi quem me convidou pra ir pra o Movimento de Cultura Popular. Ele foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular eu aceitei o convite e mais adiante, eu fui ensinar na FAFIRE em 1963. E aí Ana Lúcia Schliemann foi minha convidada para ir para o MCP e lá ficou também. Então, foi no tempo

---

<sup>38</sup> WEBER, Silke. Entrevista realizada em 12/04/2018. Depoimento colhido pelos pesquisadores: André Gustavo Ferreira da Silva e Laudyslaine Natali Silvestre de Moura.

da FAFIRE e do MCP que eu convivi muito com Paulo Freire, que era Professor da Escola de Belas Artes (WEBER, 2018).

Silke afirma que no Movimento de Cultura Popular (MCP)<sup>39</sup>, ela não desenvolveu atividades de militância. “Não era exatamente militância, era trabalhar lá, fiquei trabalhando com Paulo Rosas, no Projeto Meios Informais da Educação, que continha o Projeto Praças de Cultura, que mais adiante eu coordenei, quando Paulo Rosas dedicou-se à Universidade, de forma mais integral” (WEBER, 2018), até 1963.

Além do MCP, Silke participava também, de maneira mais ativa, da Juventude Universitária Católica (JUC). As discussões na JUC eram fundamentalmente em torno da “questão da democracia no Brasil, e não somente isso, mas era sobretudo a questão da desigualdade, da desigualdade social, da desigualdade educacional” (WEBER, 2018).

O movimento da JUC foi, portanto, muito forte nesse período, “no sentido de ampliar o acesso à Universidade. Agora, não era só ampliar o acesso, era fazer da Universidade um lugar de discussão e conhecimento sobre o Brasil”. As discussões na JUC possibilitaram a Silke um olhar mais crítico para as questões sociais da época, além de ter sido um espaço formativo. Ela explicita que na JUC:

foi onde eu aprendi muito sobre o Brasil. Nesse período, a gente tinha também o Movimento Estudantil, DCE, Diretórios das várias Faculdades, mas também você tinha a JUC e seus Encontros regionais e Encontros nacionais. Então, o tempo inteiro a gente vivia sempre discutindo o Brasil, discutindo o mundo, então, eu acho que foi um momento muito rico. E foi essa conjunção de fatores que fez enriquecer a minha formação (WEBER, 2018).

A participação na JUC contribuiu com a formação de Silke, as discussões possibilitaram a construção do aprendizado sobre as questões relacionadas ao país. Esse aprendizado se construiu na vivência de um movimento universitário que trouxe experiências significativas para Silke, entre elas, a possibilidade de ampliar os contatos com outros estudantes pelo país.

Na JUC viajei muito, então, eu fui para encontros no Rio, ouvi Betinho, várias palestras do Betinho eu assisti, ele era da JUC, ele era de Minas

---

<sup>39</sup> O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado em 1960, na gestão de Miguel Arraes, pela Prefeitura do Recife. Os objetivos do MCP eram: promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral; proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular (MEMORIAL DO MCP, 1986).

Gerais. Eu conheci, por exemplo, o Serra que ele era da UNE. Houve, aliás, uma eleição da UNE, quando a JUC festejou 10 anos. Foi em 1960, e aí eu conheci essas pessoas, eu era da equipe de direção de Recife e aí eu ia pra esses encontros. É essa circulação que faz com que você se exponha e teça laços, e esses laços foram muito importantes (WEBER, 2018).

No final de 1963, Silke vai para França fazer a Especialização em Planejamento Educacional, e lá divide um apartamento com mais três pessoas. Estudando em Paris, ela cita que manteve alguns contatos importantes:

Paulo Rosas esteve lá durante um tempo, e lá o encontrei algumas vezes, e também José Lins, que era Professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade e depois, outras pessoas, que agora eu não lembro. Com certeza, Paulo Rosas e Argentina Rosas, que estiveram lá. Mas eu convivi com muita gente de São Paulo, muita gente do Rio, muita gente do Rio Grande do Sul, que estava em Paris naquela época (WEBER, 2018).

De 1964 a 1966, ainda na França, Silke faz o Mestrado em Psicologia Social. Em 1964, eclode a Ditadura Civil-Militar no Brasil, e com as perseguições e repressões do regime militar muitas pessoas saíram fugidas do país, para não serem presas, torturadas ou mortas. Algumas delas foram hospedadas no apartamento que Silke morava.

quando eu morava em Paris compartilhando o apartamento com mais três outras pessoas, que terminou sendo chamado “República de Caruaru”. Era exatamente porque a gente recebeu muita gente do Brasil inteiro, que tinha saído do Brasil forçada em 1964. Então, quer dizer, muitas pessoas se hospedaram lá no apartamento durante alguns dias ou algumas semanas, até que conseguissem a sua inserção (WEBER, 2018).

Mas não era apenas a moradia que Silke, junto com essas pessoas que moravam com ela disponibilizavam, mas em tudo o que elas podiam cooperar, assim faziam. Silke comenta que naquele momento elas fizeram:

tudo o que era possível naquela época, primeiro o acolhimento das pessoas que chegavam, e fomos providenciar o possível para essas pessoas, e também participar de reuniões, participar de grupos de discussão, enfim, participar de toda aquela movimentação política que ocorreu na França. Dr. Arraes estava na Argélia, então, ele ia à França para discutir ações lá. Terminávamos sendo envolvidos por essas atividades, e muita coisa pode ser feita. Foram três anos, e então deu pra fazer um bocado de coisa (WEBER, 2018).

Essa experiência que Silke teve só foi possível pela inserção que ela tinha nos movimentos sociais, JUC e MCP, apesar deste último, como ela fala, não ter sido vivenciado uma militância de fato, mas através dele ela conheceu várias pessoas, ampliando o leque de

contatos. Sobre essa importância na inserção em movimentos, ela explicita que tudo isso o que ela viveu:

também tem muito a ver justamente com essa inserção prévia dentro do Movimento estudantil, o Movimento estudantil nas suas várias vertentes, e o MCP. Em função dessa minha inserção tanto no MCP, no Movimento estudantil, quanto na JUC, eu acho que aproveitei o máximo que poderia ter aproveitado a minha vida estudantil, e isso terminou reverberando depois na minha vida profissional (WEBER, 2018).

Em 1966, Silke retorna ao Brasil, e inicia sua carreira como docente na Universidade do Recife. Sobre isso, ela explica que o trabalho na Especialização em Psicologia, curso do Departamento de Psicologia, foi sem retribuição financeira: “comecei a carreira como Auxiliar de Ensino com 12 horas. Eu comecei em 1966, trabalhei de graça de 1966 a 1968, ministrando disciplinas em curso de Especialização. A Universidade não pagava por esta atividade” (WEBER, 2018).

Nesse período, ela trabalhou também junto com Paulo Rosas, Heraldo Souto Maior, Ana Lúcia Schliemann, Júlia Parente Costa, Argentina Rosas e Antônio Valença, num convênio com a Sudene, onde desenvolvia estudos sobre a situação educacional do Nordeste. Esse vínculo com Paulo Rosas e Heraldo Souto Maior se estabelece porque Silke comenta que entra na Universidade no “Departamento de Psicologia, que havia sido fundado por Paulo Rosas e trabalhava junto com Heraldo Souto Maior, nessa “zona cinzenta” que ficava entre a Psicologia e a Sociologia” (WEBER, 2018). A partir de 1968 é que o vínculo dela com a Universidade passa a ser retribuído financeiramente.

Silke tece algumas impressões sobre a realidade da Universidade no período que ficou de 1966 a 1968, momento mais duro do regime civil-militar. Apesar da vigilância dos órgãos de informações do regime, algumas ações eram tomadas:

Nós discutíamos nos cursos ministrados assuntos que não estavam na bibliografia, a gente discutia em função da composição da turma, sabendo do risco que corríamos. Havia alguns olheiros que participavam dos cursos. Por outro lado, havia um conjunto de pessoas que fazia uma formação informal, quer dizer, a gente fazia Seminários. Além disso, a gente fazia grupo de estudos, inspirado naquele Seminário de São Paulo sobre o Capital, que ocorria nas casas das pessoas. Fizemos, então, estudo sobre o Capital pegando todos aqueles aportes que os paulistas estavam organizando e publicando. Havia, portanto, contradições. Nessa conjuntura, eu terminei participando de muitas iniciativas, sendo coordenadora de uma pesquisa, dando aula na Especialização em Psicologia, de maneira gratuita e participei, em 1967, da formulação do projeto do curso de Mestrado em Sociologia iniciado por Levi Cruz e por Heraldo Souto Maior... Eram muitas as questões e era muito importante você discuti-las. Você explorava as possibilidades existentes, a gente sabia, a gente tinha muita consciência dos

limites e das possibilidades, mas a gente explorava as possibilidades (WEBER, 2018).

Em 1968, as discussões se davam também em torno da Reforma Universitária. Em seu depoimento Silke comenta que nesse período o clima era permeado pela discussão da Reforma Universitária, e depois pela implantação dessa Reforma, que trouxe consigo toda uma mudança para a Universidade, “que modificou, por exemplo, o Instituto de Ciências do Homem. Na verdade, ele foi desmanchado, criaram as Faculdades, os Centros; outra estrutura foi constituída” (WEBER, 2018).

Ainda em 1968 Silke volta à França para fazer seu Doutorado, retornando ao Brasil em 1972. Ao retornar à universidade, ela se assusta com a quantidade de alunos que tinham nas salas, e afirma que após a implementação da Reforma Universitária de 1968, a questão do acesso à Universidade era um tema bastante discutido.

Houve, então várias iniciativas por parte do Ministério de democratizar entre aspas o acesso à Universidade, uma delas sendo a obtenção de nota diferente de zero no Vestibular. Tive susto quando ao voltar em 1973 ter encontrado turmas com mais de 70 pessoas, a isso a gente não estava acostumada, a gente tinha turmas de 40, de 25 alunos etc., e aí, de repente, você tinha 70!! Aí, foi o momento em que foi instituída a Instrução Programada, não sei se você sabe disso; Skinner, toda uma visão skinnereana de aprendizagem foi imposta pra todo o Ciclo Geral. O Ciclo Geral entrou na Universidade depois da Reforma universitária, então, o que é que aconteceu? Você tinha Instrução Programada, ou seja, perguntas e respostas semelhantes às hoje utilizadas na Educação a Distância. Toda essa discussão, a questão do Ciclo Geral, as discussões sobre as próprias condições universitárias eram motivo de debate (WEBER, 2018).

Dessa forma, aumentou-se a quantidade de vagas, ampliando o acesso à Universidade, mas não houve a preocupação sobre a qualidade da formação que estes estudantes iriam receber. Silke exemplifica esse momento com a experiência que teve ao trabalhar com 72 alunos no curso de Serviço Social.

Ela fala que foi uma experiência muito interessante, mas ao mesmo tempo dolorosa, pois esses estudantes tinham muitas dificuldades, “a turma, percebi que os estudantes não juntavam a com b, não relacionavam nada com nada.... eu sei que foi uma coisa meio escandalosa, porque mais de 50%, 50% dos alunos foram reprovados!” (WEBER, 2018). Apesar de ela ter mudado o programa de ensino, as reprovações foram inevitáveis:

eu pedia ficha de leitura toda semana; eu corrigia 74 fichas de leitura por semana!!! Corrigia mesmo, não era ler, corrigia, eu reformulava a escrita; nunca trabalhei tanto na minha vida, na parte de ensino, como trabalhei

nessa ocasião. Com isso, claro, que melhorou um pouco o nível, porque as pessoas ou leram ou copiavam, mas alguma coisa ficou nas suas cabeças. Cada terça-feira que tinha aula, a gente discutia as fichas de leitura, enfim, apontava algumas coisas pra continuar o conteúdo, e depois fizemos Seminários. Tudo decorreu com muito embate, quer dizer, era muito difícil, era muito doloroso, porque você via o esforço que as pessoas faziam e não conseguiam (WEBER, 2018).

Outro fator que é citado por Silke, é que por volta de 1974/1975, a UFPE estava com sua estrutura muito precária. A precariedade da Universidade “foi um assunto que congregou todo mundo a partir dos anos 74/75” (WEBER, 2018), pois a questão era: “Como formar gente? Tinha que formar direito!” (WEBER, 2018). A preocupação dela e de alguns outros docentes era grande com as condições da Universidade.

Não apenas as bibliotecas estavam desorganizadas ou faltando materiais, mas as condições da Universidade estavam numa totalidade precárias: “você não tinha condições de trabalho, e aí, quando eu digo condições de trabalho, não era muita coisa, era você ter um lugar limpo, ter o material mínimo, ter um laboratório, ter biblioteca, pra fazer o que era pra fazer.” (WEBER, 2018).

Em 1978, Silke é convidada para ser Professora Visitante da Universidade de São Paulo (USP), e lá ela participa de vários debates que permeiam a discussão sobre as condições do trabalho universitário nas universidades brasileiras. Nesse período na USP, ainda em 1978, Silke participa da primeira greve da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), cujo aspecto norteador são as condições de trabalho.

Ao voltar para Pernambuco, Silke se reúne com alguns docentes da UFPE, e comenta a experiência vivida na USP. Destarte, diante do ambiente que permeava as Universidades, com a criação de Associações Docentes (ADs) universitárias, os professores da UFPE chegam à conclusão da importante necessidade de criação de uma Associação que os representasse, que estivesse envolta na luta pela redemocratização do país e da Universidade.

Silke, por sua vez, participa desse processo de criação da Associação dos Docentes e da UFPE (Adufepe). Após a criação da Adufepe, ela compõe o quadro de dirigentes nas duas primeiras diretorias, na primeira “Consolidação” como Tesoureira, e na segunda “Universidade Crítica” como Presidente.

### 3.2 O Advogado e Filósofo Gadiel Perrusi: o 1º Vice-Presidente da “Consolidação” e da “Universidade Crítica”

Gadiel Perrusi<sup>40</sup> nasceu em Recife no ano de 1937. Seu pai era filho de italianos, e trabalhava como professor de Marcenaria no Colégio Técnico Agamenon Magalhães; gostava muito de ler e escrever. Sua mãe era Técnica em Enfermagem, e além de Gadiel ela teve mais seis filhos. Na adolescência, Gadiel teve a influência e parceria do pai que o incentivou a gostar de leitura e da escrita. Destarte, ele foi o único entre seus irmãos a ingressar na universidade.

Cursou Direito e depois Filosofia na Universidade do Recife, após terminar suas graduações, ele inicia sua carreira docente na universidade. No início da década de 1960, Gadiel foi convidado “pra ser professor, no curso de Biblioteconomia que estava se formando, naquele tempo ainda os cursos ainda estavam aparecendo, a Universidade, não tinha nem o campus, era lá na Soledade” (PERRUSI, 2016).

Sobre a formação da Universidade, Gadiel Perrusi comenta que “foi uma universidade que foi fundada fragmentariamente e que pouco a pouco se juntou numa universidade em que poderia... se criar um Projeto de Universidade, que não havia, o que houve no início foram escolas isoladas que se juntaram por interferência do Estado” (PERRUSI, 2016). Essa junção se deu por meio do Decreto-Lei nº 9.388, de 20/06/46. No ano seguinte, por meio da Lei estadual nº 42 12/12/1947, é autorizada a construção de um campus que congregasse as escolas e faculdades da UR.

A completa mudança da UR para o campus no Engenho do Meio, no Reitorado de João Alfredo, possibilitou uma maior integração entre a comunidade universitária. Sobre essa nova formação da universidade, Gadiel Perrusi explica que a mesma se deu pouco a pouco, as escolas e faculdades com seus diversos cursos foram se consolidando aos poucos nesse novo ambiente universitário, e que apenas a Faculdade de Direito não se integrou ao campus.

Em 1969, Gadiel inicia seu Doutorado; ele registra que: “ganhei uma bolsa do Consulado Francês e passei três anos em Paris” (PERRUSI, 2016). Ao voltar para Recife, em 1972, Gadiel explicita que teve uma surpresa: “quando voltei, encontrei o quê? Uma Reforma Universitária, com o título da Universidade, Universidade Federal de Pernambuco” (PERRUSI, 2016).

---

<sup>40</sup> PERRUSI, Gadiel. Entrevista realizada em 13/10/2016. Depoimento colhido pela pesquisadora: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura.

Essa Reforma, que mudou a nomenclatura da Universidade, de Universidade do Recife para Universidade Federal de Pernambuco, se deu por meio do Decreto 62043/68. Outra reforma que aconteceu no final de 1968, por meio da Lei nº 5.540 de 28/11/68, fixou novas normas de organização da universidade, entre elas a extinção das Cátedras e a consolidação da estrutura departamental.

No que corresponde às mudanças na estrutura departamental, Gadiel Perrusi afirma que quando saiu para fazer seu Doutorado era de Biblioteconomia, e quando retorna está lotado em outro Departamento. Ele explica que: “eu fui contratado inicialmente, pelo Departamento de Biblioteconomia que estava se formando, e quando eu cheguei aqui eu estava lotado no Departamento de História, quer dizer, normal, desde que, eu dava “Introdução à História”, tinha que ir para o Departamento de História” (PERRUSI, 2016).

Após fazer o Pós-Doutorado em São Paulo no Sedec, e outro na Universidade de Paris, Gadiel se transfere para a Sociologia. Ele afirma que é na Sociologia:

onde praticamente minha carreira de professor se desenvolveu, se bem que eu era lotado no Departamento de História, mas eu nunca atuei na História, fazia História Econômica, minha Tese é de História Econômica, então eu fui convidado quando cheguei pra ir para Economia e depois para Sociologia (PERRUSI, 2016).

Sobre o contexto de regime civil-militar em que a universidade se inseria nesse período, Gadiel comenta que eram os “anos de chumbo” mesmo. A vigilância, repressão e violência eram características deste período mais duro do regime. “Lá naquele tempo era Ditadura mesmo, a gente tinha medo de falar, mas a gente falava, mas ficava a espada em cima da cabeça” (PERRUSI, 2016). Ou seja, existia o temor de falar algo que pudesse ser mal interpretado, e com isso, gerar conflitos, pois, quem ousava e falava contra o regime, poderia ficar numa situação delicada, podendo ser perseguido, preso, torturado ou até morto.

Gadiel explicita que existia a necessidade do cuidado ao falar, mas nem por isso, os docentes deixavam de seguir suas convicções e de militar por seus ideais. Ele comenta que: “a gente que militava, e achava que era de esquerda, não era nem comunista a gente era, naquela época, nunca, o grupo que eu frequentava nunca teve ligações partidárias, mas é claro, evidente que gente fazia oposição à Ditadura” (PERRUSI, 2016).

Apesar do ambiente ditatorial, Gadiel registra que havia sujeitos que trabalhavam na Reitoria, que eram permeados por práticas não autoritárias:

havia também na Reitoria fora esse aparato autoritário, pessoas liberais e que tinha uma linha política, que é justamente esse que era “Vão ficando tá, que é aqui que a gente pode...”, tudo bem, uma linha a meu ver legítima, e nós, em Sociologia principalmente, o chamado PIMES, que era Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, que era... financiado quase que totalmente pela Fundação Ford... a gente não tinha o mesmo Projeto, nosso grupo de Sociologia da Reitoria, mas havia sim algumas, alguns Pró-Reitores que se identificavam bastante conosco, ou nós nos identificamos bastante com eles, claro, não em tudo, mas em partes, substanciados, Maria Antônia por exemplo (PERRUSI, 2016).

Maria Antônia Amazonas Mac Dowell era neta do primeiro Reitor da Universidade, Joaquim Amazonas. Atuou na direção do Colégio de Aplicação, como Pró-Reitora da UFPE, e como docente no Centro de Educação. Ela exerceu o cargo de Pró-Reitora de 1970 a 1975. Gadiel Perrusi comenta que Maria Antônia:

era uma pessoa liberal e que lutou, lutou contra a Ditadura e com atos efetivos, eu tinha pelo menos, dois ou três amigos que ela protegeu na própria casa dela, portanto não é brincadeira não, eu não me atreveria a fazer isso, mas Maria Antônia veio de uma família tradicional, rica, etc., e tinha coragem suficiente, e estava respaldada no trabalho dela com Arquidiocese, não é, mas é claro que isso ninguém sabia, sabia nós os íntimos, entende? Então, na verdade por isso que eu falo num Projeto oligárquico-liberal, porque era a oligarquia que tomou conta da universidade, mas havia entraves liberais, com Maria Antônia (PERRUSI, 2016).

As ações da Pró-Reitora Maria Antônia são vistas como liberalizantes por Gadiel. Até porque, ele comenta que a mesma era da linha de Dom Hélder Câmara<sup>41</sup>. Sobre ter essa relação com uma pessoa da Reitoria, que era Maria Antônia, Gadiel afirma que “bom então é isso, eu acho que havia uma mistura, e que essa mistura convivia, é uma mistura que dava pra conviver tanto de um lado como de outro” (PERRUSI, 2016).

Sobre o citado corpo docente do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (Pimes), Gadiel destaca a importância desses docentes na universidade, no sentido de que a maioria cursou a Pós-graduação no exterior, e, portanto, trouxe consigo novas formas de pensar. Ao falar sobre um Projeto de Universidade, Gadiel explicita que, nesse período, meados de 70:

Eu diria que não havia um Projeto de Universidade, o que havia eram ideias esparsas que a gente discutia bastante... da verdade praticamente todo o corpo de Sociologia... ou fez Mestrado ou Doutorado na Europa ou nos Estados Unidos, no Chile, e que também traziam essas ideias novas... então não sei se havia ainda um Projeto estruturado, eu acho que Projeto de Universidade estruturado começa com a ADUFEPE (PERRUSI, 2016).

---

<sup>41</sup> Arcebispo de Olinda e Recife, foi um dos grandes defensores dos direitos humanos em Pernambuco, durante a Ditadura Civil-Militar.

Gadiel Perrusi, por sua vez, participa desse processo de criação da Associação dos Docentes e da UFPE (Adufepe). Após a criação da Adufepe, ele compõe o quadro de dirigentes nas duas primeiras diretorias, “Consolidação” e “Universidade Crítica”, como 1º Vice-Presidente.

### **3.3 O Médico José Audísio Costa: 2º Secretário da “Consolidação” e 1º Secretário da “Universidade Crítica”**

José Audísio Costa<sup>42</sup> nasceu na cidade de Mangabeira, no Estado do Ceará. Filho de Pedro Henrique da Costa e Maria Bezerra Costa. Passou a infância no interior, e sempre teve a mãe como incentivadora do seu processo educativo. Ele comenta que sua família tinha a origem pobre, mas era bem articulada e organizada:

minha mãe tinha uma coisa que ainda hoje eu admiro ela, tinha dedicação para que todos os filhos estudassem, de modo que todos os filhos, todos os meus irmãos, terminaram não só o curso superior, como todos fizeram chegaram até o nível de Doutorado...porque minha mãe desde cedo incentivava... brigou com meu pai para sair do sertão porque lá não tinha escola, e conquistou que meu pai saísse do sertão para uma cidade Crato onde tinha escolas não é, para que os filhos estudassem, era uma visão extremamente importante de uma pessoa do interior não é, e meu pai era uma pessoa extremamente solidária, a condição que ele fez para que nós estudássemos foi que os sobrinhos deles tivessem o mesmo direito, de modo que todos os meu primos legítimos moraram na minha casa para estudar (COSTA, 2016).

O ambiente familiar de Audísio foi muito importante para que o mesmo avançasse em seus estudos. Na adolescência, ele afirma que um dos conselhos de seu pai para ele, assim como para seus irmãos e primos, é que nesse período eles não poderiam ficar sem realizar alguma atividade, teriam que estar estudando ou trabalhando. Ele explicita que:

meu pai dizia sempre “Quem não estiver estudando, tem que está trabalhando, você vence na vida, trabalhando vence de um jeito, estudando vence de outro, você tem que lutar para vencer”, então ele dizia o seguinte “Você quando estuda vence mais fácil, para quem não estuda tem mais trabalho pra vencer” (COSTA, 2016).

Audísio registra que em seu processo educativo estudou o primário, fez o exame de admissão e com a ajuda de uma bolsa que ganhou do governo federal cursou o ginásial até o segundo científico, no terceiro científico foi estudar em Fortaleza. Ele explicita que “eu

---

<sup>42</sup> COSTA, José Audísio. Entrevista realizada em 19/12/2016. Depoimento colhido pelos pesquisadores: André Gustavo Ferreira da Silva e Laudyslaine Natali Silvestre de Moura.

estudei pago pelo governo federal... isso é importante entender porque eu não teria talvez a mesma oportunidade se não fosse essa bolsa” (COSTA, 2016).

Em 1964 eclode o Golpe Civil-Militar, e Audísio está em Fortaleza, ele comenta que foi um momento de muita repressão, e até mesmo pessoas próximas a ele vivenciaram esse momento repressivo.

a repressão foi muito grande, até porque vários tios meus foram presos, aí todos os dias tinha que ouvir conversas que não eram nada agradáveis, não só sobre a prisão de colegas e amigos que eram faziam militância política, como de parentes também que faziam militância política, realmente por causa disso eu terminei saindo de Fortaleza (COSTA, 2016).

Diante da situação difícil que Audísio estava passando em Fortaleza, pela repressão do regime ditatorial, ele decide se mudar para Recife. Em 1965, ao chegar a Recife, percebe que o ambiente também não era tão fácil; ele explica que em Recife “tinha um primo meu, que tinha sido preso na época, ele era sindicalista do Banco do Brasil e terminou sendo preso e foi transferido daqui também por conta da sua militância política” (COSTA, 2016).

Em 1966, Audísio faz o vestibular e ingressa na Faculdade de Medicina, da Universidade do Recife, onde passou a fazer parte da militância estudantil. A formação acadêmica na universidade e a militância em movimentos sociais são entendidas por Audísio como campos de ação:

eu tinha dois campos de ação que eu considerava prioritário, um era a universidade e o outro eram os movimentos sociais, eu sempre militei nos movimentos sociais em Recife, portanto eu conheço Recife como pouca gente conhece, porque eu andei eu acho que em todos, eu não digo em todos, mas na maioria das favelas, das várias dessa cidade não é, ajudava na organização do pessoal para ter direito a água, a luz, a transporte, a escola, creches, postos de saúde não é, então nós sempre participamos dessas lutas para a população conquistar seus direitos inerentes a cidadania (COSTA, 2016).

Audísio comenta que não só ele, mas muitos docentes da UFPE, que nesse período eram estudantes, participaram de movimentos. Ele explicita que “muita gente participou do movimento estudantil universitário, entrou na universidade, esse é um fato muito importante... muitas lideranças que fizeram o movimento universitário lutaram na universidade” (COSTA, 2016).

Foi através da militância no movimento estudantil que, em 1967, Audísio teve a oportunidade de ter contato com Naíde Teodósio, importante pesquisadora da área de Nutrição da universidade. Audísio relata que “quando eu entrei na Universidade, logo cedo eu

me encontrei com a Dr. Naíde, e por conta da minha militância estudantil, e minha militância em movimentos sociais, nós logo nos identificamos, e passamos a trabalhar juntos” (COSTA, 2016).

Audísio Costa considera Naíde Teodósio como uma grande companheira política, assim como sua “mãe científica”. Com Naíde, Audísio pratica um modelo emancipatório de Universidade:

Ela tinha uma visão científica muito boa, muito boa, muito ampla... “Quem está na universidade tem que se capacitar, tem que mostrar que está aqui porque se capacitou para estar aqui”, então ela dizia a muita gente que se capacitasse o máximo possível, não só cientificamente, mas politicamente, que ela dizia que “A ciência pela ciência não transforma o mundo, que o conhecimento pelo conhecimento não transforma o mundo, é necessário uma política que leve a transformação do mundo” (COSTA, 2016).

O movimento estudantil é, portanto, tratado com bastante seriedade. Audísio declara que “o movimento estudantil integrava as pessoas” (COSTA, 2016), integração que possibilitava uma formação que ultrapassava as paredes da universidade, e possibilitava a ampliação da rede de contatos. Além dessa integração, foi através da vivência nos movimentos sociais, estudantil e outros, que muitos estudantes construíram uma identidade política.

Sobre sua vida acadêmica, ele afirma que “seguia a carreira como mandava o figurino na época, fui estagiário voluntário, eu fui monitor, fui bolsista de iniciação científica, segui todo um ritual que tinha naquela época não é” (COSTA, 2016), época em que uma grande quantidade de cursos já estava no novo campus. Audísio situa esse ambiente de um campus que estava sendo consolidado, e cita alguns cursos que já estavam funcionando no Engenho do Meio.

quando nós viemos para o campus, já existia o Centro de Filosofia... a parte de Medicina já era aqui, Engenharia logo depois veio para cá também não é... já tinha Antibiótico, Farmácia já era aqui... Engenharia não é, veio pra cá, o Centro de Artes também veio pra cá, Educação já estava aqui (COSTA, 2016).

Além dos cursos, o Restaurante Universitário também já funcionava no campus, um fator primordial para a garantia da estadia desses estudantes na universidade. Ele comenta que “os Diretórios Acadêmicos eram quem assumiam o Restaurante, e era cem por cento gratuito, isso é outro elemento que facilitou muito a minha formação, como eu não tinha poder econômico, tomava café, almoçava e jantava no Restaurante Universitário” (COSTA, 2016).

Outro fator importante era a questão da condução para a universidade. Sobre o deslocamento até o campus no Engenho do Meio, Audísio comenta que apesar da precariedade, o transporte até a universidade funcionava bem:

da cidade pra cá, nós tínhamos um ônibus da universidade que vinha de manhã, trazia o pessoal pra cá, ia, voltava de meio-dia, e depois vinha novamente, e de noite voltava pra cidade, obviamente que ele vinha super lotado não é, super lotado, o transporte era extremamente precário, o transporte coletivo era extremamente precário, a Caxangá só tinha uma pista só, mão dupla não é (COSTA, 2016).

Em 1968, ano da Reforma Universitária, estabelecida por meio da Lei nº 5.540 de 28/11/68, Audísio relata que o movimento em que ele participava foi contra a Reforma, pelo fato de que se criaram os Ciclos Gerais.

na universidade a gente foi contra a Reforma Universitária... em que criou os ciclos gerais, porque até a criação do ciclo geral naquela época veio com o objetivo de desarticular o movimento estudantil que era muito forte, e criou mecanismos que na época, no começo, quem entrava na universidade por área você ia para o curso em função da nota, e não do seu interesse pessoal, por exemplo, na área de saúde quem tivesse melhores notas ia pra Medicina, depois pra Odontologia, desclassificando a importância das diferentes formações, então de certo modo desclassificava (COSTA, 2016).

Ainda em 1968, Audísio começou a realizar estágios na Fisiologia, e foi por meio desses estágios que ele começou a ensinar, mesmo sem ter terminado o curso superior. Ele justifica que “havia uma carência de professor na área, em duas áreas aqui que eram Enfermagem e Nutrição, e como eu fazia estágio na Fisiologia... eu comecei a dar aulas nessa época” (COSTA, 2016).

Em março de 1971, ele foi contratado como professor horista, recebia por hora/aula, ou seja, conforme a quantidade de horas que lecionava, assim como em 1968 quando era estagiário. Em julho de 1972, Audísio fez o concurso para Auxiliar de Ensino, e em agosto ele foi contratado.

Sobre a importância de se especializar cada vez mais na área de estudos, ele ressalta que existia a necessidade de uma formação acadêmica bem estruturada, para que esses estudantes que participavam de movimentos não fossem tachados como aqueles que só faziam política. Era preciso, portanto, ter um equilíbrio, por um lado participar ativamente nos movimentos sociais, e por outro investir na formação acadêmica.

As compreensões sobre essa questão eram importantes, para que os estudantes pudessem ter uma formação completa. Audísio comenta que: “a gente entendia que tínhamos

que ter uma formação bem feita para que não pudessem dizer “Olha só faz política” não é, aí já nesse sentido, a orientação nossa era que a gente ia se capacitar o máximo possível, então eu saí para fazer Mestrado e segui depois para o Doutorado” (COSTA, 2016).

De 1975 a 1977, Audísio fez o Mestrado em Ribeirão Preto/SP, lá ele participou da criação da Associação de Pós-Graduação. Essa Associação promoveu o primeiro Seminário de Pós-Graduação do país. Audísio comenta que, ao retornar, teve um problema na universidade, e precisou fazer um outro concurso para professor.

Audísio fez o Doutorado de 1978 a 1983, na Universidade de São Paulo. Ele comenta que demorou um pouco na defesa da Tese, porque retornou para Recife, para junto com outros colegas professores da UFPE, criar uma entidade que representasse o corpo docente dessa instituição. Ele relata que “demorei a voltar para fazer a defesa de Tese do Doutorado, e nesse intervalo voltei pra cá, foi 78, eu trabalhei junto com os colegas que queriam criar a Associação dos Docentes” (COSTA, 2016).

Audísio Costa, por sua vez, participa desse processo de criação da Associação dos Docentes e da UFPE (Adufepe). Após a criação da Adufepe, ele compõe o quadro de dirigentes nas duas primeiras diretorias, “Consolidação” como 2º Secretário e “Universidade Crítica” como 1º Secretário.

### **3.4 O Biólogo André Freire Furtado: o Presidente da “Reestruturando”**

André Freire Furtado<sup>43</sup> nasceu em um sítio próximo à cidade de Várzea Alegre, no Estado do Ceará, em 1937. Seu pai era Joaquim Furtado de Aquino e sua mãe Ilda Freire de Moura, que tiveram onze filhos, seis mulheres e cinco homens. Na sua infância, aos seis anos de idade, André Furtado começou a trabalhar com seu pai, que era agricultor, plantando arroz, milho e feijão.

Sobre sua formação básica, André Furtado explicita que começou a estudar no colégio público de Várzea Alegre. Nesta instituição:

só tinha as quatro primeiras séries, quatro séries primárias, primeira, segunda, terceira, quarta série primária, então eu me formei em Várzea Alegre com a quarta série primária, sabia tanto quanto a professora que me ensinava, quer dizer, quando chegava na quarta série era toda a sabedoria dela transmitida para os alunos e os alunos então poderiam se considerar como Doutores porque não tinha mais nada para aprender em Várzea Alegre, essa foi a minha infância em Várzea Alegre (FURTADO, 2017).

---

<sup>43</sup> FURTADO, André Freire. Entrevista realizada em 22/08/2017. Depoimento colhido pelos pesquisadores: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura e Felipe Cândido.

Aos treze anos de idade André Furtado comenta que “um belo dia apareceu um irmão marista, Irmão Joaquim, um francês que estava procurando vocações pra serem Irmãos Maristas”, e ele foi levado por esse irmão para estudar no Colégio Marista que tinha em Missão Velha, onde cursa o Ginásial. André Furtado explica que os Irmãos Maristas “não são Padres, são educadores, apesar de usarem batina são educadores, formadores pra ensinar Religião e ensinar Ciências”.

Em 1950, André Furtado e outros meninos que estudavam em Missão Velha foram para Recife:

eu peguei um pau de arara, todos os alunos de Missão Velha que queriam ser Maristas... e então em dois dias de viagem num caminhão desse a gente chegou aqui em Recife, a nossa distração era contar quantos caminhões tinha no meio da estrada, porque a gente nunca tinha visto tanto caminhão na vida não é, e tanto carro, então uns contavam quantos caminhões, e outros contavam quantos automóveis, etc. (FURTADO, 2017).

Em Recife, André Furtado fez o Primeiro Científico, no Segundo Científico foi para a Paraíba estudar o Noviciado, onde se estudava unicamente Religião e Práticas Educativas. Ele explica que muitos colegas queriam ser Irmãos Maristas, mas “os próprios educadores maristas viam quem podia ser, quem não podia, quem tinha vocação e quem não tinha”. No Terceiro Científico, André Furtado volta para o Recife e estuda no Colégio Marista.

Em 1956, já formado, André Furtado é mandado para ensinar no Colégio Marista de Aracati no Ceará. Ele assinala que passou dois anos lá “como Professor de tudo, menos de Matemática, eu ensinava Biologia, Inglês, Francês... Português”. Em 1958 foi chamado pelo Reitor dos Maristas em Apipucos já no Recife para “ser Professor dos alunos que queriam ser Irmãos Maristas”.

Ainda em 1958, André Furtado inicia seus estudos na Universidade Católica de Pernambuco onde faz Bacharelado e Licenciatura em História Natural, formando-se como aluno laureado em 1962. Nesse período da graduação, André Furtado explicita que “tinha um movimentozinhos do qual eu participava lá na Católica”. Ele ainda comenta que esses movimentos são “movimentos de estudantes”.

Em 1966, André Furtado é convidado pelo Reitor da Universidade Católica para dar aulas de Didática Especial de Biologia, onde ficou até o meio ano. Pois, ainda em 1966 ele vai para França fazer seu Doutorado em Biologia da Reprodução, cuja Tese foi sobre o controle da reprodução de um inseto vivíparo.

Ao voltar para Recife em 1969, André Furtado explicita que “o professor Aluísio Bezerra Coutinho do Departamento de Biologia e Patologias Gerais, me chamou pra ser o

assistente dele... no dia 25 de agosto de 69 assinei meu contrato com a Federal”. André Furtado foi contratado para dar essas aulas de Biologia como professor de 40 horas, no entanto, ele fala que “só me pagavam 18, mas no Contrato estava 40, e eu fiquei nessa brincadeira durante dois anos, e depois de 2 anos... ganhando 18 e trabalhando 40, aí foi que me deram as 40 horas, 40 horas com a dedicação exclusiva”.

André Furtado comenta que Aluísio Bezerra Coutinho:

queria que eu trabalhasse com o barbeiro, na época tinha muitas Doenças de Chagas aqui no Brasil, então, me deu um Laboratório, eu fiquei no Laboratório de Antomogênese, que era o Laboratório de Antomologia, e comecei a angariar pessoas, Professores, ou estudantes, ou estagiários, que começaram a trabalhar comigo no controle da Doença de Chagas (FURTADO, 2017).

Por conseguinte, André Furtado relata que foi chamado para ser “Chefe de Departamento lá na Genética e Evolução”, onde ministrou aulas:

a gente foi do tempo do ensino integrado e ensino programado, que foi quando eu conheci o Dr. Elio de Bezerra Coutinho, que era irmão de Aluísio... você tinha, por exemplo, Biologia, aí você tinha Ácidos Nucléicos, só um exemplo que eu vou dar, DNA – Ácidos Nucléicos, então era dado pelo pela Biologia, pela Química, e pela Física... então começou a verificar que estava havendo uma repetição muito grande de matérias, a mesma disciplina dava a mesma matéria dada de três maneiras diferentes... (FURTADO, 2017).

Ao entender que essa situação era desconfortável, André Furtado explica que a carga horária foi diminuída, “ao invés de você ter três aulas sobre Ácidos Nucléicos dada por três grupos diferentes, você teria apenas um, e as outras duas horas eram utilizadas para dar outro tipo de disciplina”.

Sobre o campus na época, André Furtado comenta que “a gente chamava de matus, não era campus universitário, era o matus universitário, porque era só mato mesmo... faltava verba”. E não apenas faltava verba para organização do campus, como para as pesquisas. André Furtado relata que por volta de 1972/1973 fez um Projeto de Pesquisa solicitando à Reitoria na pessoa do Pró-Reitor de Pesquisa José Carneiro Leão, o valor de R\$ 150.000,00, e recebeu apenas R\$ 1.400,00:

eu não tive dúvida, peguei os R\$ 1.400,00 que era um cheque, na Reitoria tinha um birô lá que dava os cheques... aí eu fui lá no Centro do Recife e comprei R\$ 1.400,00 de papel higiênico, eu tinha uma Brasília na época, enchi a Brasília de papel higiênico... então quando cheguei aqui na Faculdade de Medicina... aí o pessoal veio tudo me ajudar a levar o papel

higiênico lá pra o meu Departamento... peguei a nota fiscal e mandei pra Reitoria né, prestando conta que tinha comprado... pra prestação de contas era uma folha verde, uma azul, uma amarela, uma rosa, era um burocracia muito grande, porque uma ficava com o Reitor, a outra ficava na Contabilidade, a outra ficava com o Pesquisador... uma semana depois que eu mandei, aí recebi um chamado “Olhe, o Pró-Reitor de Pesquisa quer falar com você”, eu disse “Tudo bem”, fui pra Reitoria, quando eu cheguei lá, ele estava com um papel assim que era a prestação de contas, né a nota fiscal, e disse assim “O que é isso?”, “Eu não sei, me parece uma nota fiscal não é?”, “Mas é sua”, “Ah é minha é? Tem algum erro nessa nota fiscal? “O quê que você fez? Porque isso?”, eu digo “Eu fiz o que o senhor mandou, eu fiz um Projeto de R\$ 150.000,00, o senhor deu R\$ 1.400,00, o senhor disse que minha pesquisa é uma pesquisa de merda! Então pra merda a gente usa papel higiênico (FURTADO, 2017).

André Furtado foi ousado a tomar tal atitude, pois ele mesmo comenta que nessa época em pleno regime ditatorial, “era boca fechada, falava-se de Ciência, de Política muito pouco”. Sobre esse ambiente, ele ainda relata que as aulas eram infiltradas por muitos informantes do regime, que “eram mandados pelo Exército, era gente disfarçada que estava lá”. Os professores, por sua vez, tinham que tomar muito cuidado “nas suas palestras, nas suas aulas”.

Em 1974, André Furtado retorna à França para fazer o segundo Doutorado, dessa vez, em Biologia Animal, onde fica até 1976. Ao voltar para Recife, participa desse processo de criação da Associação dos Docentes da UFPE (Adufepe). Após a criação da Adufepe, ele compõe o quadro de dirigentes na terceira diretoria, “Reestruturando” como Presidente.

### **3.5 A Assistente Social Maria Cecília Coêlho Lithg: 2ª Tesoureira da “Reestruturando”**

Maria Cecília Coêlho Lithg<sup>44</sup> nasceu na cidade de Bezerros em Pernambuco. Seu pai era Humberto Coêlho e sua mãe Neide Azevedo Coêlho. Até os cinco anos, Cecília Lithg morou em Bezerros, mudando-se em seguida com a família para a capital de Alagoas, Maceió.

Em Maceió, Cecília Lithg estudou o ensino básico no Colégio Santíssimo Sacramento. Ela comenta que fez o curso de Pedagogia e foi “ensinar num Colégio, num Grupo Escolar perto de casa como professora primária”. Ainda em Maceió, cursou até o segundo ano da graduação em Serviço Social.

Ao se mudar para Recife, Cecília Lithg completa sua graduação na Escola de Serviço Social de Pernambuco. Sobre a participação em movimentos sociais, ela comenta que antes do

---

<sup>44</sup> LITHG, Maria Cecília. Entrevista realizada em 04/10/2016. Depoimento colhido pela pesquisadora Laudyslaine Natali Silvestre de Moura.

Serviço Social “participava de muitos movimentos sociais... movimentos todos quase a maioria ligados a Ação Católica, a Igreja... depois então com o Serviço Social foi que eu me engajei mais em outros movimentos”.

Um desses movimentos foi o Movimento Estudantil, que Cecília Lithg explicita que de início não participava ativamente, mas acompanhava o Diretório Estudantil, onde com o passar do tempo vai se engajando mais. Ela afirma que de “1964 até 68 era uma época de muita ebulição política, muita ação, mas com aquele cuidado enorme por conta já do Golpe Militar que estava acontecendo”.

Em 1968, tendo terminado a graduação, Cecília Lithg participou de um Projeto em Boa Esperança, no Estado do Piauí:

por conta da construção de uma área de uma barragem chamada de Barragem de Boa Esperança, lá entre Piauí e Maranhão, na divisa, a sede era no Piauí e o meu trabalho desenvolveu-se muito no Piauí, nas margens do Rio Parnaíba, e era um trabalho muito interessante... num processo de intervenção integrada... da organização da população local... eu fui em 68, exatamente no ano que, no final do ano teve o AI5, e a gente vivia com um cuidado muito grande, mas fazia um trabalho de organização popular, mas muito muito focado na transferência de população por conta da barragem que ia ser construída e ia inundar aquelas terras (LITHG, 2016).

Cecília Lithg ficou no Piauí durante seis anos. Em 1975, já no Recife, ela dava aulas no “chamado Serviço Social de Caso na época, Orientação de Monografia no Curso de Serviço Social da Universidade Católica”. Em 1976, Cecília Lithg passou no concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e ficou trabalhando paralelamente dando aulas na Universidade e no INSS.

Por volta de 1977, Cecília Lithg foi transferida para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), onde foi Chefe desse Serviço. Ela comenta que entre 1977/1978 fez um concurso para Universidade Federal de Pernambuco “na área de Planejamento, mas no curso de Serviço Social o concurso, e fiquei dando aulas lá e pedi licença sem vencimento do INAMPS, passei dois anos, porque eu queria dedicação exclusiva na Universidade”.

Cecília Lithg registra que começou a lecionar no curso de Serviço Social na UFPE em 1979. Segundo ela, o curso ainda funcionava no décimo andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), passando depois para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Cecília Lithg explica que quando chega à UFPE em 1979 “a Adufepe estava sendo criada, eu sou uma das sócias fundadoras da Adufepe, cheguei em junho, a Adufepe já tinha

tido as primeiras reuniões para organizar a Associação”. Ela compõe o quadro de dirigentes na terceira diretoria, “Reestruturando”, como 2ª Tesoureira.

### **3.6 O Educador Físico Paulo Rubem Santiago Ferreira: 1º Secretário da “Educação e Liberdade”**

Paulo Rubem Santiago Ferreira<sup>45</sup> nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Seu pai era Presidente da Associação dos Chefes de Máquinas da Marinha Mercante do Rio de Janeiro. Ao falar de seu pai ele explica que o mesmo “nunca se revelou uma pessoa de esquerda ortodoxa, vinculada ao Partido Comunista ou a comunista, etc., mas sempre teve uma posição crítica, foi a primeira pessoa a partir de quem eu ouvi falar em Marx, Paulo Freire e Celso Furtado”.

Dessa forma, Paulo Rubem Santiago assinala que seu pai foi sua maior influência, nunca o forçou ou obrigou a participar de movimentos. Entretanto, foi quem suscitou nele algumas compreensões que moldaram suas percepções de mundo, o instigando a participar de movimentos sociais, como o Movimento Estudantil:

então, eu tive essa influência, digamos assim, não diretiva, porque meu pai não era militante político, ele era uma pessoa esclarecida, uma pessoa que lia muito, mas que tinha essa influência que de certa forma, ajudou a abrir minha percepção, minha sensibilidade social, eu creio que foi a maior influência (FERREIRA, 2018).

Essa sensibilidade social o aguçava para lutar até mesmo no prédio onde morava. Paulo Rubem Santiago comenta que nesse prédio:

havia uma série de restrições à participação, à jogos, ao futebol na garagem, à ocupação do terraço, à área do último andar, eu lembro que junto com a meninada do prédio não é, nós fizemos várias mobilizações, uma vez nós pichamos várias folhas de caderno e colamos dentro dos elevadores todos do prédio, uma vez invadimos uma região do condomínio, o síndico veio perguntar de forma muito, para me desmoralizar, “O quê que vocês estão fazendo aqui?”, a gente “Não, estamos aqui pra lutar pelos nossos direitos” (FERREIRA, 2018).

Sobre os estudos, Paulo Rubem Santiago afirma que cursou “o Ensino Fundamental no Rio de Janeiro” onde teve “participação no Movimento estudantil”. Ele relata que começou no Movimento Secundarista, por volta de 1968/1969:

---

<sup>45</sup> FERREIRA, Paulo Rubem. Entrevista realizada em 17/04/2018. Depoimento colhido pela pesquisadora Laudyslaine Natali Silvestre de Moura.

eu cheguei a ser eleito Presidente do Grêmio Estudantil, entre 1968 e 1969, eu fui eleito, eu me associei com outros colegas, eu estudava no Ginásio Estadual Mário de Oliveira Cabral, que ficava próximo de uma Comunidade chamada de Largo da Segunda-feira, próximo da Tijuca onde eu morava, e nós fizemos uma chapa, e eram três chapas e nós ganhamos a eleição e eu fui eleito Presidente do Grêmio em 1969, e isso foi tempos depois da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto... ele morreu em 68, e nós batizamos o Grêmio, Grêmio Estudantil Livre Edson Luís de Lima Souto (FERREIRA, 2018).

Paulo Rubem não chega a ser empossado, porque em janeiro de 1970 mudou-se para Fortaleza com a família, onde permaneceu por quatro anos. Ele fala que em Fortaleza ficou um pouco deslocado em relação à participação em movimentos, estudou em várias escolas públicas e privadas, e diante disso, ele explica que:

houve um certo deslocamento, mas também as notícias circulavam, as informações circulavam, eu tive Professores numa escola privada que diziam que tinham sido perseguidos, que tinham relações com o Partido Comunista, o professor Leitão de História, era conhecido, tinha uma militância (FERREIRA, 2018).

No início de 1974, Paulo Rubem mudou-se para o Recife para estudar Licenciatura em Educação Física na UFPE, e “logo em seguida começa a participar do Diretório Acadêmico”. Ele relata que esse momento foi de muita articulação entre os estudantes, “de muita perspectiva, de muita vontade de mobilização”, assim como, também, foi um período de muita tensão “sob a pressão de regime militar”.

Sobre esse ambiente de regime militar na Universidade, Paulo Rubem Santiago relata que “na Universidade havia toda uma presença de representantes dos órgãos de Segurança e Informação, existia inclusive na Reitoria uma ASI – Assessoria de Segurança e Informação”. No Departamento de Educação Física, a ASI era representada na pessoa do funcionário Antônio Coelho, que segundo Paulo Rubem Santiago era a “pessoa que olhava os estudantes”.

Em 1975, Paulo Rubem Santiago relata a reprimenda que sofreu, por causa de uma reunião para a eleição do Conselho de Representantes de Turmas. Apesar das possíveis consequências que poderia sofrer, Paulo Rubem Santiago e seus colegas desafiam uma ordem da Reitoria e realizam a reunião, com a participação de outros estudantes. Ele explica que a suspensão que lhe foi atribuída foi fundamentada em algum decreto que regia a organização de entidades estudantis.

em Educação Física quando nós convocamos uma reunião para eleição do Conselho de Representantes de Turma, nós fomos advertidos porque essa instância não estava prevista na Legislação vigente à época, de organização de Diretórios Acadêmicos, e nos proibiram de realizar essa reunião pra eleição do Conselho de Representantes das Turmas, mas então realizamos a

reunião fora, nas dependências da casa do estudante que é ali ao lado do Núcleo de Educação Física, e posteriormente nós fomos suspensos, eu fui suspenso, mais um grupo de outros quatro ou cinco colegas do Diretório Acadêmico fomos suspensos por trinta dias, como reprimenda a essa decisão de embora proibida, fazermos uma reunião, e conseguimos a participação de alguns estudantes na eleição desse conselho de representantes, mas por trinta dias nós fomos suspensos (FERREIRA, 2018).

Como estudante da Licenciatura, Paulo Rubem Santiago já trabalhava em alguns Clubes do Recife, pois havia sido atleta de natação. Ele comenta o seguinte: “dei aulas no Sport Clube do Recife... por um período muito curto eu também dei aula nas equipes de Pólo Aquático do Náutico Capibaribe”.

Em 1976, Paulo Rubem Santiago conclui a graduação como aluno laureado da turma. Em 1977, ele comenta que já começou a batalhar por emprego, e soube da informação que a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco estava recebendo currículos de alunos recém-formados:

eu estive aqui na DERE, antigamente DERE aqui na Secretaria de Educação na Cidade Universitária e deixei o meu currículo e um tempo depois, eu não me lembro bem quantos meses, eu recebi um comunicado pra me apresentar e me ofereceram uma pequena carga horária numa Escola Estadual, Escola Estadual Eneida Rabello no bairro do Alto Jordão (FERREIRA, 2018).

Para se deslocar até a Escola Estadual Eneida Rabello no bairro do Alto Jordão, Paulo Rubem Santiago comenta que pegava dois ônibus, ou pegava apenas um e subia a ladeira caminhando. Sobre a carga horária, ele explica que: “comecei com setenta horas aulas depois passei pra noventa, depois me colocaram mais vinte horas na carga horária, então eu dei aula quatro anos nessa Escola com cento e dez horas aulas”.

Em 1978, além desse vínculo com o Estado, Paulo Rubem Santiago também lecionava na rede particular: “eu fui Professor do Colégio das Damas, da Escola Parque do Recife”. E é através desses contatos que ele se engaja no movimento docente, e já vislumbrava concorrer à eleição para o Sindicato de Professores da Rede Privada. Todavia, ele comenta que “nós não conseguimos acompanhar o Edital, não conseguimos inscrever a chapa”.

Em 1979, Paulo Rubem Santiago comenta que pelo Brasil já ocorriam greves de professores da rede pública com muita intensidade, “a primeira delas foi na Bahia, e isso moveu os professores da Rede Estadual de Pernambuco pra se mobilizarem, a ir para Assembleias convocadas pela Associação”. Diante disso, de imediato ele se aproximou de outros professores, começou a participar, se integrando no movimento.

Sobre esse momento, Paulo Rubem Santiago relata que a greve de professores da Rede Estadual de Ensino foi deflagrada sem o comando da direção da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (Apenope):

no ano de 1979 nós fizemos uma greve de professores, a greve deflagrada de baixo pra cima, sem o controle, sem o comando da direção da Associação dos professores, que era uma direção de muitos anos de mandato, e ela foi deflagrada em uma Assembleia que realizou no Clube Náutico na Avenida Rosa e Silva, saímos em passeata da Avenida Rosa e Silva até o Jornal do Comércio, na Rua do Imperador no Centro do Recife, veja o trajeto na contramão pela Avenida Rosa e Silva... a greve durou trinta e seis dias (FERREIRA, 2018).

Após essa greve, Paulo Rubem Santiago se articula com outros professores, constitui uma chapa e concorre à eleição para Direção da Apenope. Ele explica que “nós nos articulamos e constituímos uma chapa, concorremos a eleição e eu fui eleito Presidente da Associação dos Professores da Rede Estadual de ensino, assumi o mandato no mês de agosto”.

Em 1980, Paulo Rubem Santiago sofre um processo de perseguição pelo governo do Estado, onde acabou sendo demitido no mês de novembro, da Rede Estadual de Ensino, como Presidente da Apenope:

o processo foi à Justiça do Trabalho, era aquele modelo antigo das Juntas de conciliação e julgamento, um Juiz Titular, dois vogais representando Sindicatos de trabalhadores de empresas, e na Justiça do Trabalho eu conquistei o voto do Juiz Titular, contra a demissão e por estabilidade sindical, e fui surpreendido pelo voto contrário dos dois vogais (FERREIRA, 2018).

Em dezembro de 1980, Paulo Rubem Santiago é chamado para assumir o concurso que havia participado em 1979, para o cargo de professor da UFPE, concurso ao qual ele passou em terceiro lugar. Quando ele chega à Universidade, a Adufepe já havia sido criada. Paulo Rubem Santiago se associa à Adufepe, vindo compor o quadro de dirigentes na terceira diretoria, “Reestruturando” como 1º Secretário.

### **3.7 Os demais dirigentes da Adufepe: o que faziam antes da Associação?**

Sobre os docentes que fizeram parte da gestão das Diretorias de 1979 a 1985, os entrevistados Silke Weber, Gadiel Perrusi, José Audísio Costa, André Furtado, Cecília Lithg, Paulo Rubem e Sérgio Sette tecem alguns comentários sobre a vivência desses docentes na

Universidade, antes da criação da Adufepe. A atuação desses docentes nas Diretorias, veremos no próximo capítulo.

Na primeira Diretoria, “Consolidação”, como veremos no próximo capítulo, além de alguns dos entrevistados, compuseram o quadro de dirigentes: Maria José Baltar – “era uma batalhadora na área de Educação” (LITHG, 2016), além de que, “ela era católica da linha de Dom Hélder” (PERRUSI, 2016); Ivon Fittipaldi<sup>46</sup> – “um grande nome... tem uma visão aberta, tem uma visão ampla”; Carlos Egberto – “era de Engenharia” (PERRUSI, 2016), e “também veio de militância” (COSTA, 2016); Pedro Ferrer – “vinha de militância também” (COSTA, 2016), e “ajudava muito em termos da mobilização” (LITHG, 2016).

Na segunda Diretoria, “Universidade Crítica”, como veremos no próximo capítulo, além de alguns dos entrevistados, compuseram o quadro de dirigentes: Sérgio Resende – “a área da Ciência representada novamente não é, sai Fittipaldi, entra Sérgio Rezende” (COSTA, 2016), era “muito competente, das áreas das Exatas, e que teve uma atuação no início muito importante” (LITHG, 2016); Lêda Regis<sup>47</sup> – “sempre foi militante também” (COSTA, 2016); Sueldo Vita<sup>48</sup> – “sempre foi militante... eu não conheço Sueldo do movimento estudantil, mas ele era da militância política do interior” (COSTA, 2016).

Na terceira Diretoria, “Reestruturando”, como veremos no próximo capítulo, além de alguns dos entrevistados, compuseram o quadro de dirigentes: Heloísa Morais<sup>49</sup> – “fez parte do movimento estudantil” (COSTA, 2016); Ascendino Dias<sup>50</sup> – “a gente já conhecia também

---

<sup>46</sup> Graduou-se em Engenharia Elétrica pela UFPE em 1968, conclui seu Mestrado em 1970, e o Doutorado em 1974 na área de Física Teórica pela Universidade de São Paulo (USP) (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>47</sup> Concluiu sua graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica de Pernambuco em 1967, seu Mestrado em Biologia Animal foi na Université Paris VI (Pierre et Marie Curie) em 1975, e o Doutorado em Fisiologia da Reprodução na mesma instituição, concluído em 1977 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>48</sup> Formou-se em Engenharia Elétrica Eletrotécnica pela UFPE em 1964, fez a especialização na Escola Politécnica pela Universidade de São Paulo em 1965, e seu Mestrado foi em Tecnologias Energéticas Nucleares pela UFPE em 1983 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>49</sup> Graduou-se em Medicina pela UFPE no ano de 1972, seu Mestrado em Medicina (Doenças Infecciosas e Parasitárias) foi concluído na Universidade de São Paulo em 1982, e seu Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, foi finalizado em 2002 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>50</sup> Formou-se em Engenharia Elétrica pela UFPE em 1975, seu Mestrado foi em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro concluído em 1978, e o Doutorado foi no Institute National des Sciences Appliquées de Toulouse/França finalizado em 1986 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível

como militante” (PERRUDI, 2016), e “ele teve na França e participou daquele movimento estudantil de 68 na França” (COSTA, 2016); Yves de Maupeau – “era muito atuante no Centro de Educação” (LITHG, 2016), e “muito progressista até” (PERRUSI, 2016); Maurício Figueiredo – foi “militante estudantil” (COSTA, 2016), ele “era da área de Educação” (LITHG, 2016); e Marco Ferramola.

Na quarta Diretoria, “Democracia e Luta”, como veremos no próximo capítulo, comporão o quadro de dirigentes: Sônia Marques “veio do movimento estudantil” (COSTA, 2016); Anísio Brasileiro<sup>51</sup> – “era extremamente militante, muito militante” (PERRUSI, 2016), e “era uma pessoa da linha de frente do trabalho” (LITHG, 2016); Osvaldo Lira; Isabel Pedrosa<sup>52</sup> – “veio do movimento estudantil” (COSTA, 2016); Nadja Brayner – “fez movimento estudantil” (COSTA, 2016); José Augusto Cabral – “também fez movimento estudantil”; Fátima Militão<sup>53</sup> – “também fez movimento estudantil” (COSTA, 2016).

Na quinta Diretoria, “Educação e Liberdade”, como veremos no próximo capítulo, além de alguns dos entrevistados, compuseram o quadro de dirigentes: Antônio Montenegro<sup>54</sup> – “foi do movimento nosso aqui mesmo” (COSTA, 2016); Lúcia Neves<sup>55</sup>; Heitor Scalabrini<sup>56</sup>; Hidelberto Cabral; Antônio Valença<sup>57</sup> – “esse daqui é outro militante bom...

---

na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>.

<sup>51</sup> Graduou-se em Engenharia Civil pela UFPE em 1977, o Mestrado em Engenharia Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi terminado em 1981, e o Doutorado em Transportes pela École Nationale des Ponts et Chaussées foi concluído em 1991 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>52</sup> Formou-se em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco em 1973, o Mestrado em Psicologia Cognitiva pela UFPE foi finalizado em 1981, e o Doutorado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo em 1989 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>53</sup> Graduou-se em Medicina pela UFPE em 1975, terminou o Mestrado em Medicina Tropical na UFPE em 1988, e o Doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ no Rio de Janeiro em 1995 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>54</sup> Graduou-se em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco em 1974, concluiu o Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas em 1983, e o Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas em 1991 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>55</sup> Formou-se em Pedagogia pela UFPE em 1970, o Mestrado em Educação pela UFPE foi concluído em 1982, e o Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1991 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>56</sup> Graduou-se em Física pela Universidade de Campinas/SP. Em seguida fez seu Mestrado em Ciências e Tecnologias Nucleares na Universidade Federal de Pernambuco, e o Doutorado em Energética pela Université

esse não foi do movimento estudantil não, mas era militante velho também daqueles caras que faziam de tudo, não tinham frescura com nada” (COSTA, 2016).

---

dAix-Marseille III (Droit, Econ. et Sciences, no ano de 1992 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

<sup>57</sup> Graduou-se em Licenciatura em Física pela Universidade Católica de Pernambuco em 1975. O Mestrado foi em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1981, e o Doutorado em Física pela Universidade de São Paulo foi em 1993 (Texto baseado no Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes que é a base de dados de Currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>).

#### **4 CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPE (ADUFEPE): OS PASSOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO DE UNIVERSIDADE**

Em 1979, a proposta dos docentes universitários era organizar a categoria para as ações de luta dentro das universidades desgastadas pelo regime ditatorial. Dessa forma, como vimos no capítulo 2, várias Associações foram sendo criadas nos finais de 1970 nas universidades, pelo empenho de alguns docentes que entediavam que as universidades precisavam ser redemocratizadas.

Existia a necessidade de ter um espaço de discussões para refletir sobre os problemas que permeavam o ambiente universitário, cujas práticas autoritárias se acentuaram após 1964. Entre os fatores que possibilitaram a criação das Associações, Fantinatti (1998, p. 128) aponta que a “aglutinação dos professores nos campi universitários – ou seja, o fato de seu local de trabalho aproximá-los fisicamente – facilitou a organização das Associações”.

Na UFPE, alguns docentes, individualmente, a partir das experiências obtidas durante sua trajetória de vida, refletiam sobre as questões acima, como vimos no capítulo 3. Mas chegou um momento em que essas ideias precisavam ser compartilhadas e discutidas com outros docentes que também refletiam sobre a universidade, e sobre o país.

Silke Weber (2018) relata que ao retornar para a UFPE, no final de 1978, após a vivência na Universidade de São Paulo como Professora Visitante, conversou com alguns docentes e ressaltou que já estava na hora de congregar essas ideias voltadas à criação de uma Associação de Docentes na UFPE. Todavia, que isso fosse pensado e elaborado coletivamente, e não mais “cada um no seu pedaço”:

eu me lembro que eu sentei com alguns colegas aqui, Gadiel por exemplo, Gadiel Perrusi e outros, Lia Parente Costa, aí contei toda essa história, a gente deveria pensar talvez uma forma de congregar de começar a fazer isso de uma forma não mais cada um no seu pedaço, mas de uma forma mais genérica, aí conversei com Paulo Figueiredo, com os que eu conhecia, “A gente tem que pegar gente de todo canto”, aí era André Furtado, Paulo Figueiredo, Sérgio Sette, e era em função de quem a gente conhecia e que sabia das condições e se encontrava em outras situações, etc., Maria José Baltar lá da Educação, Lúcia Neves, enfim, uma multidão, e aí nós começamos como em todo canto, um dia marcamos uma reunião lá em Educação, numa sala, e começamos a conversar e essa conversa toda semana pra criar um Associação (WEBER, 2018).

Gadiel Perrusi (2016) também comenta que houve algumas conversas iniciais no Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, para a criação de uma

Associação de Docentes na UFPE. Ele se refere à criação da Associação como uma necessidade, o que indica que essa Associação seria um importante espaço de diálogo e luta sobre as questões que se faziam emergentes nesse período, como a redemocratização da Universidade e do país.

Nós já tínhamos conhecimento, de diversas ADs fundadas, como a da USP, por exemplo, chamava-se ADUSP... a gente começou a conversar quando começou o movimento docente na UNICAMP, na USP, na UFRJ, a gente começou a pensar “Olha há uma necessidade premente da gente fundar aqui uma Associação de professores, Associação de docentes... e a gente discutia bastante isso em Sociologia no chamado PIMES, P-I-M-E-S, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PERRUSI, 2016).

Os docentes da UFPE que refletiam sobre a importância da criação da Associação, uniram forças, apesar da heterogeneidade de interesses, e das diferentes concepções político-pedagógicas que permeavam os mesmos. Dessa forma, diante de uma Universidade fragmentada, o desafio foi aprender a escutar o outro, a pensar em conjunto e acolher os diversos pontos de vista, dialogando e buscando soluções em grupo.

As reflexões saíram, portanto, do campo da individualidade, para a coletividade. Conforme Laclau (1986), não existe um sujeito com identidade fixa, eles são perpassados por diversas práticas e discursos que os subjetivam. É neste sentido que os sujeitos tomam posições diferenciadas a partir de um mesmo significante. Segundo Laclau (1986, p. 03), “a este tipo de conexão, estabelecendo entre várias posições uma relação contingente e sem predeterminação, é que chamamos de articulação”.

É nesse campo coletivo, de articulações entre vários tipos de sujeitos, que a Adufepe vai sendo moldada, e sua criação articulada. Gadiel Perrusi (2016) salienta que “então já havia realmente um ambiente mais favorável, o que é que nós fizemos? Nosso grupo que pensava a Universidade... dissemos “Bom, é o momento, é o momento”, foi uma análise política do momento, entende? Que nos levou a “É hora! É agora, agora ou nunca!””.

O momento era propício porque a Abertura Política iniciada em 1975, conforme discutimos no capítulo 2, possibilitou que novas atitudes emergissem dos docentes, sem que isso fosse ter consequências drásticas, diferente do que acontecia na década de 1960, com a vigilância e repressão constantes dentro das Universidades. Portanto, devido a essa maior “liberdade”, os contatos entre os docentes puderam se fazer com mais intensidade, no próprio campus universitário.

Sérgio Sette (2016) – que participará da gestão da sexta Diretoria “Universidade Democrática”, 1984-1985 – explica que as pessoas passaram a tratar esse assunto com mais

frequência. Ele assinala que “as conversas eram feitas nos corredores, no CFCH a Matemática ficava lá dentro do CFCH, era no último andar do CFCH, então eu me encontrava no elevador com as pessoas, almoçava juntos e a gente começava a conversar sobre essas coisas”.

Os objetivos da criação da Associação de Docentes da UFPE, portanto, começavam a ser delineados pelos docentes informalmente, mas aos poucos iam se tornando consistentes. Sobre esses objetivos, Cecília Lithg (2016) afirma que “a gente tinha esse objetivo de articular os professores em termos da melhoria da qualidade do ensino... de uma reestruturação da Universidade futura, em termos de uma luta por seus direitos”.

Gadiel Perrusi (2016) justifica esses objetivos da criação da Associação, afirmando que seria criada com algumas finalidades. Entre elas, a defesa dos direitos dos docentes e por um Projeto de Universidade:

Então, a gente via duas necessidades: uma, a defesa do direito dos professores, que não existia nenhuma, cada um se virava por si próprio, dependendo da influência que se tivesse na Reitoria ou nos Departamentos, não havia uma coisa geral; e o outro objetivo, era justamente lutar, pelo que eu chamaria de Projeto de Universidade, entende? E de que? Ou de que maneira? De uma maneira estritamente política, porque tudo, tudo na vida, passa pela política (PERRUSI, 2016).

Interessante entender que a ideia de ter uma Associação de Docentes na UFPE passava pela lógica de se ter uma entidade que representasse os docentes, lutasse por suas causas, mas que, nesse momento, não entrasse na lógica da militância, pois a Associação era composta por professores e pesquisadores, e não por militantes sindicais, propriamente ditos, pois isso demandava outras questões referentes ao universo sindical, que ainda não faziam parte dos interesses do grupo fundador da Associação.

Esse grupo que se articulou e participou da mobilização para criação da Associação em sua maioria, já eram pesquisadores de peso na Universidade. Era uma geração que já tinha o nível de Doutorado, que já estava há tempos na UFPE. Como vimos no capítulo 3, Gadiel Perrusi, Silke Weber, André Furtado já eram Doutores e estavam na Universidade desde a década de 1960. José Audísio Costa, por sua vez, nesse período era doutorando, ou seja, era um grupo com uma forte formação na área da pesquisa.

Destarte, Gadiel Perrusi (2016) salienta que os docentes da UFPE não tinham o interesse de ser “profissionais de Sindicato”, de se dedicar militando sindicalmente na Associação, pois teriam que deixar suas pesquisas de lado. Por isso, a proposta deles, na criação, era fundar uma Associação, e não um sindicato:

qual o objetivo de fazer isso? Primeiro era esse: defender os direitos do docente, daí Associação docente; mas a gente percebia que primeiro: a gente não queria ser profissional de Sindicato, nós éramos professores e pesquisadores, e que havia necessidade, de ao mesmo tempo, que se defendia os direitos dos docentes, apresentar, pra aglutinar os professores, pra formar... um Projeto de Universidade, colocar ideias, digamos estruturalizantes desse Projeto, entende?

Um Projeto de Universidade porque a UFPE tinha passado nos últimos anos por reitorados plenamente oligárquicos e autoritários. Diante disso, passou a existir nesse momento na Universidade projetos de disputa, e a mesma, conforme Perrusi (1986, p. 518), “somente vem a conhecer um foco de resistência, com a criação da Adufepe, em 1979”. Dessa forma, apesar do caos, instaurado por anos de regime militar, Perrusi (1986) ressalta que com a criação da Adufepe, a UFPE se tornou realmente uma Universidade política.

#### **4.1 O Manifesto circulou pela Universidade**

O grupo de docentes que estava se articulando para a criação da Associação de Docentes da UFPE chegou à conclusão que antes de uma primeira reunião com os docentes da Universidade para criá-la, seria interessante a circulação de um documento que explicasse a necessidade da criação de um órgão que representasse a categoria. Dessa forma, foi redigido um documento, chamado de Manifesto, que circulou pela Universidade. Cecília Lithg (2016) relata que:

os professores aqui de alguns Departamentos tomaram a iniciativa de convocar, redigiram um documento... se não me engano em março um abaixo-assinado, um documento, uma convocatória... esse documento passou por todos que foram assinando... não fez distinção de ideologias, de posições políticas nem teóricas, apenas se fez aquele documento e esse documento passou como se diz de mão em mão, foi o pessoal da Reitoria, todo o pessoal, dos Centros... todos que puderam que se interessaram, assinaram (LITHG, 2016).

Foi um grande desafio para o grupo articulador da criação da Associação: fazer com que os docentes da UFPE entendessem a proposta de criá-la. Havia grupos, como apontamos anteriormente, com concepções político-pedagógicas diferentes, tendo, portanto, ideologias políticas variadas, seja de esquerda ou de direita. Esse momento de fundação tinha um caráter amplo, a ideia era aglutinar as ideologias, e não dividi-las.

O desafio era, portanto, redigir um documento que fosse entendível e aceito pelos docentes independentemente de ideologias políticas. Gadiel Perrusi (2016) comenta que

alguns docentes, antes de assinar o Manifesto, procuraram saber quem era o grupo que estava à frente do movimento:

na fundação da ADUFEPE, um professor, um catedrático de Psiquiatria que já morreu, quando viu o Manifesto que a gente apresentou a ele, ele disse “Quem é que está à frente desse movimento?”, ele era muito católico, mas da turma de Dom Hélder Câmara, aí disseram “É Silke e Gadiel”, aí ele disse: “Ah bom, tudo bem, eu respeito”, é da esquerda civilizada, como ele dizia, aí eu disse “Tudo bem”, a gente se dava muito bem com eles, é da esquerda moderada, civilizada, tudo bem, então você veja que a gente viveu até o governo de Figueiredo um clima muito opressivo, e os ditadrezinhos não é, os Chefes de Departamento, pequenos ditadores, que eram comandados assim como marionetes pela Reitoria (PERRUSI, 2016).

O núcleo fundador era um tanto variado, formado por sujeitos que, como vimos no capítulo 3, vieram de lugares sociais diferentes. Gadiel Perrusi (2016) sinaliza que os docentes que fizeram parte do núcleo fundador eram permeados por ideais de esquerda, mas não necessariamente de uma esquerda radical:

o Manifesto procurou, ao mesmo tempo que se firmava, ou que se firmavam os princípios, também se estendia um largo espectro, em que um cara reacionário, pudesse dizer “Bom, eu vou me associar a ADUFEPE”, ou que um cara de esquerda mais radical, que nós nunca fomos, pelo menos o núcleo fundador, dissesse “bom, tudo bem, eu discordo disso, disso e disso, mas eu acho que o Projeto é bom” (PERRUSI, 2016).

Entendido o sentido do Manifesto, Gadiel Perrusi (2016), que foi o escriba do documento, relata como se deu esse processo. Primeiro a escrita, depois a distribuição, e logo em seguida o recolhimento do documento, e a nova entrega do documento que deveria ser assinado pelos docentes. Foi um movimento que possibilitou a participação dos docentes, foi um exercício rico de troca de opiniões, de discussão coletiva, de reflexões sobre a Universidade:

eu escrevi o Manifesto... depois imprimimos internamente e distribuimos para centenas de professores, solicitando uma crítica rigorosa ao Manifesto, chegaram muitas críticas, muitas críticas, o Manifesto não foi o original que eu escrevi é claro, se não, não precisava ter colocado em discussão, e a partir do núcleo do Manifesto, tinha sido dois pilares – Defesa de docente e Projeto de Universidade (PERRUSI, 2016).

Não localizamos o Manifesto original, mas o Boletim Informativo nº 3 da Adufepe, de novembro de 1979, traz um “Recado à nova administração da UFPE”, fazendo referência aos pontos desse importante documento. Os pontos que são trazidos no Boletim foram os que se

referem à administração da Universidade, são questões dirigidas ao trabalho do Reitor e da sua equipe.

No início deste ano letivo, um grupo de docentes da UFPE lançou um documento sobre um programa de ação universitária, que obteve a assinatura de aproximadamente 400 professores. A ADUFEPE retoma agora algumas das ideias ali contidas, vez que as considera de grande atualidade no momento em que uma nova administração assume a UFPE. Espera a ADUFEPE que o próprio Reitor instaure uma administração capaz de: 1. Ganhar a confiança das diversas áreas da Comunidade Universitária, por um modo racional e objetivo, de tratar pretensões, problemas, alocação setorial de recursos. 2. Repudiar atitudes personalistas ou intempestivas, desde que as soluções causuísticas lançam a atividade universitária no campo do imprevisível, condicionando comportamentos subservientes ou gerando o absenteísmo. 3. Aceitar o desafio da participação democrática, e de promover o potencial de soluções e cooperação perdido nas vozes que calam. A Administração precisa ouvir. E a Universidade, como organização tornar mais permeáveis e participativos os colegiados de todos os níveis em suas decisões ordinárias e na escolha e renovação de duas lideranças. 4. Ter coragem para manter-se, a si e aos membros da Universidade invulneráveis a indevidas pressões extra acadêmicas. Uma liderança consciente do apelo que brota das responsabilidades e se levanta das bases universitárias, saberá abrir espaços de negociação e diálogo. Uma postura forte se faz hoje indispensável inclusive para alterar o quadro de uma Universidade despojada de autonomia administrativa e gravemente atingida também na eficácia didática e científica.

Após a circulação do Manifesto e o retorno com as assinaturas, circulou um segundo documento onde os docentes da UFPE são convocados para uma Assembleia Geral que tinha a finalidade de criar a Associação de Docentes da UFPE. A quantidade de assinaturas está registrada no Boletim Informativo Nº 1, da Adufepe, de julho de 1979: “Em março deste ano um grupo de professores redigiu um documento assinado por 405 docentes, convocando para uma Assembléia Geral de Fundação da Associação dos Docentes da UFPE, que seria realizada no dia 26 de março, às 20 horas, no CECOSNE”. Gadiel Perrusi (2016) explicita que:

nós formamos um segundo Manifesto aproveitando a essência do primeiro que eu tinha escrito, através das discussões, quando chegamos à conclusão que o Manifesto era aceitável por pessoas de diversas ideologias, nós imprimimos e jogamos na Universidade inteira, milhares de cópias, e marcávamos já nesse Manifesto uma Assembleia de inauguração, que se realizou no CECOSNE (PERRUSI, 2016).

Sobre a escolha do local, o Centro de Educação Comunitária e Social do Nordeste (CECOSNE), Silke Weber (2018) comenta que “o CECOSNE era um ponto de encontro muito importante naquela época”. Gadiel Perrusi (2016) ressalta que “o CECOSNE sempre

foi uma instituição muito simpática, a intelectualidade da época”. O CECOSNE, segundo Gadiel Perrusi (2016), era um local famoso por causa da “liberalidade das freiras que o dirigiam, e que sempre cedia espaço pra Conferências, Palestras, etc., não era revolucionária é claro, mas eram na mesma linha de Dom Hélder, portanto era simpática”.

Pela primeira vez após 16 anos de regime militar, os docentes da UFPE avançavam na luta pela redemocratização da Universidade. A mobilização em torno da criação da Associação de Docentes se tornou uma meta coletiva, ganhando força e alimentando a esperança de dias melhores na UFPE, onde ações democráticas fossem mais presentes no cotidiano acadêmico. A inauguração da Associação faria, portanto, parte de um movimento nacional de docentes universitários, envolvidos pelo clima da Abertura Política.

#### **4.2 Assembleia de inauguração no Cecosne**

A ideia de criar a Associação de Docentes da UFPE sai do campo ideológico, e se efetiva em março de 1979. A Ata da Assembleia de Fundação da Adufepe registra que: “Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 1979 (mil novecentos e setenta e nove) no auditório da CECOSNE reúnem-se em Assembléia professores da Universidade Federal de Pernambuco com a finalidade de criar a Associação de docentes da UFPE” (ADUFEPE, 1979).

Quem estava nessa primeira Assembleia afirma que foi um tumulto, porque era a primeira vez que os docentes da UFPE se reuniam para discutir questões referentes à Universidade. Gadiel Perrusi (2016) explica que “foi um tumulto, porque ninguém estava acostumado a discutir em público, a gente discutia no privado com medo da Polícia, ninguém estava habituado a discutir em público”.

O momento era propício para que os docentes extravasarem com aquilo que estavam “engasgados”, pois até então, estavam silenciados por um regime que reprimia as vozes da categoria. Além disso, diante de uma Universidade conservadora cujos reitores, desde 1964, eram permeados por práticas autoritárias, o ato de falar, nesse momento, era um ato político. Cecília Lithg (2016) não estava nessa primeira assembleia, mas relata que pelo que escutou dos docentes que participaram, foi “uma verdadeira balbúrdia porque todo mundo queria falar ao mesmo tempo... era um momento de extravasar aquela coisa que estava abafada”.

A Associação foi criada em um ambiente conflituoso, de certezas e incertezas, onde o que se sobressaiu foi a vontade da maioria. André Furtado (2016), que foi nomeado secretário

dessa Assembleia, relata que dentre as discussões surgiram várias opiniões a favor e contra a criação da Associação:

eu me lembro que me nomearam como Secretário dessa reunião lá no CECOSNE, e no meio lá das tantas começaram a turma a dizer que “Não dava pra criar, não dava pra criar”, e eu fui então me levantei e subi em cima da mesa, fiquei em cima da mesa e berrei não é “Vocês querem que seja uma nate morta, mas ela não vai ser uma nate morta não, nós vamos criar esse troço”, naquele dia criou-se a Associação de Docentes da UFPE, a ADUFEPE (FURTADO, 2016).

A Associação é criada, e intitulada de Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, cuja sigla fica denominada de “ADUFEPE”. O Boletim Informativo Nº 1, da Adufepe, de julho de 1979, assinala que “Nesta Assembleia estiveram presentes 176 professores que aprovaram a criação da Associação dos Docentes da UFPE, declararam a Assembleia Permanente e propuseram a criação de uma Comissão aberta para elaborar o Ante-Projeto do Estatuto”.

### **4.3 Estatuto da Adufepe**

O Estatuto seria o documento que regeria a Adufepe, os pontos definidos no mesmo deveriam nortear as ações que seriam tomadas pelas diretorias. Um documento dessa natureza não seria tão simples de redigir, e não teria sentido ser redigido por apenas um docente, as ideias precisavam ser postas em debate. Seriam necessárias várias discussões em grupo para que se chegasse à composição final do Estatuto.

O período de elaboração do anteprojeto do Estatuto precisou de quatro sessões para ficar pronta. Segundo o Boletim Informativo Nº 1 (ADUFEPE, 1979), as sessões ocorreram “nos dias 19 e 26 de abril e 3 e 10 de maio contando com a presença variável de 87 a 40 professores”. É bem verdade, tal como assinalamos acima, que as ideias precisavam ser debatidas, mas a falta de hábito de discutir em conjunto tornou o processo lento.

A tomada de decisões em conjunto era minuciosa e demorada, pois demandava o exercício de saber escutar o outro e respeitar as diversas opiniões, para que dessa maneira se chegasse a um consenso. Segundo Lithg (1989, p. 103), esse processo foi lento devido “a mecanismos coercitivos que revelam toda uma problemática relacionada à ‘falta de hábito de discussão conjunta’ em que preconceitos e discriminações de caráter contraditórios dificultam o processo de tomada de decisões”.

Para que o Estatuto fosse aprovado, foi utilizada uma estratégia interessante pelos docentes que participavam da fundação da Associação. Audísio Costa (2016) explicita que o Estatuto foi orientado a ser elaborado de uma maneira mais ampla possível, evitando trazer no mesmo questões de ordem sindical, o que impossibilitaria problemas futuros:

o Estatuto naquele momento a gente deixou mais amplo possível não é, pra evitar, e aí nós tínhamos a Assessoria Jurídica que dizia “Olhe se você começar a formatar muito em cima de determinadas questões sindicais, você pode amanhã ter problema não é”, então nós reforçamos nisso aqui “Eu vou lutar pela redemocratização da Universidade, eu vou lutar pelos direitos dos professores, eu vou lutar pela integração”, tudo no sentido assim mais geral não é, pra evitar que a repressão viesse e fechasse o cerco pra cima da gente (COSTA, 2016).

O Estatuto da Adufepe é aprovado em 10 de maio de 1979. A defesa do direito dos docentes está registrada no Estatuto, mais especificamente no Capítulo II, intitulado: “Definições e objetivos da Sociedade”, que em seu Artigo 4º estabelece que o objetivo da Associação é “a união dos professores da Universidade Federal de Pernambuco, a defesa dos seus direitos e interesses, a assistência aos mesmos bem como constituir-se num veículo de efetiva participação dos seus associados no meio social” (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (ADUFEPE)).

Estabelecido o Estatuto da Adufepe, é designada uma Comissão Provisória para ficar à frente da Associação. A Comissão foi composta por docentes dos vários Centros da UFPE, o que caracteriza o caráter aglutinador e unificador da fundação, onde interesses individuais abriram espaço para interesses coletivos. O Boletim Informativo Nº 1 da Adufepe, de julho de 1979 registra que

Na sessão do dia 10 de maio o Estatuto foi aprovado e indicada uma Comissão Provisória composta dos seguintes docentes: Prof. André Furtado – Centro de Ciências Biológicas, Marcos Muniz Maciel – Centro de Tecnologia, Yony Sampaio – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maria José Baltar – Centro de Educação, Antônio Carlos Pavão e/ou Paulo Figueiredo Lima – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Silke Weber – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, José Augusto Cabral – Centro de Ciências da Saúde (ADUFEPE, 1979).

A Comissão Provisória foi fundamental, pois providenciou a redação final do Estatuto, a impressão e distribuição nos Centros e Departamentos da Universidade, além de inscrever os novos sócios. O Boletim Informativo Nº 1 da Adufepe ainda explicita a quantidade de sócios que a Adufepe atingiu em cerca de vinte dias: “a partir do dia 21 de maio iniciou a

inscrição de sócios, cujo total atingiu o montante de 393 até o dia 11 de junho, data limite para aqueles que quisessem votar na eleição do dia 26 de junho”.

#### **4.4 Primeira Diretoria: Chapa “Consolidação” 1979-1980**

##### **4.4.1 Primeira Eleição para Direção da Adufepe**

A primeira eleição para assumir a diretoria da Adufepe para os anos de 79-80 é destaque na matéria “Mestres da UFPE elegem Diretoria” do Jornal Diário de Pernambuco de 20 de junho de 1979<sup>58</sup>. Essa notícia, além de citar a primeira eleição, explicita os objetivos da Chapa Consolidação: “As eleições para a primeira diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco estão previstas para o dia 26. A criação da entidade objetiva a união do corpo docente da UFPE, a defesa dos seus direitos e interesses” (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1979).

Candidatar-se à Diretoria de uma Associação que estava dando seus primeiros passos era uma imensa responsabilidade. O grupo que se propôs a tal empreitada, e formou a Chapa Consolidação, era composto por docentes de vários Centros e Departamentos da UFPE. Foi a única Chapa a se inscrever formalmente para concorrer à eleição. Segundo André Furtado (2017), a Chapa foi chamada de “Consolidação porque foi a primeira Diretoria a consolidar o que tinha sido criado”.

Encerrado o prazo para inscrição de chapas, apresentou-se apenas a chapa Consolidação, formada pelos professores: presidente Maria José Baltar (Dept. de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação), 1º Vice-Presidente - Gadiel Perruci (Depto de História-Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas), 2º Vice - Ivon Fittipaldi (Dept. de Física), 1º Secretário - Carlos Egberto de Andrade (Dept. de Engenharia Elétrica, 2º sec. – José Aldisio Costa (Dept. de Nutrição), 1º Tesoureiro - Silke Weber (Dept. de Psicologia), 2º Tesoureiro - Pedro Humberto Ferrer de Moraes (Dept. de Histologia e Embriologia do Centro de Ciências Biológicas) (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1979).

A primeira diretoria da Adufepe teria muitos desafios para enfrentar, pois a Associação acabara de nascer e, com ela, nasciam também as perspectivas de mudanças dentro da Universidade, até porque esses docentes inauguram uma nova fase na UFPE, onde

---

<sup>58</sup>Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=adufepe](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=adufepe). Acesso em: 09 ago. 2016.

poderiam ter uma entidade que os representasse, e lutasse pelos seus direitos. Era algo novo, que emergia pelas universidades brasileiras em torno dos debates da Abertura Política, e que precisava ter ações concretas e efetivas a fim de fazer com que o movimento crescesse cada vez mais nas Universidades.

Na UFPE, a preocupação se dava em torno de que esse movimento não esfriasse, e consequentemente chegasse ao ponto de acabar. Para André Furtado (2016), entre os desafios dessa primeira Diretoria estavam o “de democratizar a Universidade, e fazer com que essa Associação que tinha sido criada não fosse uma nate morta, o medo era que ela não durasse um ano, depois de um ano, perdesse o interesse, os professores não ligassem e ela desaparecesse”.

O novo geralmente é temido, porque não se tem o controle do que possa acontecer; ao mesmo tempo que ele anima e desperta o interesse, também preocupa e causa apreensão. Os docentes que formavam a Chapa Consolidação estavam envolvidos dessa problemática; por isso essa primeira Diretoria tinha um papel fundamental, além de consolidar a Associação, conquistar novos sócios e realizar os objetivos propostos na criação da Adufepe, tinha o dever de não deixar a Associação perder a força e acabar.

A Chapa, portanto, não tinha uma tarefa fácil, mas precisava articular ações para que a Associação se estabelecesse de fato na UFPE, ampliando sua representatividade, mobilizando novos sócios, lutando pelos direitos dos docentes e pela redemocratização da Universidade, e conquistando sua sede própria. O Jornal Diário de Pernambuco apresenta as pretensões da Chapa Consolidação:

A chapa Consolidação, que está submetendo a todos os sócios e sua plataforma, consciente de sua responsabilidade, perante a comunidade universitária, de iniciar um trabalho de mobilização do Professor da UFPE, em torno dos seus interesses, pretende: com relação à Adufepe aumentar a representatividade de Adufepe, conseguir sede própria no campus universitário, instituir um boletim informativo e contribuir para a integração das diferentes Associações de docentes universitários, em federações estaduais e nacional (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1979).

A Chapa Consolidação tinha algumas pretensões para sua atuação; ela se posiciona em relação à Universidade, com vistas a lutar por uma participação mais ativa dos docentes da UFPE, assim como pela reintegração daqueles docentes que foram afastados pelo regime militar. Era uma chapa que também objetivava propor soluções para a situação dos professores colaboradores e visitantes:

Com relação à UFPE – lutar por uma maior participação dos professores no processo decisório da Universidade, realizar estudos sobre os estatutos e regimentos da UFPE e propor uma reforma, fazer o levantamento e análise crítica dos problemas relacionadas com os programas de ensino, pesquisa e extensão dos diversos Departamentos, levantar e propor soluções para os problemas dos professores colaboradores e visitantes, etc. Com relação à problemática universitária em geral: lutar pela reintegração de todos os professores afastados por atos de exceção, realizar estudos sobre a política salarial do MEC e as consequências advindas do Plano de Reclassificação de Cargos (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

A Diretoria é eleita e empossada no dia 26 de junho de 1979. Lithg (1989, p. 103) assinala que “dos 393 sócios inscritos com direito a voto, 271 votaram”. A Adufepe efetiva-se na Universidade com Estatuto já elaborado e com a primeira Diretoria eleita. Aquelas ideias, reflexões e discussões do grupo que se mobilizou para criar a Associação se concretizaram. A Ata de Posse do dia 26 registra que a Diretoria foi constituída da seguinte forma:

Presidente: Maria José Baltar 246 (duzentos e quarenta e seis votos). 1º  
 Vice-Presidente: Gadiel Perruci 243 (duzentos e quarenta e três votos). 2º  
 Vice-Presidente: Ivon Fittipaldi 242 (duzentos e quarenta e dois votos). 1º  
 Secretário: Carlos Egberto 246 (duzentos e quarenta e seis votos). 2º  
 Secretário: José Audísio Costa 245 (duzentos e quarenta e cinco votos). 1º  
 Tesoureiro: Silke Weber 247 (duzentos e quarenta e sete votos). 2º  
 Tesoureiro: Pedro Humberto Ferrer de Moraes 246 (duzentos e quarenta e seis votos). (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 17).

Nesse mesmo dia, foram eleitos os Conselheiros da Adufepe. O Conselho de Representantes é citado por Cecília Lithg (2016) como sendo “muito importante para fortalecer a Associação, cada Departamento tinha os seus representantes e quando era um Departamento que ainda não estava mobilizado, se juntavam alguns daquele mesmo Centro e se elegia dois representantes do Centro”.

A Ata de Posse do dia 26 registra que o primeiro Conselho de Representantes, constituído por Conselheiros e Suplentes, foi formado por docentes de diversos Centros e Departamentos:

Ciências Sociais – Cecília de Lascio e M<sup>a</sup> Auxiliadora Ferraz, Psicologia – Aída Novelino e Francisco Bernardo de Paula, Micologia – Ruth Garnier e Auxiliadora Cavalcanti, Antibióticos – Ary Lins e Beatriz Lucena, Direito – Nilzardo Carneiro Leão e Ana Maria Campos Torres, Biologia Geral – Leda Narcisa Regis e Jesualdo de A Campos, Matemática – Hildeberto Eulálio Cabral e Paulo Figueiredo, Estatística e Informática – José Sérgio Antunes Sette e Eufrásio de Souza Santos, Física – Marco Antonio Moura e Gilberto Fernandes Sá, Métodos e Técnicas de Ensino – Lucia Mendes e Carmelita Mota Psicologia e Orientação Vocacional, Nutrição – José Eulálio C. Filho e Sylvia Azevedo Romari. Patologia – José Aarão Carvalho e Darcy

Gonçalves Freitas, Cirurgia – Pedro Carlos Arruda e Silvio Romero Marques, Arquitetura e Urbanismo – Sonia Onuffe Correa, Vera Pinheiro, Cláudia Carneiro e Geraldo Santana, Administração – Oserias F. Gouveia e José Evangelista de Lemos, Energia Nuclear – Sueldo Vita Silveira e Chigueru Tiba, Oceanografia – Mayze N. Paranaguá e Silvio José de Macedo, Engenharia Elétrica – Mauro Rodrigues dos Santos e Hugo Guerra Vasconcelos, Economia – Marcelo Antenori e Ricardo de Medeiros Carneiro. Os outros departamentos por não atingirem o número de 10 sócios elegeram seus conselheiros e suplentes por centro da seguinte forma: Centro de ciências Biológicas – Departamentos de Anatomia, Bioquímica, Biologia Especial, Histologia e Embriologia e Filosofia e Farmacologia elegeram para conselheiro Luis Bezerra de Carvalho e Jenecy Sales para suplente. Centro de Educação – Dpt<sup>os</sup>. de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, de Administração Escolar e Planejamento Educacional e Colégio da Aplicação elegeram para conselheiro José Mauricio Figueiredo e para suplente Dayse Vasconcelos Mayer, Vicente Laurindo de Araújo, João Francisco de Souza, Elizabete de Freitas. O Centro de Ciências da Saúde – Departamentos de Medicina Social, Medicina Interna, Neuro-psiquiatria, Medicina Tropical e Enfermagem elegeram para conselheiro José Augusto Cabral de Barros e para suplente Jacinto Augusto de Medeiros. O Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – Departamentos de Ciências Contábeis e Serviço Social elegeram para conselheiro Ana Elizabete Fernandes e para suplente Evany Mendonça. O centro de Tecnologia – Departamentos de Engenharia Civil, Engenharia Química e Engenharia de Minas elegeram para conselheiro Marcos Antonio Muniz Maciel e para suplente Antonio Oscar da Fonte e Roberto Quental Coutinho. O Centro de Artes e Comunicação – Departamentos de Biblioteconomia e o de Teoria da Arte e Expressão Artística elegeram para conselheiro Milton Bacarelli e para suplente Ivanilda Costa. Após o término da apuração dos votos a Comissão Diretora, deu posse à nova direção, 1<sup>a</sup> Diretoria. Nada mais tendo a relatar, eu André Freire Furtado, secretário “ad hoc” lavrei a presente ata que será por mim e por quem de direito assinada. Recife, 26 de Junho de 1979 (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 17-18).

A Adufepe, portanto, tinha uma Diretoria eleita e um Conselho de Representantes estabelecido para atuarem à frente da gestão da Associação. Todavia, ainda existiam algumas questões que precisavam ser organizadas, como por exemplo, uma sede própria para a Associação. Dessa forma, a primeira Diretoria teria um grande trabalho pela frente, e enfrentaria alguns desafios para que a Adufepe tivesse condições plenas de funcionamento.

#### 4.4.2 A consolidação da Associação: as ações de uma diretoria cheia de desafios

Apesar de não ter uma sede própria, as reuniões da Diretoria da Associação ocorriam na Biblioteca Central ou no Centro de Educação da UFPE (CE), sendo o CE o local escolhido para a Sede Provisória da Adufepe. Segundo Lithg (2016), a Sede Provisória ficou “no Centro de Educação onde tinha mais condições de iniciar o trabalho”. Conforme Silke Weber (2018),

no CE, mais especificamente, “na sala do arquivo... quem passava dizia ‘Essa é a sede da ADUFEPE, é a sala do arquivo’”.

Em depoimento, o professor José Batista Neto, que em 1979 inicia sua carreira docente na UFPE, explicita que a sede provisória da Adufepe funcionava no Colégio de Aplicação, unidade do Centro de Educação:

A Sede, a primeira Sede da ADUFEPE, se a gente podia assim dizer, era numa sala do Centro de Educação, na ala onde funcionava, sempre funcionou o Colégio de Aplicação, ali ao lado de uma antiga cantina do Centro, havia uma pequena sala que foi cedida, para o desenvolvimento das atividades, algumas das reuniões iniciais da ADUFEPE, se fizeram nessa sala, como nesse hall onde hoje estão assim ao lado os laboratórios, as salas de línguas, e algumas salas de aula do Colégio de Aplicação, era ali numa sala próximo a bateria de sanitários, a cantina, onde funcionava a Sede da ADUFEPE (NETO, 2018).

De acordo Lithg (1989, p. 104), diversas comissões foram criadas com o objetivo de “agilizar a execução das propostas de sua plataforma política, bem como as inúmeras tarefas que demandam a instalação de uma Associação”. Foram instituídas as seguintes Comissões de Trabalho: de Instalação e Manutenção; de Imprensa e Divulgação; de Mobilização de Novos Sócios; e de levantamento da Situação dos Docentes da UFPE.

A Comissão de Imprensa e Divulgação tinha um papel relevante. Cecília Lithg (1989) assinala que os materiais informativos eram de extrema importância para divulgar as ações da Adufepe. Seja por meio de boletins, panfletos, coletâneas de textos, apostilhas, jornais, o objetivo era manter a comunidade acadêmica bem informada.

Vale salientar o cuidado com a redação dos documentos, que tinha um sentido político-pedagógico, e precisava ter uma linguagem clara e objetiva. Segundo Cecília Lithg (2016), “Gadiel Perrusi... era o escriba, era quem escrevia muito bem, colocava as coisas de uma maneira clara para que todos os professores entendessem aqueles documentos”, que saíam muitos documentos”.

A Comissão de levantamento da Situação dos Docentes da UFPE também teve um papel fundamental. Entre 1979 e 1980, permeada pelo ambiente de Abertura Política e do clima de redemocratização, a Adufepe articulou várias ações importantes com a sociedade civil. Cecília Lithg (1989) explicita que, entre essas ações, de 26/06/1979 a 02/06/1980, estavam: a luta pela Anistia; a luta contra a demissão arbitrária de professores; e o apoio aos movimentos de docentes do 1º e 2º graus.

O Presidente da República João Batista Figueiredo (Arena), que havia assumido a Presidência em 15 de março de 1979, propôs a continuação da Abertura Política no país,

iniciada por seu antecessor Geisel. Figueiredo foi o último presidente militar. Nesse primeiro ano de sua gestão, houve várias manifestações, pressões e mobilizações sociais.

O mês de agosto de 1979 ganha destaque por grandes acontecimentos. Segundo Fantinatti (1998, p. 128), em 16 de agosto de 1979, pela Lei Federal 6.680, “o Decreto 477, prevendo punições disciplinares a estudantes, funcionários e docentes que realizassem manifestações no campus, fora revogado”.

A revogação do Decreto 477 representou uma conquista importante para a comunidade acadêmica universitária, pois simbolizava a queda de um Decreto, que limitou e reprimiu consideravelmente a atuação de luta de docentes e estudantes contra as ações autoritárias do regime militar nas universidades brasileiras. A revogação do Decreto 477 se caracterizava como o reflexo de um ambiente menos repressivo que surgira com a Abertura Política.

O outro grande acontecimento foi o Dia Nacional de Protesto contra o Projeto de Anistia, no dia 20 de agosto de 1979, que foi considerado de grande mobilização. Segundo Ferreira (2012, p. 207), “Procurando manter o ritmo gradualista e controlado da ‘liberalização’ do regime, o presidente Figueiredo sancionou, em agosto de 1979, a Lei da Anistia”. O Art. 1º da Lei da Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, explicita que

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (PLANALTO)<sup>59</sup>.

A Anistia foi um movimento muito importante, pois possibilitou o perdão político a vários presos políticos que se encontravam exilados em outros países. Todavia, a Anistia é algo controverso, pois, o perdão político foi dado tanto aos torturados (possibilitando aos vários presos e exilados políticos que estavam em outros países a volta ao Brasil e às suas atividades), quanto aos torturadores (beneficiando os agentes da repressão que cometeram diversos crimes, cujas práticas feriram os direitos humanos, e foram cometidas durante os vários anos da Ditadura Civil-Militar).

Para Filho (1999 p. 03 apud TELES, 2001, p. 136), houve a garantia de uma Anistia Recíproca, “ou seja, anistiavam-se, no mesmo movimento, os revolucionários e suas ações e a

---

<sup>59</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm)

tortura e os torturadores”. Destarte, a Anistia ampla, geral e irrestrita apresentou lacunas, mas não deixou de ser um movimento importante em prol da redemocratização do país. Cecília Lithg (2016) explicita que “houve uma Anistia de certa forma importante para aquele momento dentro das condições, mais não era ampla, geral e irrestrita como se pretendia, mas na verdade já era assim o início da abertura em termos de democracia”.

As lutas dos docentes da UFPE diante desse cenário de perdão político por meio da Anistia, de abertura em termos de democracia, foram efetivadas pela Adufepe. A mesma foi protagonista nas lutas pela reintegração dos docentes da UFPE que haviam sido afastados de suas atividades pela administração da Universidade, comandada pelo regime militar. Cecília Lithg (2016) comenta que a Anistia foi uma das primeiras lutas fortes da Adufepe:

foram muitos os professores que estavam ausentes por conta exatamente do momento de Ditadura, que foram afastados por conta de seus objetivos de seus projetos políticos de sua atuação e que foi inclusive uma perda enorme para Universidade porque muitos altamente competentes tiveram que se alto exilar ou ser expulso realmente do país e outros que ficaram na clandestinidade etc., então uma luta grande inicial foi em relação a absorção, quer dizer, na volta para que eles assumissem seus cargos (LITHG, 2016).

A Adufepe promoveu a recepção de grandes nomes da UFPE, que estavam afastados da universidade pelo regime ditatorial, o que demonstra a força das articulações de uma Associação ainda em consolidação, num momento tão importante de redemocratização do país. De acordo com Lithg (1989), a Adufepe promoveu a recepção no dia 30/08/1979 aos professores Antônio Baltar, Pelópidas Silveira e Egídio Ferreira Lima.

No dia 04/09/1979, foi recebido o professor Paulo Freire, que na década de 1960 realizou uma grande campanha de alfabetização, que se espalhou pelo Brasil, com um método<sup>60</sup> inovador, que levava em consideração a realidade e as vivências dos alunos. Sua recepção foi feita em conjunto com o Centro de Educação, a Apenope, o Departamento de Serviço Social e o DCE da UFPE. Cecília Lithg (2016) comenta que Paulo Freire “foi recepcionado, inclusive no Centro de Educação, eu participei dessa mobilização... uma seção,

---

<sup>60</sup> O método, eclético, se enquadra entre os ‘métodos modernos’... a alfabetização vem sendo feita a partir da experiência existencial dos grupos, em função de seu universo vocabular, que é levantado na primeira fase do experimento. Trabalhados os vocábulos conhecidos, criam-se ‘situações’ que, plasticizadas, e incluindo gradativamente vocábulos geradores, são apresentados aos alunos com a ajuda de projeções (BOLETIM DE ATIVIDADES DO SEC, 1962, nº 3, p. 29 apud VERAS, 2012). O Método Paulo Freire apresentava cinco fases de execução: 1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; 2. Escolha das palavras (chamadas de palavras geradoras), selecionadas do universo vocabular pesquisado; 3. Criação de situações existenciais típicas do grupo com quem vai se trabalhar; 4. Elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho; 5. Feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

um ato, uma sessão praticamente solene de professores, alunos, funcionários, também muitos estudantes, pra receber Paulo Freire que tinha chegado”.

A Adufepe articulou ações com os funcionários da UFPE, por meio da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco (Asufepe); com a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); com o DCE da UFPE, e com a Apenope.

De uma maneira geral, os primeiros meses, após a fundação da Adufepe, foram repletos de atividades que demandavam tempo, organização e articulação. Esse primeiro ano foi fundamental para que os docentes da Universidade entendessem que a Associação não estava ali para “brincar”, mas para estabelecer-se com força na UFPE, enquanto uma entidade política que lutava pelos docentes, pela Universidade, pelo país.

Esse empenho da primeira diretoria demandou bastante disponibilidade e dedicação dos sete primeiros diretores, que compunham a direção “Consolidação”. Gadiel Perrusi (2016) registra o empenho e esforço da equipe diretora que nesse primeiro ano de Associação priorizou um pouco mais as atividades da Adufepe, em detrimento de suas atividades acadêmicas:

foi um ano que eu não escrevi nada, não fiz nenhuma pesquisa, eu mal dava minhas aulas, que era um trabalho quase 24 horas por dia, que a noite tinha reuniões com gente que não podia vir durante o dia etc... nós nos reuníamos por sinal no Centro de Educação, quase toda semana estavam lá, eu, Mazé, Silke, e algumas pessoas, era uns trinta mais ou menos professores, pra discutir o dia-a-dia, os problemas da ADUFEPE, que medidas a gente iria tomar, etc., etc., então a Diretoria tinha reunião praticamente semanais, e que nessas reuniões é que a gente podia pensar o andar da Associação (PERRUSI, 2016).

Um dos setores primordiais na Associação era a Tesouraria. Para que a Associação tivesse total credibilidade perante os sócios da Adufepe, era fundamental que o setor financeiro estivesse organizado. Cecília Lithg (2016) ressalta que a Tesouraria da Associação funcionava de “forma mais artesanal quase a mão, manual... tinha mensalidade, a gente pagava através de recibo”. Sobre essa questão, Gadiel Perrusi (2016) explica que “tínhamos já uma Associação com Assessoria Jurídica, eles viam que o dinheiro do sócio era bem empregado, pois os Relatórios eram perfeitos de Silke, Silke era perfeita”.

Sobre as relações da Adufepe com a Reitoria, Cecília Lithg (1989) assinala que nos primeiros anos de atuação da Adufepe, suas relações com a Reitoria foram demasiadas difíceis. Nesse primeiro momento, o Reitor era Paulo Maciel, que não dava total apoio à

Associação, mas também não se posicionava contra suas ações. Em seguida, com o Reitor Geraldo Lafayette, a Adufepe, conforme Cecília Lithg (1989), se deparou com uma “parede”.

O Reitorado de Geraldo Lafayette durou de dezembro de 1979 a abril de 1983. Gadiel Perrusi (2016) explicita que é nesse período, com Lafayette na Reitoria, que a Adufepe se afirma enquanto um órgão de defesa dos docentes: “não se afirmou apenas como Projeto, se afirmou na luta efetiva contra o totalitarismo da Reitoria, essa foi a grande briga que solidificou, estruturou a Adufepe como realmente um órgão de defesa dos docentes”.

A Adufepe teve uma importante atuação ao lado dos docentes que sofreram com injustiças, a Associação prestou assistência, principalmente jurídica, a eles, como por exemplo, no caso dos professores Waldomiro Cavalcante e Marcelo Antinori que foram perseguidos e demitidos pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Armando Souto Maior. As ações do Pró-Reitor contra os professores Waldomiro e Marcelo tiveram o apoio do Reitor Geraldo Lafayette.



Figura 01 - “Gadiel prestou apoio irrestrito aos mestres”.  
(Diário de Pernambuco, 03 de abril de 1980).

O Jornal Diário de Pernambuco de 3 de abril de 1980 noticia: “Demissões podem levar UFPE à Justiça”:

Considerando que a obrigação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – ADUFEPE é defender os direitos de seus sócios, o vice-presidente da instituição, Gadiel Perrucci, manifestou ontem apoio total aos professores demitidos, afirmando que serão tomadas todas as providências jurídicas necessárias a reintegração de Waldomiro Cavalcanti e Marcelo Gravini Antinori aos quadros da UFPE. Anunciou também que a ADUFEPE promoverá no próximo dia 9 uma assembleia geral, para deliberar sobre a realização de um ato público de protesto contra “as arbitrariedades que estão sendo cometidas pelo pró-reitor Armando Souto

Maior”, considerado como principal responsável pelas demissões (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

Sobre o professor Waldomiro, essa mesma notícia aponta que a perseguição ao mesmo se dava porque o Pró-Reitor Armando Souto Maior assegurava que Waldomiro não tinha capacidade de exercer o cargo de professor da UFPE, pois não tinha a qualificação acadêmica para tal, e precisava, portanto, ser demitido. Mesmo com a comprovação da formação, feita no momento da assinatura do contrato, o professor Waldomiro é visto como um docente sem condições acadêmicas para exercer o cargo que ocupava.

O processo de Waldomiro foi consequência de uma iniciativa tática de Armando Souto Maior. Trata-se, no entanto, de um professor aceito por unanimidade pelo Departamento de Geografia e contratado pela Universidade em outubro de 79. Esse processo, que correu à revelia do Departamento, caracteriza Waldomiro como aluno do Mestrado, e portanto, incapacitado para exercer o cargo, o que não é verdade. Depois de cumprir os créditos do Mestrado, ele foi convidado para ir à França estudar com Rochefort, um dos maiores geógrafos do mundo. Lá obteve o Diploma de Estudos Aprofundados, o que equivale ao primeiro ano de doutorado, no Brasil reconhecido como mestrado – esclareceu o economista Gadiel Perrucci (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

Sobre o professor Marcelo Antinori, essa notícia registra que é um processo parecido com o de Waldomiro. Nesse caso, quando o contrato terminou, o Departamento de Economia solicitou sua renovação, que foi negada, mesmo com dois anos de atuação de Marcelo na Universidade. A perseguição e conseqüentemente o afastamento de Marcelo do quadro de docentes da UFPE se dá porque Marcelo é visto como incapaz de dar aulas na Universidade, porque não tem uma formação acadêmica adequada para assumir o cargo.

Depois de dois anos de docência, por ocasião do término do seu contrato, o Departamento de Economia pediu a sua renovação, que foi negada pela Universidade, sob a alegação de que Marcelo não dispunha dos títulos exigidos para ensinar. Como então revalidar os cursos que ele deu e que a Universidade reconhece como satisfatórios para a validação de alunos, se esta mesma instituição diz que o professor não tem e nunca teve capacitação para ensinar? Pergunta Gadiel Perrucci (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

O clima, em 1980, apesar da Abertura Política iniciada em meados da década de 1970, ainda era de autoritarismo na Universidade; a demissão do professor Waldomiro e a não renovação do contrato de Marcelo são resquícios desse momento. Diante disso, era preciso encontrar mecanismos de defesa contra as injustiças cometidas pela Reitoria. A denúncia seria

um dos meios de luta contra essas ações autoritárias. A Adufepe, representada por Gadiel Perrusi, denuncia no Diário de Pernambuco esses atos cometidos contra os dois professores.

A mesma notícia explicitada anteriormente registra que

Gadiel Perrucci denunciou “o clima de terror estabelecido na UFPE”, que segundo explicou não é decorrente de nenhuma determinação governamental e nem mesmo partiu do Reitor Geraldo Lafayette, mas que encontra suas razões na perseguição pessoal levada adiante por Armando Souto Maior. De acordo com suas informações, o afastamento dos professores não tem nenhuma sustentação legal, tanto que o próprio ministro da Educação Eduardo Portela, prometeu interferir no caso (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

A denúncia sobre o caso desses professores circulou por toda comunidade acadêmica, inclusive por outras ADs pelo Brasil, e pelo MEC. Em um texto assinado pela Diretoria da Adufepe, em 24 de março de 1980, está registrada a posição tomada pela Adufepe de não se calar perante as injustiças cometidas com os professores Waldomiro e Marcelo. A Adufepe ainda chama a atenção de outros docentes para que tenham cuidado com possíveis arbitrariedades que possam sofrer:

não somente denunciemos publicamente esses fatos para que todos os colegas fiquem em estado de alerta contra tais arbitrariedades, mas também comunicamos que a ADUFEPE não se omitirá na luta pelos direitos dos docentes, bem como ainda tomará todas as providências cabíveis através do seu assessoramento jurídico (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

A demissão do professor Waldomiro partiu do Pró-Reitor Armando Souto Maior, mas teve o apoio do Reitor Geraldo Lafayette, que assinou a demissão por “justa causa”. Todavia, não havia motivos ou causas que comprovassem a ineficácia do trabalho de Waldomiro; ele não cometeu nenhum ato que se configurasse como faltoso na Universidade. Isso é tão nítido, que a Reitoria não dá uma justificativa consistente para a demissão:

Outro fato salientado por Gadiel foi o despacho assinado por Lafayette, rescindindo o contrato de Waldomiro por “justa causa”, quando em entrevista ao DP, afirmou não ter o professor cometido falta grave. Onde está a justa causa? Questiona o economista. Segundo ele, a justa causa só poderia ser configurada por parecer técnico. Enquanto isso, o despacho do reitor apenas diz que, “o interessado não atende, segundo o Conselho, aos requisitos necessários para sua contratação para o curso de Mestrado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1980).

As ações da Adufepe de se posicionar contra as atitudes do Reitor Lafayette e do Pró-Reitor Armando, buscando soluções para ajudar os professores Waldomiro e Marcelo a serem

reintegrados à Universidade, foram fundamentais para que os outros docentes percebessem que a Associação tinha compromisso com seus sócios, que lutaria a favor dos mesmos contra quaisquer atos de injustiça cometidos pela Reitoria.

As ações foram importantes também para que a Adufepe exercesse um dos seus objetivos de fundação, que era o compromisso com a Universidade, na luta pela redemocratização da UFPE, que se dava nesse empenho constante de desafiar as práticas autoritárias da Reitoria, buscando sanar, na medida do possível, as injustiças cometidas com o corpo docente da UFPE.

Os estudantes universitários, que por sua vez, reacenderam o movimento estudantil em 1977, como vimos no capítulo 2, também se manifestaram contra as ações da Reitoria na UFPE.



Figura 02 - “Alunos da UFPE repudiam a demissão do Professor Waldomiro Cavalcanti e vão protestar, amanhã”.  
(Diário de Pernambuco, 09 de abril de 1980).

A notícia do Diário de Pernambuco de 09 de abril de 1980, “Crise na UFPE motiva ato público”, registra que os estudantes além de se pronunciarem na defesa dos professores Waldomiro e Marcelo ainda denunciam outros casos de professores que estão numa situação ilegal:

Mais de 300 estudantes da Universidade Federal de Pernambuco decidiram, em assembleia realizada no auditório da Faculdade de Economia, realizar amanhã, às 9h:30m, em frente à Reitoria, um ato público de protesto a demissão do professor Waldomiro Cavalcanti e pelas ameaças que outros professores de Economia vêm sofrendo. Os alunos de Geografia, por sua vez, marcaram assembleia para segunda-feira, às 16 horas. Na reunião de

ontem estavam presentes pelo DCE, Alzira Mindelo; Instituto de Economistas de Pernambuco – IEPE, Reginal Muniz; pela UNE, Luís Antônio Falcão, pela Adufepe Silke Weber; e pelo Diretório Acadêmico de Economia, Jorge Carvalho. Faziam parte da mesa os professores demitidos: Waldomiro Cavalcanti e Marcelo Antinori. Além destes, os alunos denunciaram na reunião a situação ilegal em que se encontram outros sete professores, cujos contratos não foram renovados por decisão arbitrária da Pró-Reitoria. São eles: César Augusto Gomes, Wilson Maciel, Reginaldo Muniz, Pedro Amador, Ricardo Carneiro, Luís Mota, Marcos Cavalcanti (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/04/1980).

No Boletim Informativo da Adufepe de agosto de 1980, na página 04, a Diretoria “Consolidação” presta conta de sua gestão assinalando “Diretoria presta contas: Adufepe cresce e consolida-se”: “A Diretoria da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco no período de 26 de junho de 1979 a 2 de junho de 1980, cumprindo determinação estatutária apresenta a seus associados e a comunidade universitária o relatório de suas atividades”.

Essa prestação de contas informa sobre os seguintes pontos: Número de Sócios; Sede e serviços administrativos; Comissão de trabalho; Reuniões; Defesa dos direitos de professores; Participações diversas; e Situação financeira. No que se refere ao número de sócios, no primeiro ano de Associação, houve um aumento considerável de sócios, em sua maioria faziam parte do Centro de Ciências da Saúde:

A ADUFEPE que contou com 393 sócios fundadores, tem, atualmente, 571 sócios, pertencentes a 47 departamentos, e a Faculdade de Direito, assim distribuídos: Centro de Ciências da Saúde: 93; Centro de C. Ex. e da Natu. 85; Centro de Ciências Biológicas: 80; Centro de Tecnologia 71; Centro de Art. E Comunicação 70; Centro de Fil. E C. Humanas 59; Centro de C. Soc. Aplicadas 54; Centro de Educação 53; Faculdade de Direito 06. Houve, portanto, um acréscimo de 178 sócios (45%) em seu quadro social (BOLETIM INFORMATIVO DA ADUFEPE, AGOSTO DE 1980, p. 04).

A primeira Chapa solidifica uma Associação que foi criada em meio a um regime militar ainda em vigor, o que demonstra a capacidade de articulação que os docentes da UFPE tiveram em mobilizar, organizar e fortalecer um Projeto de Universidade. Com o término desse primeiro ano de Associação, a quantidade de sócios aumentou consideravelmente, demonstrando que cada vez mais o movimento docente se fortificava na UFPE.

Após a “Consolidação” da Adufepe, nesse primeiro ano, que aconteceu de junho de 1979 a junho de 1980, seria interessante que a partir de agora, a Associação discutisse a Universidade de uma maneira mais aprofundada, mais crítica, sendo a próxima Diretoria da Adufepe denominada, portanto, de “Universidade Crítica”.

## 4.5 Segunda Diretoria: Chapa “Universidade Crítica” 1980-1981

### 4.5.1 Segunda Eleição para Direção da Adufepe

A convocatória assinada pelo então Secretário José Audísio Costa, para a segunda eleição da Diretoria da Adufepe, foi divulgada no Jornal Diário de Pernambuco no dia 26 de abril de 1980, que registra: “Associação de Docentes da UFPE – Adufepe, Edital de Convocação”:

Convocamos os sócios da ADUFEPE para a eleição da nova diretoria, biênio 80-82, a realizar-se no dia 29 de maio de 1980. A votação poderá ser feita em um dos seguintes locais: sede provisória, Centro de Educação, sala 99 de 08 às 16 hs. Deptº de Oceanografia de 08 às 09 hs. Faculdade de Direito de 9:30 às 10:00 hs. Hospital Pedro II de 08 às 11 hs. Transcrevemos a seguir o artigo 42 do Estatuto: “O registro de candidatos para a Diretoria da ADUFEPE será necessariamente acompanhado do programa de ação que deverá ser entregue até 15 (quinze) dias antes da data da eleição” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26/04/1980).

A Ata de Posse (ADUFEPE, 2003) registra que uma única chapa se inscreveu no prazo legal de acordo com o artigo 42 do Estatuto, a chapa “Universidade Crítica”. Cecília Lithg (2016) justifica o nome escolhido para essa chapa, afirmando que “em termos de criticidade realmente, não era pra dizer amém, mas ao contrário era pra mostrar que a gente, os professores queriam melhorar a Universidade de uma maneira mais abrangente”.

Da mesma forma que na primeira eleição houve uma convergência de interesses, e os docentes chegaram à conclusão de colocar uma única chapa que os representasse concorrendo à eleição para Diretoria da Adufepe, a segunda eleição se moldou nesse mesmo formato. Mais uma vez, as ações desses docentes mostram que nesse primeiro momento a ideia era aglutinar e não separar. Apesar da heterogeneidade de interesses, o movimento nesse momento ainda unifica os docentes.

Em 17 de maio, a Chapa “Universidade Crítica” lança sua proposta de gestão à frente da Adufepe, cujo objetivo principal é lutar pela democratização da Universidade, com isso, conquistando uma maior participação dos docentes e da comunidade acadêmica nas discussões em torno da Universidade. O Diário de Pernambuco noticia “Candidatos divulgam meta”:

Lutar pela democratização da Universidade Federal de Pernambuco, em particular, por uma maior participação dos professores nos processos decisórios em todas as instâncias; e exigir das autoridades universitárias um maior empenho na luta por mais verbas e participação da comunidade

acadêmica na discussão de sua alocação são metas de trabalho pretendidas pela chapa “Universidade Crítica”, que está concorrendo às eleições da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco. O pleito será realizado dia 29 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/05/1980).

A chapa “Universidade Crítica” tinha algumas outras pretensões, que também são citadas na mesma notícia de 17 de maio, entre elas, ampliar as ações que foram realizadas pela diretoria anterior e reivindicar melhores condições de trabalho na UFPE:

A chapa pretende ampliar o trabalho desenvolvido pela diretoria provisória, consolidando e ampliando a Adufepe no sentido de possibilitar a real defesa dos interesses dos docentes através de sua efetiva organização. A chapa pretende reivindicar, ainda, melhores condições de trabalho através da conservação, manutenção e modernização do campus como um todo, em particular, das instalações e equipamentos, da criação de Centro Cultural e Lazer e da implantação de uma creche (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/05/1980).

A chapa é composta por alguns dos professores que fizeram parte da primeira Diretoria, a saber: Silke Weber, Gadiel Perrusi, José Audísio Costa e Maria José Baltar. Esse grupo de docentes que se mobiliza para a criação da Associação faz parte da primeira e da segunda diretorias; é um grupo que desde o período de estudante de graduação, como vimos no capítulo 3, se preocupa com a universidade. Dessa forma, encontrou no movimento docente espaço para lutar por uma universidade democrática. A notícia do Diário de Pernambuco, de 17 de maio, cita os nomes dos docentes que iriam compor a chapa “Universidade Crítica”:

Compõem a chapa os professores: presidente – Silke Weber – Depto. de Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas; 1º vice-presidente – Gadiel Perruci – Depto. de Economia – Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 2º vice-presidente – Sérgio Rezende – Depto. de Física – Centro de Ciências Exatas e da Natureza; 1º Secretário – José Audísio Costa – Depto. de Nutrição – Centro de Ciências da Saúde; 2º secretário – Maria José Baltar – Depto. de Métodos e Técnicas – Centro de Educação; 1º tesoureiro – Leda Regis – Depto. de Biologia Geral – Centro de Ciências Biológicas; 2º tesoureiro - Sueldo Vita da Silveira – Depto. de Energia Nuclear – Centro de Tecnologia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/05/1980).

A Diretoria “Universidade Crítica” é eleita e empossada no dia 29 de maio de 1980. Dos docentes com direito a voto, 220 votaram. A Ata de Posse da Diretoria da ADUFEPE, gestão 1980-1981, informa que: “Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 1980, de acordo com a convocação publicada em edital nos jornais da cidade do Recife, obedecendo o

que manda os artigos 28, 39 e 40 do Estatuto da Adufepe, realizou-se a eleição para a diretoria desta Associação” (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 21).

A votação da diretoria eleita foi constituída da seguinte forma: “Silke Weber, 207 votos; Gadiel Perruci, 202 votos; Sérgio Resende, 202 votos; José Audísio Costa, 200 votos; Maria José Baltar, 204 votos; Leda Narcisa Regis, 198 votos; e Sueldo Vita da Silveira, 197 votos” (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 21).

Paralelamente, foram realizadas eleições para Conselheiros e Suplentes. Segundo a Ata de Posse da Adufepe (2003), obteve-se o seguinte resultado:

Deptº de Economia, suplente – Vera Rosa Borges, 4 votos; Energia Nuclear, suplente – Gilvan Climério, 15 votos; Dptº de Biologia Geral, suplente – Rosilda Silva, 3 votos, Osvaldo Lira, 02 votos, Ricardo Braga, 1 voto; Colégio de Aplicação, representante – Antonio Torres Montenegro, 6 votos, suplente – Maria da Conceição Vieira, 4 votos, Maria da Conceição Rabelo, 1 voto, Augusto Burle, 1 voto; Dptº de História, Representante – Roberto Amorim, 7 votos, Gabriela Martins, 1 voto, suplente – Marco Antonio Paes, 7 votos, Marc Hoffnagel, 1 voto. Os Departamentos de Engenharia Civil e Arquitetura não votaram para escolha de seus Conselheiros e suplentes. Por equívoco houve votação para representante do Dtpº de Biblioteconomia, motivo pelo qual não foram computados os votos, permanecendo como representantes deste Departamento a Profª Ivanilda Fernandes Rolim (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 22).

O resultado da eleição era divulgado nos Centros da Universidade. O Boletim Informativo do Centro de Educação de junho de 1980, na página 04, registra esse momento com a informação “Adufepe”: “Eleita no dia 29 de maio deste ano, a nova Diretoria da Adufepe”. Cujo objetivo era: “Lutar pela democratização da Universidade Federal de Pernambuco, em particular, por uma maior participação dos professores nos processos decisórios em todas as instâncias”.

#### 4.5.2 A criticidade da Associação: as ações de uma Diretoria para a Primeira Greve de Docentes da UFPE em 1980

A luta pela redemocratização da universidade e pela defesa dos docentes fez parte do cotidiano da Adufepe em seu segundo ano de atuação. A Adufepe protagonizou em 1980 a primeira greve de docentes da UFPE, motivada pela precária situação de ensino e trabalho na Universidade. Esses temas também se fizeram presentes nas discussões de outras ADs pelo Brasil, que também se organizam em torno de greves em 1980.

Na UFPE houve várias discussões sobre as condições da universidade. O texto do dia 13 de junho de 1980, assinado pela Presidente da Adufepe, Silke Weber, explicita as discussões realizadas numa Assembleia sobre os temas que se faziam emergentes de discussões nesse momento. Entre eles, estava o objetivo de pressionar o MEC por mais verbas para a educação:

No dia 12 de junho, às 17 horas, a ADUFEPE promoveu, no Centro de Artes, uma Assembléia para discutir as CONDIÇÕES DE ENSINO E TRABALHO NA UFPE como forma de participar do movimento nacional organizados pelas Associações de Docentes para pressionar o MEC por mais verbas para educação em todos os níveis, a concessão, a partir de março, de um abono salarial de 48% e o envio imediato do projeto de reestruturação da carreira do Magistério Superior ao Congresso. Durante esta Assembléia os docentes acima decidiram, mais uma vez, reafirmar sua luta pela necessidade imediata do MEC atender às reivindicações de melhoria salarial dos professores que trabalham em Universidades Federais bem como se empenhar para ampliar a discussão e encontrar formas de mobilização mais eficazes para que o setor educacional brasileiro seja contemplado com mais verbas (ADUFEPE, 13/06/1980).

O ambiente em 1980 na Universidade já era bastante favorável a uma greve dos docentes. O clima era de muitas reivindicações e manifestações desde o ano anterior, com a luta pela reinserção dos professores Waldomiro e Marcelo, à Universidade. Os estudantes da UFPE já estavam em luta, e organizaram uma paralisação, determinando que nenhum estudante tivesse aula. O que motivou os estudantes foi a discussão que também estava em pauta entre os docentes, a saber, verbas para educação.

O movimento dos estudantes na UFPE foi muito forte, a mobilização em torno da greve estava muito organizada e contava com a total participação dos discentes, que no primeiro dia de greve se ausentaram totalmente das salas de aula. O Diário de Pernambuco de 2 de setembro de 1980 noticia: “Ausência de 100% no 1º dia de greve”:

A ausência de 100% de alunos nas salas de aula da Universidade Federal de Pernambuco caracterizou como vitorioso (do ponto de vista de adesão à decisão da Assembleia Geral realizada na semana passada) o 1º dia de greve dos estudantes por mais verbas para educação. Os professores compareceram à Universidade, mas ficaram realizando trabalhos extra-classe, enquanto muitos estudantes, participaram, pela manhã, de duas Assembleias, nos prédios de Engenharia e Medicina (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).

Diante dessa ação dos estudantes, a Adufepe sugeriu aos docentes que não aplicassem falta nos mesmos. A Associação não manifesta oficialmente apoio aos estudantes, mas sua atitude de orientar os docentes na questão da falta sugere que havia o entendimento de que era

necessário possibilitar aos estudantes uma situação favorável para que eles pudessem permanecer na luta. Os docentes, portanto, estariam contribuindo e apoiando, mesmo que indiretamente, com a paralisação dos estudantes.

Nessa mesma notícia de 2 de setembro, o Diário de Pernambuco registra na notícia “Ausência de 100% no 1º dia de greve”, que “a Associação dos Docentes da UFPE que, embora não apoiando oficialmente a greve dos alunos, divulgou nota solicitando a colaboração dos professores no sentido de que não registrassem as faltas dos alunos nem programem exercícios para o período” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).



Figura 03 - “Os grevistas reuniram-se no pátio do Pedro II, para avaliação do movimento”.  
(Diário de Pernambuco, 02 de setembro de 1980).

Os docentes, por sua vez, realizaram um levantamento sobre a situação da UFPE, no que corresponde às condições em que a Universidade se encontrava naquele momento. Os pontos tratados e discutidos nesse documento se referiam a: 1. Produção e transmissão de conhecimentos; 2. Pessoal docente; 3. Corpo Discente; 4. Situação administrativa; 5. Condições financeiras. O Boletim Informativo, Ano II, Nº 7, registra em 16 de setembro de 1980: “Professores fazem Diagnóstico da UFPE”:

Por proposta da ADUFEPE foram realizadas, nos dias 08 e 09 de setembro passados, nos diferentes Departamentos e Centros discussões sobre as Condições de Ensino, Pesquisa e Administração na UFPE. Delas deveria surgir indicação de prioridades para resolver a curto prazo alguns dos problemas mais flagrantes desta Instituição (ADUFEPE, BOLETIM INFORMATIVO, 1980).

Assim como os estudantes, os docentes precisavam se impor sobre a situação difícil e precária em que a universidade se encontrava. Ampliando as discussões em torno dessas

questões, a Adufepe organiza um plebiscito entre os docentes, com vistas a também paralisar suas atividades, assim como os estudantes. A pauta de discussões dos docentes ia mais além, e trazia questões referentes até mesmo a aumento salarial. O Diário de Pernambuco, ainda de 02 de setembro, registra que:

realizará amanhã e quinta-feira um plebiscito entre os professores da UFPE sobre a proposta de paralisação das atividades docentes na Universidade, nos dias 8, 9 e 10 deste mês, aprovada em Assembléia Geral no dia 26 de agosto, como forma de participar do movimento nacional das Associações de Docentes por mais verbas para a educação; pelo ensino público e gratuito, pela reestruturação da carreira do magistério superior e pelo aumento salarial imediato de 48% nas Universidades Federais (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).

Sobre o Plebiscito, a notícia do Diário de Pernambuco explica como as ações deverão acontecer: “Nestes dias, todo professor da UFPE – no seu local de trabalho – será solicitado a dar seu voto – sim ou não – à proposta que visa a pressionar o Governo, e atender às reivindicações urgentes da comunidade acadêmica” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).

Segundo o jornal, a Adufepe dá alguns encaminhamentos sobre como os docentes devem se portar na paralisação: “Segundo a Adufepe, a paralisação significa não dar aula, não trabalhar nas pesquisas, enfim, não desenvolver qualquer atividade acadêmica, mas comparecer à Universidade e participar dos debates e atividades culturais promovidas pela Adufepe nos dias 8, 9 e 10” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).

Esse movimento era nacional, as outras ADs estavam se mobilizando para paralisar suas atividades. Na UFPE, é marcada para o dia 5 de setembro de 1980 uma Assembleia Extraordinária no Centro de Artes; a convocação assinada pela Presidente Silke Weber está registrada no Jornal Diário de Pernambuco:

Ficam convocados todos os sócios da ADUFEPE (Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco) a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que terá lugar no dia 05 de setembro de 1980, no auditório do Centro de Artes da UFPE, às 16 horas em primeira convocação, e às 17 horas com qualquer número de sócios, para avaliar os resultados do plebiscito realizado entre os professores da UFPE, nos dias 03 e 04 de setembro, e deliberar sobre formas de ação para participar do movimento nacional das Associações Docentes para que sejam atendidas suas reivindicações (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1980).

Outras Associações se solidarizavam com o movimento que a Adufepe estava organizando. O movimento dos docentes da UFPE era apoiado pela Associação dos Docentes

da Universidade Católica de Pernambuco (Aducap). No Boletim Informativo, está registrado esse apoio:

Nós, da ADUCAP, temos bem claro que a atual crise não é localizada na Instituição ao qual estamos vinculados, nem em nenhuma outra instituição a qual estamos vinculados, nem em nenhuma outra instituição ou região do país isoladamente considerada. Temos, isso sim, noção dos aspectos gerais e particulares da crise e das lutas a serem empreendidas. Assim sendo, estamos nos associando e reafirmando nossa solidariedade a movimentação que os colegas da ADUFEPE estão promovendo... ADUCAP e ADUFEPE caminharão, sem dúvida, unidas nas campanhas que se fizerem necessárias neste segundo semestre (ADUFEPE, BOLETIM INFORMATIVO, 1980).

A primeira paralisação dos docentes da UFPE, liderada pela Adufepe, foi muito importante, pois seria a primeira vez que os docentes da UFPE iriam paralisar suas atividades acadêmicas, em razão da luta a favor de seus direitos. O desafio da Adufepe seria convencer seus sócios a aderir a esse movimento, e fazer com que eles entendessem que isso traria benefícios para a categoria:

era um movimento de paralisação, paralisava era em termos assim de você ter dar condições pra que houvesse um movimento paredista pra articular ações em termos de melhoria da própria Universidade, da qualidade do trabalho e condições de trabalho, essa coisa toda, e era muito difícil convencer determinados professores de que aquilo... ia só trazer benefícios em termos de qualidade de trabalho (LITHG, 2016).

Não apenas na UFPE, mas por todo país, várias ADs organizaram suas paralisações/greves. Para muitos, essa paralisação é chamada de greve, pois inaugurou o momento onde a Associação mostrou que era possível que a categoria se mobilizasse e conseguisse reivindicar seus direitos de forma coletiva e organizada:

foi a primeira greve no Brasil de funcionários públicos, e na época né, era muito peito pra fazer um negócio desse, não era brincadeira não, porque nós éramos a maioria regidos pelo regime trabalhista de carteira assinada, não éramos funcionários efetivos, só veio depois, e por isso poderia ser demitido a qualquer hora, entende? Mas acontece que essa greve foi tão nacional, que fica difícil mesmo com Figueiredo, o Portela, Eduardo Portela, Ministro da Educação, ainda chegamos a ocupar o gabinete dele, mas foi uma ocupação pacífica... então essa greve foi de uma importância crucial (PERRUSI, 2016).

Não foi fácil convencer os sócios de participar desse momento, pois muitos docentes tinham receio do que poderia acontecer com eles, caso a greve fosse ilegal. Até então, os funcionários públicos não podiam fazer greves. Com isso, a Adufepe tomou a iniciativa de

convidar um jurista para explicar a situação aos docentes. O desafio, portanto, nessa primeira greve foi que os docentes vencessem os medos, e conseguissem ter segurança para enfrentar o que viesse pela frente. Para isso, a Adufepe, organizou reuniões com juristas, para que os mesmos explicassem aos sócios da Associação até que ponto a greve seria legal. Gadiel Perrusi (2016) relata esse momento:

tivemos o cuidado de chamar um jurista da Faculdade de Direito, um cara eruditíssimo, pra nos aconselhar em termos da greve, porque tinha muitos professores, como também, todos nós tínhamos, dúvidas dos perigos não é, da de uma greve de funcionalismo público eu estava dirigindo a Assembleia da decretação da greve, foi lá no Instituto de Filosofia, naquele Auditório do 14º sei lá, ou 13º andar não sei, mas era cabia umas 200 pessoas estava lotado, e a gente começa a pedir “Professor, por favor”, aí apresentei o professor, jurista, etc., etc., “O senhor quer nos dá um embasamento político ou jurídico, técnico-jurídico, se os riscos que a gente corre”, porque tinha muita gente que dizia “Ah vai ser demitido”, é normal falar isso, eu próprio tinha meus medos, claro, todo mundo tinha, ele fez uma colocação extremamente técnica, ele disse “Nenhum risco, de um professor, de um professor de uma Universidade pública ser demitido, porque há diferenças de trabalho, há liberdade de Universidade, de expressão, entendeu? O próprio regime que é de 8 horas claro, mas que você não é obrigado a assinar ponto, a dar 4 manhã, 4 de tarde, há toda uma diferenciação dos professores, não há nenhum risco, agora tome a decisão que vocês quiser, do ponto de vista jurídico eu asseguro, não há nenhum risco de ninguém ser demitido por causa da greve”, a greve foi decretada, e acho que foi muito bem sucedida, e era a primeira greve de funcionário público no Brasil, eu fui delegado das diversas Assembleias nacionais durante a greve (PERRUSI, 2016).

Entendida a situação em que os docentes universitários, enquanto funcionários públicos, se encontravam, e que podiam ir em frente com a greve, a Adufepe se organiza para a decretação da mesma. O Diário de Pernambuco noticia em 06 de setembro de 1980: “Professores decidem-se pela Greve”:

Os professores da Universidade Federal de Pernambuco vão entrar em greve-relâmpago de três dias, a partir de segunda-feira. Com a decisão, eles aderem ao movimento nacional dos professores que definiu os dias 8, 9 e 10 para a luta e mobilização da categoria, que discutirá seus problemas à luz de quatro bandeiras de ordem: mais verbas para educação, ensino público e gratuito em todos os níveis, aumento imediato de 48% com efeito retroativo a partir de março (para os professores do ensino oficial) e pela reestruturação da carreira do magistério (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/09/1980).

A notícia aponta que houve uma participação considerável dos docentes da UFPE na votação realizada para a promulgação da greve, o que demonstra que o medo de efetivar a greve havia sido superado, e que a categoria iria à luta. A quantidade de docentes que votaram a favor da greve ficou registrada da seguinte forma:

Votaram 47% dos professores em exercício (1.982) sendo 74% a favor da greve. A UFPE tem 2.226 mestres em seus quadros, mas muitos se encontram de férias ou de licença. Os Centros de Ciências Sociais Aplicadas, Tecnologia, Saúde e Direito tiveram maior abstenção de votantes, fato atribuído a que a maioria dos seus professores exerce outras profissões paralelas, tendo o ensino apenas como “bico”. Em todo país, até ontem à noite, professores de 20 Universidades já haviam aderido à greve (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/09/1980).

A união dos docentes universitários num movimento que envolvia mais de 20 universidades brasileiras sinalizava que as ADs estavam bem articuladas, e o movimento docente em todo país bem organizado. O Diário de Pernambuco registra em 07 de setembro de 1980: “Greves de Professores em todo o país”:

Pela primeira vez, professores de todo o País estão unidos numa greve geral de três dias, a ser deflagrada a partir de amanhã, com o objetivo de mobilizar a classe em torno de quatro principais bandeiras de luta... De segunda a quarta-feira, período da greve geral nacional, será desenvolvida uma programação voltada para o estudo dos problemas da categoria. Na UFPE a Adufepe, estabeleceu programação que inclui a discussão, em todos os departamentos, das condições de ensino e pesquisa. O problema salarial e a crise econômica nacional também será motivo de debate. Darci Ribeiro, ex-Ministro da educação, vai falar amanhã à tarde, no Auditório de Tecnologia, sobre as condições de ensino no Brasil, e possivelmente haverá palestra de Chico de Oliveira, além de outros renomados mestres (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/09/1980).

Uma das ações dessa greve foi exposta no Boletim Informativo da Adufepe, Ano II, Nº 7, de outubro de 1980: “Por uma Universidade sem lixo”, onde a Adufepe faz uma convocatória solicitando aos docentes, estudantes e funcionários que participem de um movimento de retirada do lixo da UFPE.

São muitos os problemas da UFPE que podem ser atribuídos a esta categoria de problemas “locais”. Acreditamos que uma ação efetiva de liderança acadêmico-administrativa atuando na UFPE tem condições de conduzir ao equacionamento e à solução de vários destes problemas, minorando graves deficiências da UFPE. Acreditamos também que tais soluções surgirão de forma mais eficaz pela participação de toda a comunidade universitária: professores, funcionários e estudantes (BOLETIM INFORMATIVO, 1980).

O professor André Furtado comenta sobre esse movimento de retirada do lixo da Universidade, um movimento um tanto inovador e diferente, que chamou atenção da imprensa na época:

lá perto da Física tinha um lixão imenso né, então um dos movimentos um dos atos da Greve da gente foi coletar o lixão, então nós compramos um bando de saco de lixo de cem litros né, e fomos lá, e Sérgio Rezende estava lá, então chegou o Jornalista e tirou a fotografia da gente, eu estava lá também apanhando esse lixo, e por consequência disso, aqueles que aparecerem na foto Gadiel, eu, Sérgio Rezende, a Silke, “Como é que um Professor Doutor, vai coletar lixo?”, eu disse “Porque os que não são Doutores não estão coletando, e os Reitores não estão preocupados com isso aqui, então a gente tem que deixar fazer um ambiente limpo e saudável, né uma Universidade? Então a gente tem que ter uma Universidade” (FURTADO, 2016).

Após esse acontecimento, Silke Weber explicita que houve um certo arrependimento, pois, segundo ela, “a gente difundiu uma visão muito negativa da Universidade... a imprensa veio, isso criou um clima complicado”. André Furtado (2016) explicita a repercussão que essa ação causou anos depois: “por causa dessa situação, tudo que a gente pedia na Reitoria era negado, eu mesmo fiz umas coisas, pedi a Pró-Reitora, mas não teve jeito de conseguir porque aquela imagem do coletor de lixo, do lixeiro tinha ficado”.



Figura 04 - “Os professores fizeram mutirão para limpar a sujeira”.  
(Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1980).

A imprensa, representada pelo Diário de Pernambuco, registrou esse momento na notícia do dia 10 de setembro de 1980: “Lixo simboliza UFPE”.

Entre os inúmeros montes de lixo existentes no campus da Universidade Federal de Pernambuco, os professores escolheram um, nas proximidades do auditório do Centro de Tecnologia e munidos de pás, sacos plásticos, pedaços de pau e enxada, fizeram ontem de manhã uma limpeza simbólica do lixo que se acumula naquela universidade. Terminada a conferência do

Presidente do Instituto dos Economistas de Pernambuco, cerca de 40 professores rumaram para o local escolhido e lavraram seu protesto. Terminada a operação, os sacos foram acumulados no passeio e lido manifesto “Por uma universidade sem lixo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/09/1980).

Esse movimento do lixo, portanto, não foi uma “brincadeira” da Adufepe. O Manifesto “Por uma universidade sem lixo” representa uma ação política, consubstanciada no ponto de vista dos docentes, diante da situação precária que a Universidade se encontrava, pois, o mínimo que poderia ser feito que era a limpeza do campus não era realizado. Um trecho do texto lido dizia o seguinte:

Para simbolizar de forma direta nosso ponto de vista sobre tais problemas, a Associação dos Docentes da UFPE resolveu promover uma retirada de lixo do campus universitário. Evidentemente tal tarefa não pode ser concluída em um dia ou mesmo num ano. Infelizmente o lixo em nossa Universidade tem vários lugares, e às vezes, aparenta crescer. A Adufepe convida todos os professores da UFPE, todos os estudantes e funcionários para retirar o lixo da Universidade, fazê-lo diminuir e, porque não? Criar uma universidade sem lixo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/09/1980).

A Adufepe organizou, portanto, assim como no primeiro ano, várias ações importantes na universidade. Ao colocar na balança o movimento docente na UFPE, Gadiel Perrusi (2016) traz algumas considerações importantes, fazendo uma conclusão sobre essas ações da Adufepe. Ele também faz referência à primeira greve, justificando que os docentes aprenderam a fazer política:

Porque o pessoal aprendeu a fazer política, o pessoal aprendeu a discutir em público e com muita gente, e o pessoal obedecia, “Olhe a palavra tá com fulano, o senhor tá aqui inscrito”, a gente fazia uma lista de inscrição, “O senhor é o quarto, então”, quando começava a discutir a gente “páh” “Peraí, fala um de cada vez”, toda proposta que a gente encaminhava sempre tinha uma pessoa que defendia a proposta e outra pessoa que era contra a proposta, antes da votação, isso era um ritual fixo, que a gente achava que era importante, que as opiniões fossem expostas, então era um ritual a meu ver extremamente democrático, mas com uma certa ordem, claro de vez em quando bagunçava... mas em geral era um processo ordeiro de organização e de manifestação, daí eu acho que o sucesso da greve, um trabalho, foi a meu ver, eu aprendi muito, um trabalho pedagógico, entende? E foi essencialmente, é claro, um trabalho político, não poderia ser, toda greve é política né? Toda greve é política (PERRUSI, 2016).

Gadiel Perrusi, Silke Weber e Sérgio Rezende foram para um debate na TV Universitária, representando a Adufepe, para discutir questões referentes à universidade. O debate contaria, também, com a presença dos professores Tácito Medeiros do Departamento

de Neuropsiquiatria, Sueldo Silveira do Departamento de Energia Nuclear, e do estudante José Carlos dos Santos, presidente do DCE da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Todavia, a perseguição do Pró-Reitor Armando Souto Maior continuava, e esse Pró-Reitor censura o debate dos docentes na TV Universitária. O Jornal Diário de Pernambuco noticia em 03 de dezembro de 1980: “Debate de mestres na TV é censurado”:

Um grupo de professores da Universidade Federal de Pernambuco, entre os quais alguns membros da Associação de Docentes – Adufepe, foi impedido de participar, segunda-feira à noite, de um debate na TV Universitária, no qual seriam abordadas “Questões atuais da Universidade”. Segundo a Adufepe, o programa foi censurado antes mesmo de começar, a pedido do pró-reitor, prof. Armando Souto Maior. A alegação porém de um funcionário graduado da TV-U, foi a de que o programa não poderia ir ao ar “por um defeito técnico ocorrido de última hora”. Os membros da Adufepe, no entanto, garantem que o pró-reitor esteve, pouco antes do início do programa, na sala onde se reuniram os debatedores, chamando o funcionário que preparava o roteiro e tendo com ele uma conversa reservada, o que prova sua interferência (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/12/1980).

O funcionário da TV Universitária é coagido pelo Pró-Reitor a não deixar o programa rodar, e ainda mais, informar aos debatedores que os problemas técnicos foram a causa da mudança do programa para outra semana. O debate que discutiria sobre as “Questões atuais da Universidade” deveria ser muito importante para que o Pró-Reitor tomasse tal atitude. As discussões acerca da Universidade que seriam levadas ao ar denunciariam mesmo que indiretamente a situação da UFPE naquele momento.

Os debatedores, por sua vez, perceberam a movimentação:

Como até às 20h45m o programa não fora iniciado, os debatedores começaram a suspeitar de que algo inusitado ocorria nos bastidores da TV-U. Não foi, pois, com surpresa, que receberam a notícia da suspensão... Enquanto isso, o funcionário da TV-U explicava aos intrigados debatedores: “Passamos agora a operar somente em VT. Na próxima semana levaremos ao ar o programa de vocês” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/12/1980).

A Adufepe atuou, portanto, nesses dois primeiros anos de forma contundente na UFPE. Nas outras universidades, as Associações docentes também atuaram nas lutas pela redemocratização da universidade, por mais verbas para educação, por melhores condições de trabalho para os docentes etc. Em alguns momentos, como na greve de 1980, as ADs atuaram em conjunto.

A partir dessa atuação conjunta, e após alguns encontros entre os docentes universitários, surgiu a necessidade de ter uma entidade que congregasse todas as ADs do

país, e que representasse os interesses da categoria docente em âmbito nacional. Segundo o professor Sérgio Sette (2016), “a criação do ANDES foi uma organização nacional, a gente começou entre as AD’s”. É no ano de 1981, portanto, que os docentes universitários fundam a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

#### **4.6 Primeiros contatos com vistas à criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes)**

Antes da criação da Andes foram realizados alguns encontros com os docentes universitários. De 15 a 18 de fevereiro de 1979 foi realizado em São Paulo/SP o I Encontro Nacional de Associações Docentes (I Enad). Segundo Donatoni (1999, p. 147), o I Enad contou “com a participação de 27 ADs, as quais discutiam, dentre outras coisas, a questão do ensino público e gratuito em todos os níveis, a democratização da Universidade, melhores salários e condições de trabalho e o não controle ideológico da Universidade”.

Ainda no ano de 1979, para organização do II Enad foi realizada em Salvador/BA de 06 a 09 de setembro de 1979 uma Reunião Extraordinária. Segundo Donatoni (1999, p. 150), a mesma “é de fundamental importância porque os docentes criam uma Coordenação Nacional de Associações de Docentes”, cujo papel era organizar e coordenar as atividades a serem desenvolvidas nos encontros dos docentes universitários.

De 25 a 29 de fevereiro de 1980 foi realizado em João Pessoa/PB o II Encontro Nacional de Associações Docentes (II Enad). Nele, conforme Donatoni (1999, p. 150), foi discutida “a inclusão do magistério superior nos reajustes semestrais e um índice de 48% como forma de reajuste salarial, a partir de 1º de março de 1980. Além dessas reivindicações definiu-se para o dia 17 de abril, um “Dia Nacional de Luta pelo reajuste Salarial”.

De 15 a 17 de fevereiro de 1981 foi realizado em Campinas/SP o III Encontro Nacional de Associações Docentes (III Enad). Segundo Donatoni (1999, p. 56), “este III ENAD tem a participação de 61 ADs, que discutem as mesmas propostas que até o momento eram defendidas pelo movimento dos docentes”. Se comparada à participação dos docentes universitários no I e no III Enad, observa-se que houve um crescimento significativo de participação das ADs, o que demonstra que o movimento docente se fortalecia a cada ano, e ampliava seu alcance de atuação nas universidades.

#### 4.7 A criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes)

Após o III Enad, seria realizado o I Congresso Nacional de Docentes Universitários. A Adufepe se organizou para participar do evento em Campinas/SP. O Diário de Pernambuco registra em 24 de dezembro de 1980 uma convocação para uma Assembleia Geral Extraordinária assinada pela Presidente Silke Weber, cuja pauta está direcionada à discussão da criação da entidade nacional e a participação no Congresso de Campinas:

No dia 29 de dezembro de 1980, às 16 horas em 1ª convocação, e às 17 horas com qualquer número, no Auditório de Economia, terá lugar uma Assembleia Geral Extraordinária da ADUFEPE, cuja pauta será: - Discussão sobre a ENTIDADE NACIONAL; - Eleição dos delegados ao Congresso de Campinas; - Avaliação das propostas de ação. Lembramos que, de acordo com o estatuto da ADUFEPE somente terão direito a voto aqueles sócios que estiverem quite com a Tesouraria (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/12/1980).

O I Congresso Nacional de Docentes é explicitado no Informe da Adufepe de 19 de março de 1981: “O 1º Congresso Nacional de Docentes Universitários, realizado em Campinas, São Paulo, nos dias 18, 19 e 20 de 1981, aprovou a criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES, entidade que congregará todas as ADs do país” (ADUFEPE, 1981). Donatoni (1999, p. 156) explicita que “participaram deste Congresso 67 ADs, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados e uma Comissão Pró-AD”.

Na UFPE, assim como houve várias discussões para que se efetivasse a criação da Adufepe, houve discussões acerca da filiação à Andes. Gadiel Perrusi (2016) comenta a importância de se filiar à Associação Nacional nesse momento, ressaltando, que a não adesão à ANDES significava o isolamento da Adufepe:

Nós nos filiamos evidentemente a ANDES, e não ia porquê? Tinha que se filiar, havia necessidade de uma Associação Nacional de ADs, era uma necessidade do próprio movimento sindical, não tinha como escapar disso, não iríamos ficar isolados aqui no Recife, apenas tendo contato com os pessoais, gente de fora, mas se a gente forma uma Associação, se essa Associação se torna Sindicato não tem como ficar isolado, ficou isolado é morte, ficar isolado é a morte, entende? Então a fundação da ANDES e a filiação foi um processo normal, natural, que era o que se esperava (PERRUSI, 2016).

No Congresso de criação da Andes, além de representantes das instituições públicas, também estavam presentes representantes das particulares. Segundo Silke Weber (2018), que esteve presente neste Congresso, tinha “representação de todas as Associações nacionais, já tinha inclusive das IES privadas, e aí começou também o debate sobre a questão das características de trabalho das Federais, as características de trabalho das Particulares”.

O Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior Nº 1, de abril de 1981, nos dá um panorama do que foi esse momento, explicitando que a criação da Andes foi um grande passo para o avanço do movimento docente:

A deliberação do plenário do Congresso Nacional de docentes Universitários no dia 19 de fevereiro quando cerca de 300 delegados representando mais de 30.000 professores fundaram a ANDES e inscreve-se entre as decisões, históricas. Foi sem dúvida, um passo decisivo para o avanço do movimento. Muito mais, através dela, há de ser feito. Na oportunidade da criação da nossa entidade vale lembrar a frase do documento final do Comando Nacional da greve dos professores das Autarquias federais para entendê-las nesse histórico momento a todo o movimento: ÉRAMOS COLEGAS: HOJE SOMOS COMPANHEIROS DE LUTAS (ADUFEPE, BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR Nº1, ABRIL DE 1981).

A criação da Andes teve por objetivo, segundo Donatoni (1999, p. 158), “uma ampla representatividade dos docentes das Instituições de Ensino Superior que, além de congregá-los e encaminhar todas as suas reivindicações e lutas, tem por finalidade convergir o MD rumo às questões mais gerais, pertinentes à sociedade brasileira”. Para o professor Audísio Costa (2016), houve uma “unidade com todas as ADs... e aí não houve dissenso, aí havia consenso”,

O Informe da Adufepe de 19 de março de 1981 registra que a Andes seria uma entidade autônoma, que não poderia ter um caráter político-partidário, e entre suas ações deveria incentivar a criação de novas ADs:

A Andes não terá caráter político-partidário, e deverá efetivamente expressar as reivindicações e lutas dos professores universitários brasileiros nos planos econômico, social, cultural e político, seja na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares, seja nos anseios mais gerais do povo brasileiro por uma sociedade democrática. A Andes é uma entidade de âmbito nacional, autônoma relativamente, ao poder estatal e à administração universitária, democrática e representativa dos IES de todo o Brasil, e não apenas de diretorias de Associações de Docentes. A entidade deve respeitar a autonomia das Associações Docentes e incentivar a criação de novas ADs. Deve preservar os interesses regionais e setoriais, buscando, ao mesmo tempo coordenar e fazer convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional (ADUFEPE, 19/03/1981).

A criação da Andes representou a força do movimento docente nas Universidades. Congregar as ADs era um passo desafiador, mas, ao mesmo tempo, decisivo, pois, a categoria vinha lutando em seus espaços universitários desde a década de 1970, mas é a partir de 1981 com a criação da Andes, que as ações das ADs aumentaram sua abrangência de atuação pelo território nacional.

A primeira Diretoria da Andes é composta por docentes de vários Estados, e fica organizada da seguinte forma:

Presidente- Osvaldo de Oliveira Maciel; 1º Vice-Presidente- Agamenom de Almeida; 2º Vice-Presidente- Laurindo Leal Filho; Secretário Geral- Luiz Pinguelli Rosa; 1º Secretário- Newton Lima Neto; 2º Secretário- Flávio Valente; 1º Tesoureiro- Mindé Menezes; 2º Tesoureiro- Francisco Alves; Vice-Presidente da Regional Sul- Sérgio Pires; Vice-Presidente da Regional SP- Carlos Baldijão; Vice-Presidente da Regional RJ- João Ferreira Filho; Vice-Presidente da Regional Leste- Renato Ortiz; Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste- Marco Antonio Leite; Vice-Presidente da Regional Nordeste 1 (BA,AL,SE)- Amundson Portella de Holanda Cavalcanti; Vice-Presidente da Regional Nordeste 2 (PB,PE,RN)- Rubens Lira; Vice-presidente da Regional Nordeste 3 (MA,PI,CE)- Arlindo Raposo; Vice-Presidente da Regional Norte (PA, AM,AC)- Carlos Tomaz (DONATONI, 1999, p. 161).

Como vimos no capítulo 2, os sujeitos que se mobilizaram e articularam ações que culminaram na criação da Adufepe construíram sua identidade política no bojo da militância em movimentos sociais, nos quais participaram como estudantes. Da mesma forma, os docentes que compõem a primeira Diretoria da ANDES são sujeitos que tinham uma trajetória na militância em movimentos sociais. Segundo Cecília Lithg (2016), a Diretoria da Andes foi composta por pessoas que:

eram militantes, atuantes não só com respeito ao Sindicato, ao movimento sindical, como pessoas do ponto de vista de respeitabilidade dentro da própria Universidade, professores conceituados, renomados, com uma militância grande, mais ao mesmo tempo, com a qualificação profissional muito interessante, aí foi uma riqueza de movimento (LITHG, 2016).

André Furtado (2017) comenta como eram os preparativos na Adufepe para a participação nos Congressos da ANDES, e ressalta que, além do fator financeiro, as reuniões preparatórias serviam para delimitar as linhas de discussões que a Adufepe tomaria partido. “Quando tinha o Congresso anual cada Associação pagava tanto a passagem quanto a estadia de seus membros, agora haviam reuniões pelo Conselho da Adufepe pra gente dizer quais eram as linhas que a gente ia defender no Congresso”.

Outro fator que Silke Weber (2018) explicita é a utilização do fax da própria UFPE para a troca de informações sobre o que acontecia em nível nacional e quais os encaminhamentos para ações locais. O fax era utilizado sem quaisquer impedimentos por parte da direção, era um recurso da Universidade, dessa forma, estava disponível para utilização, um meio que facilitava a comunicação e as tomadas de decisões.

A dinâmica era essa, a dinâmica era mobilização externa, por isso a gente fez todas aquelas formalidades, e a dinâmica foi sendo construída na medida em que as coisas aconteciam, e, Gadiel foi como representante nosso para a Comissão nacional. As notícias eram divulgadas através de boletins, todo dia tinha um boletim. Foi na época em que apareceu o fax e a gente começou a utilizar o fax da Universidade, da Biblioteca Central. A gente começou a usar o fax, todo dia mandava pra Gadiel todas as notícias locais e ele mandava pra gente todas as decisões nacionais. E informes sobre as outras Associações (WEBER, 2018).

Da mesma maneira que os docentes universitários nas criações de suas ADs tiveram dificuldades de escutar as diversas opiniões, para se chegar a um consenso, no caso da Andes, isso foi semelhante, pois, as discussões com representantes de várias ADs eram dotadas de debates onde se discutiam as diversas opiniões ali representadas. Então, era uma demanda muito grande de assuntos, que em sua maioria eram de cunho geral, mas que também tinham suas especificidades; cada AD tinha sua luta específica.

porque tinha de tudo, e eram três, quatro, cinco dias né, nessas reuniões, tinham o pessoal de São Carlos, o pessoal lá do Rio de Janeiro, tinham ideias diferentes e queriam ser os donos da bola e então tinham os conchavos né de Pernambuco com João Pessoa, Pernambuco com a Paraíba, ou com outros Estados, quer dizer no final se fazia os grupos de a favor ou contra determinadas ideias, era um Congresso né, cada um com as suas ideias, então chegava lá e debatia, cada um apresentava e pronto se votava, quem vencia, vencia e implementava, quem perdia aceitava que tinha perdido e acabou, esperava a próxima oportunidade (FURTADO, 2017).

Mesmo com o regime militar ainda em vigor, os docentes universitários organizaram sua categoria num plano nacional. A criação da Andes representa, portanto, a força que o movimento docente do ensino superior havia tomado naquele momento. A partir de agora, os docentes teriam um espaço de discussão para além de seus espaços de trabalho, o que possibilitava além da união de forças em torno da redemocratização das Universidades e do país a compreensão em nível nacional do que se passava no ensino superior brasileiro.

#### **4.8 Terceira Diretoria: Chapa “Reestruturando” 1981-1982**

#### 4.8.1 Terceira Eleição para Direção da Adufepe

O Diário de Pernambuco de 04 de setembro de 1981 registra a convocatória “ADUFEPE, Eleição de Diretoria”, assinada pela Presidente da Adufepe, Silke Weber. Nessa convocatória estão explicitados a data e os locais da eleição:

Convocamos os sócios da ADUFEPE para a eleição da sua diretoria, gestão 81-82, a realizar-se no dia 22 de setembro de 1981. A votação poderá ser feita em um dos seguintes locais: Sede provisória – Centro de Educação, sala 35, de 8h às 16h, Departamento de Oceanografia de 8h às 9h, Faculdade de Direito de 9:30h às 10h, Hospital Pedro II de 8h às 11h. O registro das chapas, com a respectiva plataforma, deve ser feito entre 13 e 17h, do dia 08 de setembro na sala 35 do Centro de Educação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/09/1981).

Da mesma forma que nas primeira e segunda eleições houve uma convergência de interesses, os docentes colocam apenas uma única chapa para disputar a terceira eleição para Diretoria da Adufepe, o que remete àquela ideia que nesses primeiros anos da Adufepe, apesar da heterogeneidade de interesses, a ideia era aglutinar e não separar; o movimento até aqui, ainda unifica os docentes. Em 22 de setembro de 1981, o Jornal Diário de Pernambuco noticia “Adufepe elege diretoria hoje”:

Luta pela melhoria das condições de trabalho, contra o arbítrio e o autoritarismo nas várias instâncias de poder na UFPE, são algumas das propostas apresentadas pela chapa “Reestruturando”, liderada pelo prof. André Furtado (Dep. Biologia Geral) que deverá ser eleita hoje para a nova diretoria da Adufepe. No plano local, a chapa – que não tem concorrentes no pleito – promete ainda maior integração e participação dos docentes, através de sede adequada, luta pela instalação de uma creche na UFPE, e reestruturação da entidade pela criação de Departamentos cultural, jurídico, esportivo, social, divulgação, etc. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/09/1981).

A proposta da chapa estava baseada, segundo a mesma notícia do Diário de Pernambuco, em “questões como a democratização da Universidade, a melhoria das condições de ensino e pesquisa, mais verbas para a educação e uma remuneração mais justa para o docente universitário” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/09/1981).

A chapa “Reestruturando” é composta por docentes que, até então, ainda não haviam participado das Diretoriais. O “rodízio” de docentes na diretoria da Adufepe era importante para mostrar que não existia o interesse de se perpetuar na liderança da Associação; a

democratização do espaço universitário começaria na própria Adufepe. Integram a chapa “Reestruturando”:

Além do professor André Furtado, integram a chapa: 1º vice-presidente – Heloísa Morais (Dep. Medicina Social), 2º vice-Presidente – Ascendino Flávio D. e Silva (Dep. Eletrônica e Sistema), 1º secretário – Yves Maupeau (Dep. Psicologia e Orientações Educacionais); 2º secretário – Maurício Figueiredo (Colégio de Aplicação); 1º tesoureiro – Marco Ferramola (Dep. Estatística e Informática) e 2º tesoureiro – Cecília Lithg (Dep. Serviço Social) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/09/1981).

A luta por mais verbas para educação será um dos principais motes que nortearão as ações da diretoria “Reestruturando”. Várias ações também serão encaminhadas neste momento pela Adufepe, por meio da campanha pelo ensino público e gratuito. Uma diretoria, portanto, incumbida de além de dar continuidade às ações das diretorias passadas, tinha o papel de dar jus ao seu nome, reestruturando a UFPE.

#### 4.8.2 A reestruturação da Associação: as ações de uma diretoria para a Segunda Greve de Docentes da UFPE em 1981

A Adufepe entregou ao Reitor Geraldo Lafayette uma carta aberta, solicitando empenho da administração da UFPE para que a mesma retome o lugar que um dia ocupou no orçamento destinado às instituições de ensino superior. Em 24 de setembro de 1981, o Diário de Pernambuco noticia: “Docentes querem UFPE forte, com mais verbas”.

Empenho por parte da administração central da UFPE junto aos órgãos governamentais, para que a Universidade Federal de Pernambuco retome o lugar que já ocupou há alguns anos no orçamento destinado às universidades federais, foi solicitado em carta aberta entregue ontem – Dia Nacional da Paralisação em Defesa da Educação – ao reitor Geraldo Lafayette, pela Associação dos Docentes daquela instituição de ensino superior. Os professores que pedem uma rápida resposta do reitor e indicativos das soluções que a administração pretende dar, reivindicam também que a proposta orçamentária da UFPE seja elaborada com base nos relatórios e projetos apresentados por diferentes Departamentos e Programas de Pós-Graduação, com previsão de verbas para a manutenção e conservação de equipamentos, recuperação de prédios, salas e aquisição de material de consumo.



Figura 05 - “Os professores lutam por mais verba”.  
(Diário de Pernambuco, 21 de setembro de 1981).

As discussões em torno do orçamento das Universidades faziam parte do movimento nacional coordenado pela Andes. Em 08 de outubro de 1981 o Diário de Pernambuco publica um texto de Sílvio Marcelo Maranhão intitulado “O Reitor e a Universidade: retórica e prática”. Neste texto, Sílvio Maranhão explicita que não é a primeira vez que a Adufepe encaminha ao Reitor uma análise da situação da UFPE:

Na semana que passou os professores da UFPE, mobilizados pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe) como parte do movimento nacional coordenado pela Andes, procuram o Reitor Geraldo Lafayette Bezerra entregando-lhe carta-aberta contendo as principais posições dos docentes em relação aos problemas específicos da UFPE e solicitando providências urgentes para dotar a Universidade de um mínimo indispensável para assegurar um clima democrático e de criação intelectual permanente. O Reitor Lafayette, em entrevista que concedeu a emissora de televisão local (TV-Globo – Canal 13), afirmou que concordava com essas reivindicações, inclusive com a de reposição salarial de 45% a partir de março de 1981, sob o pretexto de que “sempre é bom receber mais”... Não é esta a primeira vez que a Adufepe entrega ao Reitor um memorial contendo a análise da situação e propondo soluções. É um memorial notavelmente maduro e refletido (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1981).

O professor Sílvio Maranhão ainda vai mais além em suas palavras, desafiando o Reitor a praticar aquilo que fala, tendo, dessa forma, o discurso acompanhado da prática. “O caminho, de certo, é árduo e difícil. E, por enquanto, estou pagando pra ver, se será capaz o Sr. Reitor de acompanhar de medidas práticas, o seu discurso sobre as propostas da Adufepe” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1981).

O salário era outro fator de discussão dos docentes universitários, a luta pela reposição salarial sempre esteve na pauta dos debates. Com o passar do tempo, a questão salarial foi se tornando um ponto a ser debatido com mais profundidade, sendo o aumento salarial um dos principais pontos discutidos. Em 11 de outubro de 1981, o Diário de Pernambuco registra: “Mestres da UFPE querem 45% de aumento salarial”:

Aumento de 45% desde março de 1981 é quanto os professores da Universidade Federal de Pernambuco estão reivindicando na assembleia geral programada para o dia 20, às 16 horas, no Auditório do Departamento de Economia, convocada pela Associação de Docentes (ADUFEPE). Serão discutidas as formas de lutar pelo aumento salarial. Os docentes justificam o pleito alegando que a reposição salarial irá apenas minorar a perda progressiva, desde 1972, de seu poder aquisitivo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/10/1981).

Diante desse cenário, uma segunda paralisação dos docentes da UFPE aconteceria. Em 13 de novembro de 1981, o Diário de Pernambuco noticia: “Federal: alunos paralisam 90% das atividades”. As atividades discentes foram paralisadas porque “os professores da Universidade Federal de Pernambuco conseguiram, ontem, paralisar cerca de 95% das atividades nos vários departamentos. A maioria está aproveitando a greve – deflagrada a nível nacional na terça-feira – para discutir as questões que afetam o ensino brasileiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/11/1981).

A greve de 1981, assim como a paralisação ocorrida em 1980, foi um movimento nacional, que contava com a participação de muitas universidades por todo país. A Adufepe divulgou em 12/11/1981 a informação de quais universidades aderiram ao movimento de greve:

A Adufepe – Associação dos Docentes da UFPE que lidera o movimento paredista na instituição, divulgou ontem um informativo no qual dá conta da situação da greve a nível nacional: até ontem à noite, estavam paralisadas as Universidades Federais do Espírito Santo, Alagoas, Pará, Juiz de Fora (Minas Gerais), Bahia, Rio de Janeiro, Fluminense (RJ), Minas Gerias, Pernambuco, Mossoró (RN), Santa Catarina, Santa Maria (RS), Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa (todas na Paraíba), além das Rurais do Rio de Janeiro e de Pernambuco (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 13/11/1981).

Um dos meios de comunicação entre a Adufepe e a comunidade acadêmica era a carta-aberta. Nela, a Adufepe passava informações, encaminhava solicitações à Reitoria, pedia o apoio para suas ações aos docentes, discentes ou funcionários da universidade, entre outros. Em 15 de novembro de 1981, o Diário de Pernambuco registra: “Professor divulga carta”: os docentes da UFPE “em greve, desde terça-feira, distribuíram com os funcionários da

instituição uma carta-aberta, explicando os motivos da paralisação e pedindo apoio. Ao mesmo tempo colocam-se à disposição para lutar juntos em defesa dos interesses do funcionalismo público” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/1981).

O Jornal Diário de Pernambuco, de 15 de novembro de 1981, apresenta um trecho dessa carta-aberta, explicando os motivos da greve, que congregava os docentes das universidades brasileiras, onde os mesmos “encaminharam ao Ministério da Educação e Cultura um conjunto de reivindicações. As principais não foram atendidas: aumento salarial de 45% desde março de 1981 e reajuste mensal a partir de 82 para atualizar os salários conforme o custo de vida” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/1981).

Diferentemente da paralisação em 1980 que durou apenas três dias, na greve de 1981 os docentes da UFPE liderados por uma Adufepe já consolidada e madura, e por uma Andes que unia o movimento docente universitário pelo país, reagiram à atitude do então Ministro da Educação e Cultura Rubem Ludwig paralisando suas atividades por um período mais longo de tempo. Segundo o Diário de Pernambuco, na notícia de 20 de novembro de 1981, “Mestres decidem continuar greve”:

Em assembleia-geral na manhã de ontem, no auditório do Departamento de Economia, à qual compareceram mais de 400 pessoas, os professores da Universidade Federal de Pernambuco decidiram continuar em greve por tempo indeterminado, diante do que eles consideram “intransigência do ministro Rubem Ludwig, da Educação, em não querer negociar com a classe”. A decisão dos professores da UFPE, liderados pela Associação de Docentes, responde às ameaças de punição que fez o ministro aos grevistas, e atende às recomendações da congênere nacional, pela manutenção do movimento grevista, “firme e coeso a nível nacional” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/11/1981).

O encerramento de greve, geralmente, é permeado por muitas expectativas quanto aos possíveis avanços que serão conquistados pelo movimento grevista. A greve de 1981 iniciada em novembro durou até 20 de dezembro, e obteve alguns resultados tanto negativos, quanto positivos. Sobre a avaliação da segunda greve da Adufepe, Cecília Lithg (1989) explica que no que corresponde aos aspectos salariais a greve não obteve êxito, e entre os pontos negativos também é salientada “a precariedade do sistema de informações, dificultando ao CNG ‘exercer o papel de direção política do movimento’” (LITHG, 1989, p. 189).

No que concerne aos pontos positivos, uma greve que acontece durante um período de regime militar, se tivesse apenas uma conquista dentre os pontos da pauta, já era uma prova de que o movimento docente estava forte e no caminho certo, e que a ditadura civil-militar perdia espaço para a redemocratização das universidades e do país e, com isso, abria espaço

para a Abertura Política. As conquistas da greve de 1981 se deram, conforme Lithg (1989, p. 188), na “vitória contra a privatização do ensino... em termos das discussões sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira... quanto às articulações com os servidores, também em greve – em determinado momento, desenvolvendo atividades paralelas, e, em outros, conjuntas”.

Para o ano de 1982, as lutas do movimento docente universitário teriam como principal ponto de discussão em todo país a defesa do ensino público e gratuito. O Boletim Informativo da Adufepe, Ano III N° 1 de abril de 1982, na página 04, informa: “Primeiro Congresso da ANDES”:

O 1º Congresso da ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – realizado em Florianópolis em fevereiro deste ano, decidiu que o ano de 1982 seria o ANO DA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. Neste sentido uma campanha nacional está sendo lançada, hoje dia 13 de abril, em todo o país. Neste momento em que o governo, através do MEC tenta implantar definitivamente o ensino pago nas Universidades Federais de todo o país, é nossa obrigação denunciar todas as tentativas de privatização do ensino e partir em defesa dos nossos direitos. PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DE TODAS AS PROMOÇÕES E EVENTOS. A LUTA É DE TODOS (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/04/1982).



Figura 06 - “Primeiro Congresso da ANDES”.  
(Boletim Informativo da ADUFEPE, Ano III, N° 1 de abril de 1982).

O professor Paulo Rubem Santiago, que como vimos nos capítulos 2 e 3, havia sido uma liderança importante no movimento docente da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, e já havia enfrentado vários embates em torno da luta pela categoria docente, vai ao Congresso da Andes em Florianópolis, representando a Adufepe junto com uma delegação de Pernambuco. Sobre esse momento, Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018), comenta que:

Eu fui para o Congresso do ANDES, que foi realizado em Florianópolis... foi um Congresso bastante importante, num período de muito enfrentamento com o Governo Federal, nós saímos numa delegação daqui com a Professora, eu me lembro, com a Professora Sônia Marques, Soninha que era de Arquitetura (FERREIRA, 2018).

A Adufepe desenvolveria ações nessa campanha de 1982 por meio de um Conselho de Representantes, que teria a função de coordenar as atividades da Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito, em Pernambuco. Em maio de 1982, o Boletim da Adufepe, Ano IV, Nº 16, informa os nomes dos docentes que ficaram à frente dessa atividade: “Ensino Público e Gratuito: Conselho de Representantes cria Comissão”:

O Conselho de Representantes da ADUFEPE reunido no dia 19 de maio passado decidiu criar uma comissão para coordenar a Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito em Pernambuco. Esta comissão deverá se articular com outras Associações de docentes, sindicatos de professores e outras entidades, a implementação da Campanha. A comissão está formada inicialmente por Anísio (Engenharia Civil), Walteir (Educação) e Paulo Santiago (Educação Física) (BOLETIM INFORMATIVO DA ADUFEPE, ANO IV, Nº 16, 1982).

Concomitantemente à luta pela Educação Pública e Gratuita, a Adufepe atuou junto aos médicos residentes da UFPE, prestando apoio ao movimento de paralisação que os mesmos realizaram em 1982. A greve dos médicos residentes se deu devido à precariedade do curso de Medicina e do Complexo Hospitalar da Universidade. A Adufepe enviou uma carta-aberta aos manifestantes, deixando claro seu total apoio. O Diário de Pernambuco noticia em 06 de julho de 1982, “Professores apoiam movimento grevista”:

Carta aberta da Adufepe – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – foi enviada ontem pela manhã aos médicos residentes da UFPE, em greve no Hospital Pedro II, em manifestação de apoio ao movimento dos estudantes. Na sexta-feira alguns professores participaram de reunião com os universitários, no estabelecimento hospitalar, quando deixaram clara a adesão ao que vem sendo feito em termos de reivindicação. Ao mesmo tempo o representante da entidade fez ver que o movimento não é isolado, contradizendo as declarações do diretor do Complexo Hospitalar/UFPE, Marcos Mendonça. No documento a Adufepe assegura que “vem acompanhando com o máximo de interesse a luta dos médicos residentes da UFPE, pelo credenciamento e, conseqüentemente, por melhores condições de atendimento à população, por uma universidade voltada para os interesses e necessidades da população e contra o aviltamento do ensino” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/07/1982).

A situação estava tão séria que, entre as reivindicações, os residentes solicitavam a substituição de duas importantes figuras do Centro de Ciências da Saúde, o Diretor do Hospital das Clínicas e Pedro II, Marcos Mendonça e do Coordenador da Residência Médica, Airton Ponce. A notícia do Diário de Pernambuco de 06 de julho de 1982 registra “Mestres solicitam substituição de diretor”:

Imediata substituição do atual diretor do Hospital das Clínicas da UFPE e do coordenador de Residência Médica são as principais reivindicações dos professores, alunos do ciclo profissional do centro de Ciência da Saúde, médicos residentes e estudantes de Medicina aprovadas em assembléia geral realizada na sexta-feira (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/07/1982).

Ao receber as solicitações do movimento grevista dos médicos residentes, o Reitor Geraldo Laffayette descarta a possibilidade de afastar o diretor e o coordenador citados. As substituições não são efetivadas porque o Reitor afirma conhecer Airton Ponce há muito tempo, e porque seria uma injustiça afastar o Marcos Mendonça, o que demonstra que as relações de poder e os interesses se sobressaiam, em detrimento das necessidades que emergiam da Universidade.

Entretanto, a injustiça de fato aconteceu quando o Reitor desconsiderou a solicitação dos médicos residentes e estudantes que conviviam diariamente com a situação precária do Centro de Ciências da Saúde e do Hospital Universitário, assim como quando o Reitor não levou em consideração o pedido de outros docentes, que anteriormente, solicitaram a substituição de Marcos Mendonça. O Reitor afirma, na notícia do Diário de Pernambuco, de 04 de agosto de 1982, que a “Coordenação será mantida”:

O Reitor Geraldo Lafaiete disse ter achado estranho, dentre as reivindicações dos residentes, cujo documento foi lhe entregue sexta-feira passada, a solicitação de substituição do coordenador Airton Ponce: “Estou perplexo diante disso tudo, porque o conheço há mais de 30 anos. É um homem íntegro, inteligente e de caráter. Quanto ao diretor, sua saída não pode se efetuar agora, pois não seria justo jogá-lo, justamente nesse momento, na rua da amargura, embora tenha que considerar que outros professores já pediram a mesma coisa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/08/1982).

Diante dessa situação, a Adufepe convoca em 05 de agosto de 1982 uma Assembleia com todos os docentes da UFPE, onde explicita que a atual crise da Universidade atinge não apenas a área médica, mas toda a Universidade:

Hoje, às 16 horas, no auditório de Economia, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Adufepe, realizará uma assembleia, com todos os professores, quando serão discutidos os problemas do Hospital

das Clínicas. No entender dos professores, a crise existente atinge toda a universidade e professores, não sendo restrita apenas ao pessoal da área médica. “Levaremos para discussão as reivindicações solicitadas através de documento ao reitor e, conseqüentemente, não aceitas, bem como a precária situação do Hospital Pedro II” – comentaram (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/08/1982).

O objetivo do encontro, segundo o presidente da Adufepe, o professor André Furtado, está registrado na notícia do Diário de Pernambuco em 06 de agosto de 1982, “Crise atinge a Universidade”:

O objetivo do encontro, segundo o presidente do órgão, André Furtado foi para esclarecer todos os problemas existentes nos Hospitais Pedro II e das Clínicas, bem como conscientizar a classe a respeito da grave situação que a escola enfrenta atualmente, grande parte gerada pela falta de verbas. – Essa questão – diz a nota, demonstra, portanto, a urgente necessidade da democratização da universidade como um todo, a partir da própria escolha do reitor, que até hoje não é feita com a participação direta de professores, alunos e funcionários, e nem obedece a critérios acadêmicos escolhidos pela comunidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/08/1982).

A crise sugere a urgência na democratização da Universidade, que começaria na própria escolha do reitor pela comunidade acadêmica, assim como na escolha de outros cargos de direção na UFPE. Segundo o comentário de representantes da Adufepe, enquanto não houvesse a participação da comunidade acadêmica nessas escolhas, as direções seriam efetivadas por meio de relações de clientelismo ou troca de favores, de afinidades ou interesses particulares, raramente por critérios acadêmicos:

- Entendemos que a atual crise do Hospital das Clínicas atinge toda a Universidade, não sendo restrita apenas à área médica. Mais uma vez constatamos que a indicação de pessoas para ocupar cargos de direção, bem como as atribuições concernentes a esses cargos, a exemplo da atual direção do HC, não resultaram de um amplo debate pela comunidade envolvida, nem tampouco a partir de critérios acadêmicos necessários para o desempenho de cargos dessa natureza. Este é o pensamento dos que fazem a Adufepe – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, levado ontem ao conhecimento dos professores de outras áreas, durante à assembleia realizada, à tarde, no auditório do Departamento de Economia da UFPE (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/08/1982).

Diante disso, o dia 18 de agosto de 1982 se tornará uma data significativa e emblemática, pois foi o dia da mobilização e articulação na UFPE, que congregou estudantes e docentes em torno de um ato ousado denominado de “Sepultamento do Reitor”, e de uma Assembleia que resultou no encaminhamento de um documento para o Ministério da

Educação evidenciando o descontentamento da comunidade acadêmica sobre o que acontecia na UFPE.

E mais ainda, esse documento expressava a que ponto a UFPE chegara com as ações autoritárias de gestões que não trabalhavam conforme se esperava, até porque, se a falta de verbas já prejudicava o bom andamento da Universidade, direções que não se preocupavam em reverter a situação precária dessa instituição tornavam a situação da UFPE ainda mais difícil.

Interessante que o ato dos estudantes, denominado de “Sepultamento do Reitor”, revela que não só o reitor iria ser “sepultado”, mas importantes nomes da UFPE naquele período, figuras que de algum modo exerceram ações autoritárias sob a comunidade acadêmica. Foram “sepultados”: o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Armando Souto Maior (que como vimos anteriormente perseguiu os professores Waldomiro e Marcelo, além dos professores da Adufepe no debate da TV-U); o Diretor dos Hospitais das Clínicas e Pedro II Marcos Mendonça; e o Coordenador da Residência Médica Airtton Ponce.

O ato de sepultar esses sujeitos, naquele momento, significava a vitória da comunidade acadêmica sob as “mortes” de figuras cujas gestões atuaram de forma mais negativa, que positiva. O percurso do sepultamento teve apresentações musicais e teatrais dotadas de um bom nível de humor. A participação da comunidade acadêmica foi muito importante porque demonstrou a grande insatisfação em relação às ações dos gestores “sepultados”.

O Anuário Estatístico de 1983<sup>61</sup> aponta que no ano de 1982 Pernambuco comportava duas Universidades Federais (UFPE e UFRPE) e uma Particular (Unicap). O corpo docente das Universidades Federais totalizava 2.740 professores; o corpo discente somava 14.921 estudantes da Graduação e 1.429 da Pós-Graduação.

O Anuário não explicita os números referentes à UFPE e à UFRPE individualmente. Mas, sendo a UFPE a instituição mais antiga e com mais cursos de graduação do que a UFRPE, dos totais acima apresentados, a maior parte de docentes e estudantes era da UFPE. Como citado anteriormente, na notícia do Jornal Diário de Pernambuco<sup>62</sup>, a UFPE tinha já em 1980, 2.226 docentes, dentre estes, 1.982 estavam em exercício.

Sobre esse clima de mobilização na Universidade, o professor Paulo Rubem Santiago Ferreira comenta que:

o processo de redemocratização, ele influenciou muito esse clima de mobilização na Universidade, influenciou muito, nesse período se não me

---

<sup>61</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1983, p. 282, 284, 291. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>62</sup> “Professores decidem-se pela greve”, Diário de Pernambuco, 06/09/1980.

falhe a memória já tinha sido restaurada a UNE, a União Nacional dos Estudantes, e com isso também o Movimento Estudantil dentro da Universidade houve um processo de acúmulo de forças, de mobilizações, os estudantes também participavam, dentro das nossas Assembleias de Professores, sempre tinham estudantes, sempre tinham estudantes, ou do Diretório Acadêmico ou do DCE, ou aquelas correntes, algumas vezes eles se manifestavam nas Assembleias dos Professores, emprestando apoio, solidariedade e tal, foi um processo de muita sinergia, de muita densidade, em função da demanda específica nossa, mas em função do processo de redemocratização do país (FERREIRA, 2018).

Dessa forma, é interessante destacar que o ato do “Sepultamento”, ocorrido na UFPE, teve uma expressiva participação da comunidade acadêmica, contando com cerca de 2.000 pessoas, entre estudantes e docentes. Foi uma atividade significativa que mobilizou esse número considerável de pessoas numa universidade ainda sob o regime ditatorial, mas que já estava envolvida pelo clima de Abertura Política. O Diário de Pernambuco registra “Mais de duas mil pessoas no ‘sepultamento’ do reitor”:

Cerca de duas mil pessoas, acompanharam ontem pela manhã, o “enterro” simbólico do reitor Geraldo Lafaiete, do diretor dos hospitais das Clínicas e Pedro II, e do pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Armando Souto Maior, e do coordenador da Residência Médica da Universidade Federal de Pernambuco, Airton Ponce de Souza, feito pelos estudantes do curso de Medicina da UFPE. Durante o percurso – por diversas alas do Campus – vários diálogos rimados, sátiras de músicas e encenação de peças teatrais foram registradas, sempre com um bom nível de humor (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/08/1982).



Figura 07 - “O curso foi sepultado simbolicamente pelos alunos”.  
(Diário de Pernambuco, 18 de agosto de 1982).

No mesmo dia, 18 de agosto de 1982, após o percurso realizado pelo Ato do “Sepultamento do Reitor”, a Adufepe elabora um documento, a partir de uma Assembleia

Geral que ocorreu às 10 horas, que também contou com a participação de mais de 2 mil pessoas, e encaminha esse documento redigido para o Ministério da Educação, mais uma vez mostrando seu compromisso enquanto uma entidade que luta pelas causas dos docentes, e pela redemocratização da Universidade.

Em 19 de agosto de 1982 é noticiado no Diário de Pernambuco: “Adufepe critica reitores”:

- As reivindicações do Centro de Ciências da Saúde nada mais representam do que a restauração do bom senso na área médica, de há muito tempo abalada pela incompetência e desconhecimento de causa das autoridades reitorais, no presente exercício. Esta afirmação consta do documento redigido pelos que fazem a Adufepe – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, e que será enviado hoje ao Ministério da Educação e Cultura, após aprovação registrada, ontem, às 10 horas, durante assembleia geral realizada no auditório de Medicina, com a participação de mais de duas mil pessoas, entre estudantes e médicos residentes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1982).

O documento elaborado pela Adufepe, e encaminhado ao MEC, traz um balanço das atuais condições da UFPE, explicitando que os problemas foram gerados por administrações indiferentes aos problemas da Universidade. Como vimos acima, a má administração não apenas do reitor, mas de outras lideranças, acentuou uma crise não somente no Centro de Ciências da Saúde, mas por toda Universidade. Ainda na notícia de 19 de agosto de 1982, “Adufepe critica reitores”, o Diário de Pernambuco registra que:

- Dessa forma, os professores resolvera, elaborar um balanço sumário das atuais condições de ensino, pesquisa e extensão na UFPE, no sentido de demonstrar que o HC não representa um caso isolado, porém antes de tudo, significa a agudização, já insuportável, de problemas gerados por uma administração que vem se notabilizando pelo descaso e indiferença para com os reais problemas da Universidade. De fato tal administração reflete em sua plenitude a política mais geral dos atuais governantes do País, no sentido de desengajamento do Estado para com as áreas da educação e da saúde (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1982).

Como um ato político, o documento é finalizado com um “Basta”:

Nesta hora, é importante que se diga um basta àqueles que detém o poder e não contribuem em nada para o bem-estar das classes envolvidas nos problemas. Um basta à incompetência, ao apadrinhamento, ao obscurantismo, à perseguição político-ideológica. Um basta a utilização indigna do patrimônio público, ao insuportável mau cheiro da presente administração eleitoral. Um basta à intervenção incompetente e autoritária no patrimônio da população no Estado de Pernambuco, representado, hoje, no HC da UFPE, e no investimento público, consubstanciado na formação profissional de nossos médicos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1982).

Diante da situação em que a UFPE se encontrava, a próxima diretoria da Adufepe teria que promover uma luta consubstanciada na intenção de democratizar o espaço universitário, começando pela possibilidade de escolha dos seus dirigentes. A quarta diretoria da Adufepe vai ser denominada, portanto, de “Democracia e Luta”.

#### **4.9 Quarta Diretoria: Chapa “Democracia e Luta” 1982-1983**

##### 4.9.1 Quarta Eleição para Direção da Adufepe

Em 02 de setembro de 1982, o Diário de Pernambuco divulga convocatória assinada pelo Presidente André Furtado para eleição da diretoria da Adufepe: “Convocamos os sócios da ADUFEPE para a eleição de sua diretoria, gestão 82-83, a realizar-se no dia 16 de setembro de 1982. A votação poderá ser feita das 8:00 às 16:00 hs, nos seguintes locais: Faculdade de Medicina, Prédio do Básico, Tecnologia, Centro de Educação, Pedro II” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1982).

Apesar das fortes chuvas que acometeram em Recife no dia da eleição, 16/09/1982, tudo ocorreu bem e houve uma considerável participação dos associados. O Boletim Informativo da Adufepe, Ano IV, Nº 19, de Setembro/Outubro de 1982, na página 03 registra que “ADUFEPE tem nova diretoria”:

Com pé d’agua e tudo, realizou-se com sucesso, na quinta-feira 16 de setembro, a eleição para a nova diretoria da nossa entidade. Um total de 344 votos foram depositados nas seis urnas distribuídas pelo campus e em uma urna localizada no agonizante Hospital Pedro II. Deste modo, 80% dos sócios que estavam em condições de votar (segundo os estatutos da entidade) apoiaram a chapa Democracia e Luta composta pelos companheiros que se dispõem a dirigir a entidade no período outubro/82 a setembro/83 (Boletim Informativo da ADUFEPE, Ano IV, Nº 19, de Setembro/Outubro de 1982).

A votação da quarta diretoria da Adufepe, conforme o Boletim Informativo da Adufepe, Ano IV, Nº 19, de Setembro/Outubro de 1982, se deu da seguinte forma:

Presidente: Sônia Marques (319 votos); 1º Vice-Presidente: Anísio Brasileiro (321 votos); 2º Vice-Presidente: Oswaldo Lira (321 votos); 1º Secretário: Isabel Pedrosa (321 votos); 2º Secretário: Nadja Brayner (320 votos); 1º Tesoureiro: José Augusto Cabral (319 votos); 2º Tesoureiro: Fátima Militão (317 votos) (BOLETIM INFORMATIVO DA ADUFEPE, ANO IV, Nº 19, DE SETEMBRO/OUTUBRO DE 1982).

Da mesma forma que na primeira, segunda e terceira eleições para diretoria da Adufepe, os docentes da UFPE colocam apenas uma única chapa para disputar a quarta eleição para gestão da Adufepe. Apesar da heterogeneidade de interesses, o movimento até aqui ainda unifica os docentes, aglutinando as ideias e unificando interesses. O Boletim Informativo da Adufepe, Ano IV, Nº 19, de Setembro/Outubro de 1982, ainda na página 03, registra que

o grande número de sócios que manifestou seu apoio a nova diretoria eleita vem demonstrar o fortalecimento político da ADUFEPE como entidade representativa dos professores. O resultado da eleição ratifica a legitimidade do processo que resultou na escolha da chapa “Democracia e Luta”, a única a se inscrever para a eleição. Desse processo participou um grande número de professores que normalmente tem se ocupado ativamente com a entidade desde a sua criação, seja como membro de diretorias passadas, do Conselho de Representantes ou das diversas comissões. Várias reuniões a portas abertas, foram realizadas no final de agosto com a finalidade de reavaliar o papel e a atuação da ADUFEPE, bem como para se discutir os critérios necessários para se proceder a escolha de nomes para compor a chapa, assim como para se estabelecer a plataforma de ação da nova diretoria. Deste modo, a nova diretoria conta com o apoio explícito da parcela significativa dos professores que compareceram à eleição, e com o compromisso inequívoco daqueles que participaram do processo de lançamento da chapa, na execução das tarefas e na direção política da entidade (BOLETIM INFORMATIVO DA ADUFEPE, ANO IV, Nº 19, DE SETEMBRO/OUTUBRO DE 1982).

O Diário de Pernambuco registra “Diretoria da Adufepe toma posse”: “A nova diretoria da Adufepe – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, será empossada, hoje em solenidade que acontecerá às 17 horas, na sede provisória da entidade, no Centro de Educação” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/10/1982).

A ata de posse da Diretoria da Adufepe, gestão 1982-1983, registra que

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas, na sede provisória da ADUFEPE, sala 135 do centro de educação da UFPE, com sede na Cidade Universitária, nesta cidade do Recife, declaro que o professor André Furtado presidente acompanhado da Diretoria da ADUFEPE, deu posse a professora Sônia Marques na presidência da ADUFEPE e aos membros da diretoria eleita no exercício das respectivas funções definidas nos Estatutos da Associação. Para os devidos efeitos, eu, Yves de Maupeau, primeiro secretário, lavrei o presente termo que assino com os senhores professores. Recife, 01 de outubro de 1982 (ADUFEPE, ATA DE POSSE, 2003, p. 29).

A quarta diretoria da Adufepe leva um nome sugestivo, que denomina esse momento da Associação recheado de novos embates. As lutas, cada vez mais complexas, diante dos inúmeros problemas da Universidade demandariam uma direção que desenvolvesse ações

mais específicas para democratizar a UFPE. Além da terceira greve dos docentes, essa diretoria protagoniza a primeira tentativa de escolha, por parte da comunidade acadêmica, do Reitor da UFPE.

#### 4.9.2 A luta da Associação: as ações de uma Diretoria para a Terceira Greve de Docentes da UFPE em 1982

Antes da deflagração da terceira greve dos docentes da UFPE, várias assembleias foram realizadas com o intuito de discutir os problemas da Universidade, entre elas, uma no dia que possivelmente iniciaria a greve. O Diário de Pernambuco noticia em 15 de outubro de 1982, “Professores da UFPE ameaçam greve geral: em adesão aos estudantes de medicina, aos médicos residentes, e aos professores do Centro de Ciências da Saúde” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/10/1982).

A greve é deflagrada em meados do mês de novembro de 1982 e paralisa 95% das atividades escolares da UFPE. Os docentes em greve enviaram o professor Antônio Montenegro para Brasília, o mesmo teve o papel de levar as reivindicações que estavam na pauta da greve. Após a viagem do professor Montenegro, os grevistas decidiram aguardar a resposta da Ministra da Educação na época, Esther Figueiredo. Em 24 de novembro de 1982, o Diário de Pernambuco noticia “Greve paralisa 95% do curso superior”:

Pelo menos 95% das atividades escolares da Universidade Federal de Pernambuco estão paralisadas, em virtude da greve deflagrada pelos professores na semana passada. Em Assembleia realizada ontem pela Adufepe – Associação dos Docentes da UFPE, no Auditório de Economia, eles decidiram esperar pela resposta da Ministra da Educação, Esther Figueiredo, marcada para amanhã e, em seguida decidirão os novos rumos do movimento. Trazer para os professores da Universidade Federal de Pernambuco a resposta da Ministra Esther Figueiredo é o professor Antônio Montenegro, que viajou a Brasília, ontem, pela manhã. Na Capital Federal, durante encontro com as autoridades do MEC, ele explicitará que a reivindicação principal não é apenas salarial. “Não aceitamos a desvinculação do pessoal das universidades autárquicas, tanto professores quanto funcionários, do Dasp nem também o orçamento global para as escolas que o MEC quer implantar através de decreto” explica a ADUFEPE (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/11/1982).

Todavia, as reivindicações são negadas pela Ministra Esther Figueiredo, e como resposta à negativa, os docentes decidem permanecer em greve, mostrando que o movimento docente na UFPE estava forte, determinado e aberto ao diálogo. As possíveis imposições da Ministra não seriam aceitas, era preciso levar em consideração as solicitações de docentes,

cuja universidade estava em crise. O Diário de Pernambuco explicita em 10 de dezembro de 1982: “Professores da UFPE continuam em greve até serem atendidos”.

Os professores da Universidade Federal de Pernambuco continuarão em greve, conforme deliberação da assembleia realizada ontem pela manhã, no auditório do Curso de Economia. A presidente da Adufepe Sônia Marques, assegurou que a classe manterá as reivindicações apresentadas e, para isso, “estamos envidando esforços no sentido de obter garantias quanto ao prazo e à participação na reestruturação da Universidade, bem como obter algum posicionamento, por parte do MEC, com relação às outras solicitações” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/12/1982).

Por sua vez, a Ministra da Educação Esther Figueiredo envia um documento aos reitores, pedindo que os mesmos não deixem que os problemas retirem o sentido das instituições. Todavia, é um tanto complicado ter uma instituição “com sentido” se seu funcionamento está precário, e seus administradores não tomam atitudes para reverter a situação a qual muitas universidades chegaram na década de 1980.

Ao ter contato com o documento da Ministra Esther Figueiredo, a Adufepe faz uma avaliação do mesmo junto com os grevistas da UFPE. No Jornal Diário de Pernambuco de 15 de dezembro de 1982, é anunciado “Adufepe avalia documento de ministra aos reitores”:

Em assembleia a ser realizada amanhã, às 9 horas, no auditório do curso de Economia, os representantes da Adufepe, juntamente com os professores grevistas da Universidade Federal de Pernambuco, farão avaliação do documento enviado anteontem pela ministra da Educação, Esther Figueiredo, aos reitores das Universidades federais, pedindo que os administradores não deixem que os problemas venham a descaracterizar o sentido das instituições (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/1982).

Como uma forma de denunciar à população o que acontecia na UFPE, onde a mesma se encontrava com quatro categorias diferentes em greve, os docentes fizeram uma manifestação na Praça da Independência, em Recife, para mostrar a atual situação da Universidade. De uma forma didática, foram entregues além de cartas, alguns cordéis relatando a atual situação da UFPE:

Os professores farão manifestação pública hoje, na Praça da Independência, quando vários documentos serão distribuídos à população, dando ciência da atual situação da UFPE, onde atualmente quatro categorias encontram-se em greve: médicos residentes, estudantes do Curso de Medicina, corpo docente e, mais recentemente, funcionários da área administrativa que suspenderam as atividades, ontem, a partir do segundo expediente. Durante a manifestação os professores, segundo explicações da Adufepe, denunciarão a crise da UFPE, iniciada com a paralisação dos médicos residentes, em 28 de junho passado, e que teve como desfecho a adesão da classe administrativa, “numa

prova da insatisfação da maioria que integra a escola”. Além de algumas cartas a serem distribuídas, haverá entrega de um livreto de cordel onde os grevistas mostram um perfil da Universidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/1982).

Juntamente com outras Associações e sindicatos, a Adufepe participa em 1983 da luta contra o arrocho salarial. A participação da Adufepe nesse acontecimento demonstra que a Associação não se preocupava apenas com as questões referentes à Universidade, mas tinha uma atenção às questões que emergiam da sociedade brasileira, e que faziam parte do movimento, que inicia em meados da década de 1970, pela Abertura Política.

O arrocho salarial, como vimos no capítulo 2, foi estabelecido com a Circular nº 10 (19/06/1964) do Ministério da Fazenda, onde se colocava o reajustamento dos salários anualmente, pelo que fosse previsto para a inflação do ano seguinte. Foi sentido, principalmente, pela classe trabalhadora, que passou a ganhar cada vez menos. Em 23 de março de 1983 o Diário de Pernambuco noticia: “Dia de luta reúne 10 mil pessoas contra o arrocho salarial”:

Mais de 10 mil pessoas reuniram-se ontem para realizar passeata em comemoração ao Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial organizado nacionalmente pela Pró-Cut, Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores. O tema básico – protesto conta o Decreto-Lei que altera o sistema de reajuste salarial, retirando os 10% de produtividade de quem recebe de 01 a 03 salários mínimos – foi aproveitado por vários representantes de entidades sindicais que estiveram discursando na Praça Maciel Pinheiro, ontem à tarde, antes da realização da passeata. Apenope, Sindicato dos Eletricitários, Vigilantes, Securitários, trabalhadores Rurais de várias regiões do Estado, Fetape, Adufepe, Enfermeiros, foram algumas das muitas entidades classistas que junto com Associações de moradores e parlamentares da oposição verbalizaram as propostas contidas no Manifesto dos Trabalhadores à Nação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23/03/1983).

Outra luta forte da Adufepe em 1983 foi com vistas à democratização da Universidade. Em abril de 1983, Geraldo Lafayette deixa a reitoria e assume o vice-reitor Geraldo Lapenda, período, justamente, que aconteceria o processo de escolha do novo reitor da UFPE. Os reitores das universidades eram escolhidos pelo Presidente da República por meio de uma lista sêxtupla que era enviada ao MEC.

A lista sêxtupla continha seis nomes de candidatos a reitor, e sempre foi elaborada pelos Conselho Universitários; a comunidade acadêmica não participava dessa tão importante decisão. Entretanto, a Adufepe protagoniza em 1983 a primeira tentativa de escolha do reitor da UFPE pela comunidade acadêmica, e organiza uma eleição direta, para compor a lista sêxtupla, candidatos escolhidos pelos docentes, discentes e funcionários. A lista seria enviada

ao Conselho Universitário da UFPE para que aqueles nomes compusessem a lista que seria enviada ao MEC. Em 26 de maio de 1983, o Diário de Pernambuco noticia “Mestres querem eleger o reitor”:

A Associação dos Docentes da UFPE – Adufepe, em assembleias gerais realizadas nos dias 17, 20 e 24, resolveu participar do processo de escolha do reitor, promovendo eleições diretas, juntamente com as entidades que compõem a Universidade: o Diretório Central dos Estudantes e a Associação dos Funcionários. “A decisão é coerente com os princípios por nós defendidos, de democratizar as decisões no âmbito da instituição universitária e desta forma garantir um efetivo compromisso dos seus participantes com a qualidade da educação de nível superior”, segundo nota redigida na última reunião (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26/05/1983).

Em 24 de maio de 1983, um documento da Adufepe, “ELEIÇÃO DIRETA PARA REITOR: Documento para discussão”, assinado pela Diretoria da Adufepe, registra que “As eleições diretas serão realizadas nos dias 7 e 8 de junho, de 8:00 às 17:00 horas, com mesas receptoras de votos instaladas nos diferentes Centros para atendimento de eleitores pertencentes a cada uma dessas Unidades” (ADUFEPE, 24/05/1983).

A professora Cecília Lithg (2016) explica que a escolha dos nomes de docentes para concorrer à eleição direta para reitor deveria passar por critérios. Estes eram estabelecidos, segundo Cecília Lithg (2016), a partir das seguintes questões: “tem identidade eleitoral? Articulação com a base? E, competência também? Porque se não for alguém credenciado como competente não vão querer, os professores não vão votar, e assim se fez uma discussão grande”.

Após a confirmação desses critérios, foram indicados os nomes para comporem a lista que iria para votação pela comunidade acadêmica. Em 30 de maio de 1983, o documento da Adufepe, assinado pelos candidatos André Furtado, Carlos Egberto, Darcy Freitas, Jaime Gusmão Filho, Maria José Baltar e Paulo Rosas, foi intitulado: “Aos docentes, alunos e funcionários da Universidade Federal de PE”:

Como membros desta Comunidade, sentimo-nos responsáveis pelo que nela acontece. Por estarmos convictos que a forma vigente de escolha de nossos dirigentes está atrelada a casuísmos, clientelismo e articulações veladas em torno de nomes, e em consequência, não será capaz de devolver a confiança na Instituição, decidimos submeter à Comunidade Universitária nossa candidatura ao cargo de REITOR. Pretendemos, pois, levar a esta comunidade, nosso ponto de vista e nossas intenções sobre alguns problemas da Universidade que achamos cruciais (ADUFEPE, 30/05/1983).

O documento foi composto por três pontos importantes. O primeiro ponto faz referência à necessidade da busca por um Projeto Universitário; o segundo ponto faz menção às prioridades de uma administração; e o terceiro ponto traz a questão da autonomia universitária. São pontos que denotam a preocupação dos candidatos em atender às necessidades da Universidade, e, para isso, a participação da comunidade acadêmica era fundamental.

Levar esses pontos à comunidade já mostra que esses candidatos tinham uma visão diferenciada dos reitores que, até então, haviam passado na UFPE. Eles estavam ali para discutir suas propostas, para democratizar a universidade começando pela administração. Interessante é que esses três pontos são assinados pelos seis candidatos; não havia propostas diferentes entre eles.

I – UM PROJETO UNIVERSITÁRIO – Antes de mais nada achamos da máxima urgência a necessidade de se criar uma nova realidade cuja meta seja a busca de um verdadeiro PROJETO UNIVERSITÁRIO e, para isto conclamar e despertar a consciência e à participação dos professores, alunos e funcionários em suas atividades específicas. II – PRIORIDADES – Entre outros parâmetros a serem considerados, e que serão enriquecidos nos debates com a Comunidade Universitária, situamos como prioritários: a) Uma administração capaz de ganhar a confiança das diversas áreas da Comunidade Universitária...; b) Uma administração que precisa ouvir...; c) Uma administração que precisa afirmar a importância do ensino de graduação...; d) ter a coragem para redimensionar qualitativa e quantitativamente os  cursos de pós-graduação...; e) Uma administração que estimule a representação estudantil...; f) Uma administração que assegure aos funcionários o aperfeiçoamento profissional... III – AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA – Para nós, a autonomia Universitária de que tanto se tem falado ultimamente, não significa apenas a desvinculação do DASP e a definição da política salarial (Orçamento Global) Para nós, uma autonomia como é proposta, sem que se passe primeiramente por UM RADICAL PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO é falaciosa (ADUFEPE, 30/05/1983).

Nesse momento, os interesses estavam unidos em prol de uma causa, participar da eleição direta promovida pela Adufepe para reitor, e, conseqüentemente, participar da elaboração da lista sêxtupla pelo Conselho Universitário, algo nunca visto na Universidade Federal de Pernambuco, mas que obteve a aceitação da comunidade acadêmica, que estava na luta contra a crise que havia se instalado na UFPE.

Os seis candidatos concluem o documento explicitando que “por todos esses motivos, decidimos candidatar-nos à livre e ampla eleição para o cargo de Reitor da UFPE, a se realizar nos dias 7 e 8 de junho de 1983, submetendo nossos nomes para a lista sêxtupla e as ideias acima ao julgamento de todos os docentes, alunos e funcionários” (ADUFEPE, 30/05/1983).

Os candidatos André Furtado, Carlos Egberto, Darcy Freitas, Jaime Gusmão Filho, Maria José Baltar e Paulo Rosas finalizam o documento assinalando que: “Sentir-nos-emos honrados de recebermos seus votos” (ADUFEPE, 30/05/1983).

Assim como a participação da Adufepe na luta contra o Arrocho Salarial, o empenho em organizar uma eleição direta com um viés democrático na UFPE, objetivando tornar a escolha do reitor democrática, são indicativos que a Adufepe conduziu a luta pela Abertura Política em seu espaço de atuação. Essas ações demonstram um passo decisivo da ADUFEPE em redemocratizar o país e a universidade. Em 05 de junho, o Diário de Pernambuco noticia: “Escolha direta do reitor: abertura também na UFPE”.

A eleição direta programada para terça e quarta-feira representa um protesto contra essa situação e também a maneira de forçar a institucionalização de um processo democrático de escolha dos dirigentes universitários. Os seis nomes mais votados representarão a preferência da comunidade universitária. A lista deverá ser referendada pelo Colegiado da UFPE e o nome mais votado integrar a lista sêxtupla, votada por este colegiado e encaminhada ao MEC que, por sua vez, a envia ao Presidente da República, que faz a escolha definitiva do novo reitor (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/06/1983).



Figura 08 - “Estes sete candidatos serão votados por professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal”.  
(Diário de Pernambuco, 05 de junho de 1983).

Um sétimo candidato entrou na disputa, o professor Antônio Carlos Pavão. O Diário de Pernambuco, ainda de 05 de junho de 1983, assinala que “Enquanto estes seis candidatos formam um grupo coeso, uma liderança alternativa surgiu recentemente na UFPE, na pessoa do candidato Antônio Carlos Pavão” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/06/1983). Este candidato, segundo a matéria do Jornal, “é uma figura controvertida, visto por muita gente, como ‘gozador’, ‘anárquico’, mas também bem ‘audacioso’...” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/06/1983).

A proposta de Antônio Carlos Pavão estava baseada no seu slogan “Comunidade na direção da Universidade”. Conforme o Diário de Pernambuco, a rima do slogan “caracteriza sua intenção de levar alegria aos quadros da UFPE. Para muita gente, sua candidatura é pura gozação, uma forma que encontrou de ‘bagunçar’ a postura convencional do poder” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/06/1983).

A eleição direta promovida pela Adufepe foi um sucesso, por categoria participaram do processo eleitoral: 61,4% de professores; 57,7% de alunos; e 59,2% de funcionários. Num total, de 17.524 aptos a votar, houve a participação de 10.228 votantes, em porcentagem esse número representa 58,3% da comunidade acadêmica da UFPE.

Dessa forma, a grande vitória está no quão positiva a eleição direta se tornou, pois numa primeira tentativa de escolha de reitor, foi algo realmente surpreendente ter quase 60% da Universidade manifestando seu apoio às eleições diretas para reitor, escolhendo seus candidatos para compor a lista sêxtupla, e com isso, demonstrando o interesse na democratização da UFPE.

Um documento da Adufepe de 1983, “Resultado das Eleições Diretas para Reitor”, aponta que “As eleições diretas promovidas pela ADUFEPE, ASU e DCE representam uma grande vitória. Através da votação maciça nas urnas, a Comunidade Universitária mostrou que não aceita mais o processo antidemocrático e autoritário ainda vigente” (ADUFEPE, 1983). Os resultados representam a grande participação da comunidade acadêmica da UFPE:

CANDIDATOS	VOTOS POR CANDIDATOS	% PARTICIPACAO
1º Paulo Freitas	6.688	7,17%
2º André Furtado	6.371	16,38%
3º Paulo Sousa	6.078	19,99%
4º Maria José Mattar	5.001	14,97%
5º Jaime Augusto	4.834	14,31%
6º Carlos Roberto	4.378	12,99%
Antônio C. Pavão	2.001	6,21%
Francisco de Sales	440	2,07%
Participação no processo eleitoral por categoria:		
Professores -	61,4 %	
Alunos -	57,7 %	
Funcionários -	59,2 %	
Participação Global:		
Total de eleitores	Total de votantes	%
17.524	10.228	58,3%

Figura 09 - “Resultado das Eleições Diretas para Reitor”.  
(ADUFEPE, 1983).

No entanto, o resultado da eleição direta para reitor que havia sido um sucesso pela grande participação da comunidade acadêmica, não foi considerado pelo professor Geraldo Lapenda. Ele desconsiderou quaisquer listas que fossem encaminhadas para o Conselho

Universitário, com candidatos à lista sêxtupla. A atitude de Lapenda demonstra os resquícios dos reitorados autoritários que passaram pela UFPE. O Diário de Pernambuco registra em 09 de junho de 1983, “Explicado mecanismo para formação da lista sêxtupla”:

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no exercício da Reitoria, professor Geraldo Lapenda, disse ontem que não existem candidaturas formais a reitor para serem submetidas ao Conselho Universitário (amanhã), esclarecendo que o colegiado é soberano para compor da forma que quiser a lista sêxtupla que será enviada ao Ministério da Educação e Cultura. A respeito das listas informais que estão circulando na Reitoria, ele afirmou, que “realmente, como acontece sempre, alguns grupos de professores e pesquisadores estão lançando e dando apoio a alguns nomes” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/06/1983).

O Conselho Universitário elaborou a lista sêxtupla a ser enviada para o MEC, e encaminhou-a para Brasília, sendo o próprio Geraldo Lapenda o candidato mais votado da lista. O Jornal Universitário Ano 17 - Nº 11, de julho/agosto de 1983, registra “Candidatos firmam compromisso ético”:

A lista sêxtupla para nomeação do novo Reitor da UFPE já se encontra em Brasília, juntamente com os respectivos currículos e o compromisso por eles assinado. A chapa eleita ficou assim constituída: professores Geraldo Calábria Lapenda (o mais votado), Carlos Moraes, Maria Antônia MacDowell, George Browne, Fernando Aguiar e Carlos Dantas. Este grupo, antes da reunião do Colégio Eleitoral Especial, sob a presidência do ex-Reitor Murilo Guimarães, fez circular um documento-plataforma, assinado por todos eles, no qual se comprometem a se empenharem no sentido de elevar cada vez mais os padrões éticos e acadêmicos da UFPE, independentemente de qual deles venha a ser o escolhido (JORNAL UNIVERSITÁRIO ANO 17 - Nº 11, DE JULHO/AGOSTO DE 1983).



Figura 10 - “Candidatos firmam compromisso ético”.  
(Jornal Universitário Ano 17 - Nº 11, de julho/agosto de 1983).

Destarte, era preciso dar uma resposta a mais uma escolha antidemocrática para reitor da UFPE. Portanto, os discentes, docentes e funcionários, representados respectivamente pelo DCE, Adufepe e Asufepe se mobilizaram para contestar a eleição do Conselho Universitário. Nesse momento, já não poderiam intervir na decisão, mas a manifestação dos mesmos significava o descontentamento pela decisão, assim como mostrava que a luta pela democratização da UFPE iria continuar. No dia 11 de junho, o Diário de Pernambuco noticiou “Alunos contestam eleição”.

Mais de 300 estudantes, professores e funcionários da UFPE compareceram ontem a Reitoria onde formularam seu protesto contra a forma indireta da eleição que estava sendo realizada no auditório “João Alfredo”. Entre vaias, slogans, declamação de poesias, discursos e músicas, fizeram manifestação que durou das 9 às 13 horas, enquanto os membros do Colégio Eleitoral elegiam uma lista sêxtupla para nomeação do novo reitor. A manifestação foi liderada pelas três entidades representativas da comunidade universitária – Adufepe, Asufepe e DCE – que também promoveram, esta semana, eleição direta para a escolha do reitor, a qual não foi considerada pelo Colégio Eleitoral. Não houve incidentes, mas os manifestantes formaram um grande coração (ou passarela), por onde tiveram de desfilar os 70 membros do Colégio Eleitoral, no término da votação, sob vaias e apupos. A passarela foi ladeada por cartazes e dísticos, representando simbolicamente o enterro do processo vigente de escolha do reitor. Alguns membros do colegiado tentaram sair pelas portas laterais do auditório, mas foram impedidos, tendo que desfilar pela passarela improvisada (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/06/1983).



Figura 11 - “As manifestações universitárias na UFPE duram das 9 às 13 horas”.  
(Diário de Pernambuco, 11 de junho de 1983).

Segundo Silke Weber (2018), a eleição para reitor foi bastante discutida, “a consulta permitia a discussão sobre universidade, sabendo-se que não se ganharia. Todo mundo sabia que tais candidatos não iriam ganhar, pois as regras do jogo estavam dadas”. Com vistas à mudança no que corresponde à escolha dos dirigentes da Universidade, a próxima diretoria “Educação e Liberdade”, além de se empenhar na conquista dessa tão grande causa, passou a discutir mais profundamente sobre a Campanha pelas “Diretas Já”.

#### **4.10 Quinta Diretoria: Chapa “Educação e Liberdade” 1983-1984**

##### **4.10.1 Quinta Eleição para Direção da Adufepe**

A convocatória para a quinta eleição de diretoria da Adufepe foi registrada em 07 de setembro de 1983, no Jornal Diário de Pernambuco. A convocatória foi assinada pela Presidente da Adufepe Sônia Marques: “Convocamos os sócios da ADUFEPE para a eleição de sua diretoria, gestão 83-84, a realizar-se nos dias 19 e 20 de setembro de 1983, das 8:00 às 17:00 horas. Existirá mesa eleitoral em cada um dos Centros que compõe a UFPE” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/09/1983).

Da mesma forma que na primeira, segunda, terceira e quarta eleição para diretoria da Adufepe, os docentes da UFPE se organizam em torno da apresentação de apenas uma única chapa para disputar a quinta eleição para gestão da Adufepe, o que novamente demonstra que o movimento até aqui aglutina as ideias e unifica os interesses. A ata da eleição da Diretoria da Adufepe (ADUFEPE, 2003) registra que:

Nos dias dezenove (19) e vinte (20) de setembro de mil novecentos e oitenta e três (1983) foi realizada a eleição para novos membros da Diretoria da ADUFEPE, gestão 83-84 conforme edital publicado no Jornal Diário de Pernambuco, do dia sete (07) de setembro de 1983. Compareceram às urnas quatrocentos e oitenta e seis (486) sócios em dia com suas mensalidades e os candidatos que compuseram a chapa “Educação e Liberdade”, única concorrente ao pleito, tiveram a seguinte votação: Presidente: Heloísa Mendonça de Moraes, 438 votos; Primeiro Vice-Presidente: Antônio Torres Montenegro, 431 votos; Segundo Vice-Presidente: Lúcia Maria Wanderley Neves, 431 votos; Primeiro Secretário: Paulo Rubem Santiago, 420 votos; Segundo Secretário: Heitor Scalabrini Costa, 423 votos; Primeiro Tesoureiro: Hildeberto Eulálio Cabral, 431 votos e Segundo Tesoureiro: Antônio Valença, 437 votos. Além dos votos conferidos aos candidatos acima citados existiram vinte e sete (27) em branco e três (03) nulos. Nada mais havendo a tratar eu, Maria Isabel Pedrosa, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes na apuração dos votos (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 32).

A Ata de Posse da Diretoria da Adufepe, gestão 1983-1984, assinala como se deu a posse dos novos dirigentes da Adufepe. E registra que essa Diretoria iria trabalhar na Sede da Associação que neste momento não seria mais no Centro de Educação, e sim, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas:

No primeiro dia de outubro de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas da manhã, tomou posse na sede da ADUFEPE, situada no Centro de Ciência Sociais Aplicada, na Cidade Universitária, os professores recém eleitos para a diretoria desta entidade, gestão 1983/1984. A nova diretoria passou a ser constituída da seguinte maneira: Presidente Heloísa Mendonça de Moraes, Vice-Presidente Antônio Torres Montenegro, 2º Vice-Presidente Lúcia Maria Wanderley Neves, 1º Secretário Paulo Rubem Santiago, 2º Secretário Heitor Scalabrini Costa, 1º Tesoureiro Hildeberto Eulálio Cabral, 2º Tesoureiro: Antônio Valença. Nada mais havendo a tratar, eu Maria Isabel Pedrosa, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes. Recife, 1 de outubro de 1983 (ADUFEPE, ATAS DE POSSE, 2003, p. 33).

Dentre os candidatos que faziam parte da lista sêxtupla, o Presidente da República João Figueiredo escolheu o professor George Browne do Rego. Com uma nova forma de pensar a Universidade, George Browne inaugurava um novo momento na UFPE, indicando que sua gestão, diferente de algumas passadas, estaria mais próxima da comunidade acadêmica. Em 10 de novembro de 1983 é noticiado no Diário de Pernambuco “Reitor da UFPE toma posse amanhã”:

Tomará posse amanhã, às 17h30m, o novo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, George Browne do Rego, que escolheu como local da cerimônia o “campus”, propriamente dito, ao pé da estátua do fundador da UFPE, Joaquim Amazonas. Essa preocupação, que indica a vontade de renovar, está sendo vista pela Associação dos Docentes da UFPE – Adufepe, como um gesto simbólico que denota a busca de maior legitimidade para o exercício de suas funções’ (Browne não foi escolhido pela comunidade e sim através do Colégio Eleitoral da Reitoria) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/11/1983).



Figura 12 - “Browne assina o livro de transmissão de Cargo, na presença do Vice-Reitor Geraldo Lapenda, ladeado pela sua filha”.  
(Jornal Universitário Ano 17 - Nº 04, de novembro/dezembro de 1983).

Visto pela Adufepe como renovador, pois escolheu como cerimônia de posse o próprio campus, realizando-a ao ar livre, e não num salão fechado, denota além de um sentimento de pertença à Universidade, a preocupação em possibilitar uma maior participação da comunidade acadêmica nesta cerimônia. Para Silke Weber (2018) “você tem a possibilidade de outros caminhos mais universitários com George Browne, que se aproxima do modo de gerir de Marcionílio”. A mesma notícia do Diário de Pernambuco de 10 de novembro de 1983 aponta que:

Para a Adufepe, “esta mudança de hábito da Reitoria – tradicionalmente a cerimônia de posse ocorre nos salões nobres ou auditórios, jamais ao ar livre – aponta para uma tardia, mas salutar necessidade em se fazer referendar pela comunidade”. Reafirmando a necessidade de debate em torno de questões como a estrutura de poder na Universidade, o descompromisso crescente do Estado com a Educação, e a democratização nas universidades brasileiras, a Adufepe demonstra que a busca de legitimação das formas de poder na Universidade, se dá concomitantemente com a da sociedade civil, haja vista o movimento em torno de eleições diretas para presidente da República e o recente reconhecimento, pela ministra da Educação, da validade das eleições diretas para reitor (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/11/1983).

O movimento de redemocratização da UFPE ia, portanto, ganhando forças, e se efetivando na contradição das primeiras ações de um novo reitor que não foi escolhido pela comunidade acadêmica, pelas eleições diretas promovidas pela Adufepe, mas que já iniciava seu reitorado com atitudes que denotam uma certa esperança de dias melhores na universidade. Dias, em que fosse possível que a comunidade acadêmica fizesse parte de algumas importantes decisões, como a escolha dos dirigentes dos vários setores da UFPE por meio de eleições diretas, por exemplo.

No momento em que o reitor da UFPE toma posse, uma grande mobilização cresce em todos os centros e departamentos que pregam eleições diretas para escolha dos dirigentes. “Caberá ao reitor, respeitando as indicações da comunidade, referendar os mais votados – ou manter a prática tradicional de alçar ao poder aqueles que gozam do conhecimento e/ou da intimidade do poder. A Adufepe neste momento gostaria de antever o futuro da UFPE, com o novo reitor desenvolvendo uma prática onde prevalecesse sempre a vontade e o respeito às decisões da maioria do seu corpo docente, discente e funcionários” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/11/1983).

George Browne é empossado no dia 11 de novembro de 1983. O Jornal Universitário Ano 17 - Nº 4, de novembro/dezembro de 1983, registra: “Browne: recebo UFPE na sua maior crise”:

Entre suas palavras de esperança e otimismo, o Reitor George Browne inseriu, francamente, a realidade do momento atual, ao receber o cargo das mãos do Prof. Geraldo Lapenda: “Ao referir-me assim – observo – às minhas apreensões, inquieta-me sobremodo e primeiramente, a dimensão da crise social, econômica e política que afeta e desgasta a Nação e as suas possíveis implicações para o programa de restauração acadêmica e profissional que se pretende instituir. Sobre esse tema, tenho dedicado em abrangência e profundidade boas parcelas das minhas reflexões. Perpasso numa perspectiva caleidoscópica, a história da Universidade Federal de Pernambuco, para constatar, de maneira inequívoca, que nenhum reitor desta instituição, até hoje defrontou-se com situação conjuntural tão adversa. Financeiramente encontramos-nos às bordas da insolvência”. Depois destas colocações, Browne vislumbra na sua fala a perspectiva de soerguimento da instituição e, por acreditar na sua capacidade de trabalho, juntamente com sua equipe, bem como na potencialidade da nação de encontrar soluções para os seus cruciais problemas, é que aceitou o desafio de restaurar o prestígio da UFPE, desde o aspecto político, propriamente, até o acadêmico e administrativo (Jornal Universitário Ano 17 - Nº 4, de novembro/dezembro de 1983).



Figura 13 - “Browne: a esperança no soerguimento da Universidade”.  
(Jornal Universitário Ano 17 - Nº 04, de novembro/dezembro de 1983).

Em depoimento a Santos (2012), George Browne explicita que ficou conhecido como o “Reitor da Esperança”, porque:

aqueles hábitos antigos começaram a ser superados... Nós tínhamos apenas, naquela época 30 doutores na Universidade. Quando saí, havia duzentos e sessenta e poucos doutores. Quer dizer, foi um investimento maciço em pós-graduação. Em pesquisas, sobretudo. Essa área foi extremamente bem contemplada. A outra foi a recuperação do campus... nessa época o campus era um verdadeiro caos. Caindo aos pedaços. Eu iniciei a recuperação do campus... Do ponto de vista das finanças, a Universidade quando assumi, ocupava o décimo terceiro lugar no orçamento da República. Eu passei para terceiro. Era a terceira Universidade pública federal em orçamento... Nós tivemos apoio do governo japonês, que fundou o Instituto Kaizo Azami, do Ageu Magalhães... O governo inglês também contemplou a UFPE com

muitos programas de pesquisas e de bolsas de estudo... Com os Estados Unidos, além da Fundação Ford e da Fullbright, convênios de cooperação foram firmados com o complexo universitário da Geórgia... Quer dizer, a Universidade projetou-se internacionalmente... Foi um reitorado que alavancou a Universidade (SANTOS, 2012, p. 88 e 89).

Nesta emergência em escolher os dirigentes da universidade, a Adufepe promoveu várias discussões em torno dessa questão. É neste contexto que a Adufepe lança um Caderno em defesa das eleições diretas. Em 02 de dezembro de 1983, o Diário de Pernambuco registra “Adufepe lança caderno em defesa de eleições diretas”:

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Adufepe lançou um caderno em defesa de eleições diretas para todos os cargos de dirigentes da instituição, como reitor, diretor de centro, chefe de departamento etc., narrando as experiências já realizadas nesse sentido... A medida da Adufepe considera a necessidade de tornar público o debate sobre o processo de escolha dos cargos de direção da Universidade, e as experiências que a entidade relata indicam os primeiros passos no sentido de rediscutir as relações de poder no âmbito universitário (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/12/1983).

Nesse caderno, a Adufepe traz algumas questões importantes para se refletir sobre o direito à participação em processos eleitorais na universidade. Os representantes da Associação explicitam ainda na notícia do Diário de Pernambuco de 02 de dezembro de 1983 que essa participação não garante a democratização da UFPE, pois esse processo passa por ações cotidianas:

Em seu caderno a Adufepe lembra que a conquista do direito à participação paritária nos processos eleitorais é resultado de uma mobilização crescente, desde final da década de 70, quando professores, alunos e funcionários passaram a pressionar o MEC, influenciando nas diretrizes da política educacional, lutando pelo ensino público e gratuito etc. “Estamos conscientes de que ao alcançarmos formas mais legítimas de representação ou de delegação de poderes, não teremos garantida a democratização da Universidade. O processo de democratização da Universidade passa por uma prática cotidiana, constantemente discutida e avaliada, que engloba o questionamento de todas as práticas sociais que hoje caracterizam a Universidade, ou seja: relação professor/servidor, prof./aluno, professor/chefe e departamento, professor/reitor, etc. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/12/1983).

Envolvida por esse clima de debates e ações em torno das eleições diretas para gestores na UFPE, a quinta diretoria da Adufepe, “Educação e Liberdade”, será protagonista

da quarta greve dos docentes da UFPE, greve nacional, que terá como um dos principais pontos de luta o reajuste salarial da categoria.

#### 4.10.2 A liberdade da Associação: as ações de uma diretoria para a quarta greve de docentes da UFPE em 1984

No final de 1983, as Associações de docentes universitários passaram a debater sobre a necessidade do reajuste salarial da categoria em 100%. Dessa forma, a Andes decreta mobilização em todas as ADs com vistas a ampliar essa discussão, e caso o governo não acatasse a solicitação da categoria, a mesma deflagraria greve nacional. Em 16 de dezembro de 1983, o Diário de Pernambuco registra: “Professores: Reajuste de 100 por cento ou greve nacional”:

Caso não obtenham reajuste de 100% do INPC, os professores de todas as universidades brasileiras poderão decretar greve nacional em março de 1984. A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior-Andes decretou mobilização nesse sentido, deflagrada ontem na Universidade Federal de Pernambuco com a realização de assembleia na qual foram instituídas comissões que vão garantir a discussão permanente dos problemas da categoria durante o período de férias (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/12/1983).

Na UFPE, a recepção a esse encaminhamento da Andes foi positiva, e várias atividades passaram a ser desenvolvidas pela Adufepe, em conjunto com outras Associações, como a dos servidores, a Asufepe, que também estava na luta pelo reajuste salarial. A notícia de 16 de dezembro, citada anteriormente, registra que na UFPE

Ontem, em assembleia realizada no auditório de Economia, às 10 horas, os professores discutiram a campanha salarial e a participação da classe no III Congresso da Andes. Foram formadas comissões para os nove Centros da UFPE, para manter o nível de discussões dos problemas, no período de férias. Decidiu-se que a mobilização poderá ser ampliada com a participação dos servidores da Universidade, que também lutam pelo reajuste salarial. Ontem, a Adufepe, a Asufepe – Associação dos Servidores da UFPE e congêneres da Universidade Federal Rural de Pernambuco reuniram-se na sede do Conselho de Psicologia, na Estrada dos Remédios, para avaliar os resultados da audiência mantida pelas diversas entidades dos servidores públicos (Andes, Fasubra – Federação dos Servidores de Universidades Brasileiras, CEPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e UNSP – União Nacional dos Servidores Públicos) com o ministro Leitão de Abreu, a respeito do reajuste salarial da categoria, e deflagrar campanha (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/12/1983).

Em janeiro de 1984, a Adufepe elegeu uma delegação com oito membros para participar do III Congresso Nacional da Andes, que iria acontecer em Piracicaba/SP; os principais assuntos do Congresso seriam o reajuste salarial e a possível decretação da greve. Em 01 de janeiro de 1984, o Diário de Pernambuco noticia: “Professores podem deflagrar greve reivindicando salário”.

Os professores do ensino universitário de todo país, inclusive uma delegação de oito membros da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Adufepe, vão se reunir em fevereiro, em Piracicaba, São Paulo, durante o III Congresso da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior-Andes. Entre outros assuntos, deverão se posicionar quanto à luta pelo reajuste unificado de 100% do INPC e já acenam com a possibilidade de uma greve nacional, a ser deflagrada em março. A pauta do III Congresso da Andes inclui os seguintes temas: 1) Questões organizativas e financeiras da entidade; 2) Conjuntura política, movimento sindical e movimento dos docentes; 3) Ensino público e gratuito e a reestruturação da Universidade; 4) Verbas e financiamentos do Ensino superior; 5) Questões setoriais (universidades particulares, estaduais, autarquias e fundações). A Adufepe deverá enviar oito delegados, escolhidos em assembleia. A entidade já iniciou, no seio da Universidade Federal de Pernambuco, a mobilização em torno da campanha salarial, pelo reajuste de 100% do INPC, através de assembleia realizada recentemente. A campanha salarial deverá caminhar em consonância com a dos servidores públicos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/01/1984).

As várias discussões realizadas pelos docentes universitários no início de 1984 desembocaram, neste mesmo ano, numa grande greve por todo país. No III Conad realizado em Piracicaba/SP os delegados votaram num indicativo de greve nacional. Diante disso, os docentes da UFPE se organizaram em torno de debates sobre a situação da educação brasileira, onde três temas importantes estavam na pauta de discussão: a UFPE na conjuntura da crise; a universidade e as eleições diretas; e o projeto de universidade do atual reitorado da UFPE.

Em 18 de março de 1984, o Diário de Pernambuco noticia: “Delegados votam pela greve nacional do ensino no País”:

Mas de 300 delegados ao III Congresso Nacional da Andes-Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, realizado recentemente em Piracicaba, São Paulo, votaram um indicativo de greve nacional, visando a obtenção de reajustes semestrais e 100% do índice do INPC. A proposta está sendo discutida, neste mês, em todas as entidades da categoria, devendo ser avaliada em reunião em Brasília. Na UFPE, seguindo o indicativo, os docentes estão mobilizando-se e, na última semana iniciaram amplos debates sobre a situação da educação brasileira e a conjuntura nacional, incluindo temas como “A UFPE na conjuntura de crise”, “a universidade e as eleições diretas” e “O projeto de universidade do atual reitorado da UFPE”, além de

assembleia de encaminhamento da campanha salarial de 1984. Os debates serão realizados nesta semana, as terças e quintas-feiras, às 16 horas, no prédio de Economia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/03/1984).

Diferentemente da primeira greve da Adufepe em 1980 cuja pauta de discussões girava em torno das questões voltadas à universidade, na greve de 1984 os debates em torno do trabalho dos docentes eram mais fortes. Além do componente salarial, a organização da carreira do magistério superior era fundamental para que a categoria docente tivesse mais um incentivo de continuar na profissão, pois teriam a possibilidade do crescimento profissional dentro da universidade. Segundo o professor Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018),

a demanda era salário e carreira, era uma reivindicação estruturada nesses dois pilares, a recuperação das perdas salariais e a melhoria na carreira, a progressão vertical, a progressão horizontal, os estepes não é, eu não tenho assim de cabeça mais pontos específicos, mas foi uma greve muito muito preparada, foi uma greve muito coesa tanto que durou 84 dias (FERREIRA, 2018).

A greve de 1984, conforme o professor Paulo Rubem Santiago (2018), foi uma greve amadurecida, pois a Adufepe já tinha cinco anos de atuação na universidade, e a Andes três anos liderando as ADs do país. Vale salientar que esse grande movimento em 1984 ocorreu num momento de muita ebulição política e social, com o país ainda sob o regime militar, mas já envolvido pelo clima de Abertura Política, e na luta pelas Diretas Já:

84 já entrou um componente salarial, de recuperação das perdas, em 84 isso teve um papel, um papel significativo como digamos assim, catalizador da mobilização, isso aí eu lembro, agora também não tenho guardado de memória o conjunto da pauta, se eram muitos itens, enfim, eu sei que era salário e carreira, progressão etc., etc., por titulação, tempo de serviço, e tal, e foi uma greve amadurecida não é, a Associação com cinco anos de vida, o ANDES com menos de cinco anos de organização nacional, e já liderar ainda num país sob Regime militar, embora já de forma bastante deslocado do período mais duro do Regime, mas foi um período ainda sob Regime militar, e com a pressão da sociedade pelas Diretas não é, pela recuperação do calendário eleitoral (FERREIRA, 2018).

Os debates sobre as Diretas Já unem setores da sociedade civil em torno de um movimento nacional em defesa da democracia. Segundo o professor Paulo Rubem Santiago (2018), esse clima de luta pela redemocratização do país estimulou os professores a participarem da greve dos docentes universitários em 1984. São lutas que acontecessem concomitantemente, e envolvem os docentes em torno de um grande projeto democrático. Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) explica que

eu tenho quase certeza que quando a gente estava em greve já havia uma mobilização pelas Diretas no Congresso nacional, e em alguns setores da sociedade, porque o primeiro comício foi em novembro, novembro de 83, a nossa greve em 84 durou 84 dias, quase três meses então já havia um clima de redemocratização, e eu acho que isso de uma certa forma estimulou os Professores a irem a luta, a se mobilizar pelos direitos, salário, carreira, é mais ou menos isso... se não me falhe a memória, quando nós estávamos em greve, já tramitava a Emenda Dante de Oliveira pelas Diretas Já... um pouco antes ou logo depois, mas eu tenho quase certeza que já havia um sentimento... então foi um período de mobilização, já com um saldo bastante aquecido da mobilização pela Redemocratização, a Emenda das Diretas me parece que ela foi votada em 84, em 85 a eleição de Tancredo no Colégio eleitoral, ele morre, Sarney assume (FERREIRA, 2018).

Esse ambiente de discussão envoltas das Diretas Já foi tema de debate promovido pela Adufepe, junto com entidades e profissionais liberais da região. A Adufepe, que em 1983 protagonizou a primeira tentativa de eleição direta para reitor da UFPE, mobilizando 58,36%<sup>63</sup> da comunidade acadêmica, está agora imbricada num debate político maior, o da redemocratização do país. O Jornal Diário de Pernambuco noticiou em 20 de março de 1984: “Debate/Diretas”:

Hoje, às 16 horas, a Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe) realizará um debate sobre o tema “A Universidade e as eleições diretas”. O Encontro acontecerá no auditório do prédio de Economia, no campus da Cidade Universitária, e reunirá professores e estudantes da UFPE, além de representantes de entidades que congregam profissionais liberais da Região (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/03/1984).

Desde sua criação em 1979, a Adufepe participou de três greves nacionais nos anos de 1980, 1981 e 1982. Portanto, as experiências nas greves possibilitaram que a Associação ampliasse suas estratégias de organização e enfrentamento. O envolvimento dos docentes a cada greve demonstra que o movimento crescia conforme a luta pela democratização da universidade e do país alcançava cada vez mais espaço, e o regime militar perdia sua força cedendo lugar para a Abertura Política.

O professor Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) comenta que

na greve de 1984, eu estava na direção da ADUFEPE, nós passamos exatamente 84 dias de greve, nós tiramos a Universidade do campus, nós fizemos uma feira na Pracinha de Boa Viagem, mostrando qual era a produção na Universidade, montamos stands com laboratórios, montamos stands com pesquisas, foi um período muito impactante pra gente ir pra rua

---

<sup>63</sup> Conforme figura 09: “Resultado das Eleições Diretas para Reitor” (ADUFEPE, 1983).

mostrar à população que a gente não estava apenas realizando a greve por salário (FERREIRA, 2018).

Diferentemente da primeira greve dos docentes da UFPE liderada pela Adufepe em 1980, em que a categoria teve um certo receio de iniciar a greve, por temor de que funcionário público não pudesse se organizar em torno de um movimento grevista, em 1984 os docentes já estavam mais seguros quanto a essa forma de luta. Nessa quarta greve dos docentes da UFPE em 1984, houve uma participação considerável dos docentes.

O professor Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) como representante da direção da Adufepe nesse período explica que a diretoria não trabalhou sozinha, mas em conjunto com os docentes, que participaram ativamente das atividades de greve. Por sua vez, essas atividades foram “vestidas” de linguagens diferentes:

houve uma participação muito grande até porque a gente vestiu a greve com outras linguagens não é, nós fazíamos paródias de música, cantávamos nas Assembleias, tivemos essa ideia de levar a Universidade pra rua, vários Departamentos tiraram seus laboratórios, seus equipamentos, levamos pra Pracinha de Boa Viagem, apresentamos lá, a população foi ver o que a Universidade fazia, os atos de rua, passeatas, então houve uma participação muito grande, muita gente realmente se envolveu, participou, muita gente souou com a gente não é, participou com a gente, a Diretoria nunca ficou isolada, nunca ficou isolada, tudo o que a gente propunha, tudo que a Assembleia propunha, tudo o que a categoria propunha era feito com participação colegiada, muita gente se envolveu, muita gente que não era da Diretoria, se envolvia mesmo, ia para as Assembleias, pra rua, participava etc., vinha pra reunião de avaliação (FERREIRA, 2018).

A greve de 1984 rendeu aprendizados, porque gerou aprendizados. Segundo a professora Maria Cecília Lithg (2016), foi um movimento pedagógico forte, onde se realizaram diversas atividades que envolviam os docentes nos debates, na organização e elaboração dos materiais da greve, foi um movimento dinâmico e de cunho político dentro da UFPE:

foram 84 dias, uma greve que foi um motivo de aprendizado grande de todos, era em termos pedagógicos, um movimento muito forte, que levou professores as ruas, as passeatas, quer dizer um material pedagógico muito grande, em termos de produção, de conhecimento, de articulações, e essa greve estava muito forte, em termos de também de Comitê de apoio a greve, criou-se todo um trabalho não diziam: “não vamos agora ficar só de braços cruzados, mas é uma greve de movimento, é uma greve de atividades”, então se faziam atividades, se discutiam, se traziam pessoas especialistas pra debater determinados temas, sempre tinham atividades entre os professores, até feijoada, se fazia uma festa quase, era a festa como se diz, pra preparar aquela feijoada, pra preparar não sei o quê, e pra preparar os pirulitos, os

cartazes, todo mundo, tudo muito manual, não é como hoje, que você vai manda fazer e já vem tudo prontinho, a gente fazia manualmente os cartazes, os pirulitos pra levar para as passeatas, roupa de papel crepom todo mundo vestido, com roupa de papel, de tnt, na pra cada um com suas cores, coisas assim que davam um movimento, era como se fosse uma festa dentro da própria atividade de greve, e mais uma festa com cunho político, isso foi muito interessante (LITHG, 2016).

A condução da greve era realizada pelo Comando de Greve. O mesmo tinha um papel fundamental, pois era a instância que coordenava as ações de greve e tomava as principais decisões sobre o movimento grevista local e nacional. O professor Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) explicita que era um trabalho denso para o comando nacional, porque exigia muita discussão em debates que avaliavam as assembleias realizadas nas ADs pelo país, e a partir disso, deliberavam as ações a serem tomadas pela categoria:

o Comando sempre foi a instância máxima da condução da greve, porque a gente fazia rodadas de Assembleias não é, então o governo sinalizava uma proposta, o governo sinalizava uma abertura, uma pauta, botava no papel, aí todo mundo fazia Assembleia, as Assembleias deliberavam mandavam pra o Comando, aí o Comando avaliava, olha tantas Assembleias decidiram isso, tantas decidiram aquilo, era uma dinâmica assim, um país deste tamanho com Universidade em todo o canto não é, você fazia 40, 50, 60 Assembleias, era uma dinâmica muito pesada, muito densa, muito debate, muita discussão (FERREIRA, 2018).

As ações do comando, muitas vezes questionadas pela própria categoria, possibilitavam uma riqueza de discussões, que indicava que a heterogeneidade de concepções político-pedagógico permeava o movimento docente. Entendemos, portanto, que aquela concepção de uma unicidade de objetivos, que se deu em torno do movimento de criação da Adufepe, começava a mostrar suas brechas.

Em seu texto “Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social”, Ernesto Laclau (1986) explicita que o fato dos sujeitos tecerem articulações não significa necessariamente que as posições estejam asseguradas, outras articulações podem acontecer, e conseqüentemente, outras práticas articulatórias:

não há nenhuma posição de sujeito cujas conexões com as outras posições possam ser permanentemente asseguradas; e, por conseqüência, não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias (LACLAU, 1986, p. 03).

Os questionamentos quanto à atuação do comando eram constantes na greve de 1984 na UFPE, apontando que os interesses individuais e as posições antagônicas começavam a

aparecer, mesmo que sutilmente. A professora Cecília Lithg (2016) comenta que nas assembleias da Adufepe havia muitos entraves quanto à atuação do comando de greve:

houve uma discussão muito grande interna, na Assembleia, as Assembleias duravam horas, então posições contrárias, antagônicas diferentes tinham, umas diziam: “O comando é sagrado, gente o que é isso? O comando é sagrado, como é que vocês vão de encontro ao Comando? A gente não pode ir de encontro ao Comando, eles sabem o que estão fazendo”, outros diziam: “Nós não somos boi, boiada”... professor não é boiada pra abrir portas e passar na porteira depois fecha, não é bem assim, a gente pensa com a cabeça (risos) aí a Diretoria teve que aceitar o que a base não aceitava, era alguns, não todos, alguns membros achavam uma loucura, dizia que parecia um descabro, parecia uma, como se diz assim, uma coisa de neurose, histeria, por essas palavras que usavam (LITHG, 2016).

A professora Cecília Lithg (2016) explica que o discurso era muito importante nesse momento. O exercício de escutar as diversas opiniões para se chegar a um consenso não era uma tarefa fácil, principalmente nesse momento que as opiniões se colocavam antagônicas. Segundo Ferreira (2011, p. 18), “Cada discurso, portanto, e cada posição no interior do discurso, constitui-se num jogo político de inclusão e exclusão de possibilidades figurados pela lógica de identificação e diferença conforme as diversas identidades e seus interesses distintos, constituintes do social”.

Na criação da Adufepe em 1979, existia uma dificuldade em escutar o outro porque era a primeira vez que os docentes da UFPE se reuniam para discutir questões referentes à universidade. Das quatro greves, as posturas e os discursos diferenciados fizeram da greve de 1984 a mais marcante; o que se sobressai não é a dificuldade em discutir coletivamente, mas em entrar num consenso sobre as diferentes opiniões postas. Cecília Lithg (2016) comenta que:

a greve de 84 essa foi a mais marcante, em termos dessas posturas diferenciadas, não só diferenciadas, mas que muitas vezes degladiavam em termos de um discurso que não era assimilado por todos como o melhor naquele momento, mas isso é próprio da democracia, se não, não seria democracia não é, (risos) um movimento que se pretende democrático tem que facilitar até que todos se expressem, digam o que pensam né, e não manipular, e não se deixar manipular, isso que é o mais bonito (LITHG, 2016).

As discussões também se davam em torno do discurso político-partidário dos docentes, principalmente dos diretores da Adufepe. Cecília Lithg (2016) comenta que a

Adufepe não era permeada explicitamente por ações de partidos políticos; nos debates se percebiam as posturas políticas, mas essas não tentavam instrumentalizar a Associação:

enquanto partido a ADUFEPE nunca foi partidarizada nesse sentido explícito da coisa, mas a gente sabia que tinha militantes de vários partidos ali dentro, tinha e tem certamente né... havia discussões que davam, se levavam a entender que havia posturas políticas, que muitas vezes não eram explícitas, mas que tava ali, cada um defendendo o seu pedaço, em termos de política partidária, é apesar disso, instrumentalizar a Associação nunca se conseguiu, acho que ninguém conseguiu instrumentalizar mesmo (LITHG, 2016).

A diretoria “Educação e Liberdade” era composta por alguns diretores que eram militantes de partido político, como por exemplo, o professor Paulo Rubem Santiago que era militante do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>64</sup>. Como vimos no capítulo 2, a trajetória de vida foi permeada pela militância no movimento estudantil, e em seguida ele foi um personagem muito importante na história do sindicalismo docente da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. Como presidente da Apenope (em 1979) trouxe novos encaminhamentos à Associação, baseados num sindicalismo combativo.

Dessa forma, na direção da Adufepe, Paulo Rubem Santiago Ferreira mostra seu perfil político, e junto com os professores Heitor Scalabrini e Hildeberto, que também eram militantes de partido político, trazem ações um pouco mais radicais. O vínculo partidário desses professores dinamizava a estrutura da Associação, pois as visões políticas traziam perspectivas que ultrapassavam aquela ideia de homogeneidade da Adufepe, que até então víamos, por exemplo, nas eleições para as diretorias. Sobre a Diretoria “Educação e Liberdade” Paulo Rubem Santiago (2018) comenta que

nós tínhamos uma Diretoria que não era unânime, nas estratégias, na dureza dos enfrentamentos, eu já era publicamente uma pessoa identificada como uma pessoa filiada ao PT, militante do PT, o Professor Heitor Scalabrini também, uma pessoa identificada, a Professora Heloísa não era, ela nunca foi militante do PT, filiada ao PT, acho que nunca foi, a Professora Lúcia Neves também não, Professor Antônio Montenegro também não, Professor Valença também não, Professor Hildeberto tinha, eu acho que nessa Diretoria nós tínhamos um pouco mais de aproximação, eu Heitor e Hildeberto, não é, mas não era um bloco contraditório, um bloco que se confrontasse com o restante da Diretoria, nós tínhamos uma visão, talvez uma visão, nós radicalizávamos um pouco mais, e acho que até em alguns momentos, o Professor Valença chegou a ter uma posição mais próxima a nossa, minha, de Heitor, de Hildeberto (FERREIRA, 2018).

---

<sup>64</sup> Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Disponível em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Apesar da dureza nos enfrentamentos, os professores Paulo Rubem Santiago, Heitor e Hildeberto mantinham boas relações com os outros dirigentes dessa quinta diretoria, não tentavam partidarizar a Associação, mas não deixavam de expor seus pontos de vista. Para Laclau (1986, p. 03), “devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas”. Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) explica que

nós não partidarizávamos a entidade, nem trazíamos uma orientação do Partido para as Assembleias, isso a gente nunca fez, sempre achou que não era por aí, mas nós nos assumíamos, e outras pessoas tinham receio de que isso pudesse levar a uma distorção, a uma manipulação, porque nós tínhamos à época um bom contingente de Professores que eram refratários a qualquer tipo de projeção partidária, a qualquer tipo de discussão partidária, eu havia disputado a primeira eleição de 1982, na primeira légua de candidatos do PT eu havia sido candidato a Deputado Federal, uma parte da Universidade sabia disso e talvez alguém fizesse a leitura, “Ah esse cara já é político, foi candidato, então está aqui, quer aparecer, tal, tal”, mas essas coisas eu nunca misturei, está entendendo? Estava na ADUFEPE, era a pauta a agenda da ADUFEPE, do ANDES, a pauta da categoria, mas não me furtava a me manifestar, a dizer, a debater, a discutir, enfim, mas assim, havia esse núcleo que aos poucos foi assim se aproximando mais, eu, Heitor, Hildeberto, mas depois Valença, mas a relação com Antônio Montenegro, com Lúcia, com Heloísa, era tranquila, era tranquila, eu sempre achei Lúcia assim mais pensadora, a Lúcia ponderava mais, ela sempre chamava assim a uma reflexão mais de fundo não é, nessa direção relações pessoais preservadas enfim, sem problema (FERREIRA, 2018).

Um dos momentos mais difíceis do movimento grevista em 1984 foi quando houve a suspensão dos salários dos docentes da UFPE. Diante disso, a tendência seria que o movimento enfraquecesse, que os grevistas perdessem o interesse em continuar com a greve. Todavia, uma grande estratégia foi montada para que esses docentes não fossem prejudicados, e que a greve perdurasse por mais tempo.

Segundo Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018), a Adufepe fez um convênio com a loja Pão de Açúcar, localizada na época na Avenida Caxangá, e emitiu vouches para que os docentes fizessem suas compras alimentícias. Foi realmente uma estratégia de sobrevivência em meio a um movimento que demandava a união da categoria:

nessa greve cortaram os nossos salários, e a ADUFEPE fez um convênio com o Pão-de-Açúcar ali da Avenida Caxangá, e foram emitidos vouches que nós Professores recebíamos pra ir lá fazer compras, fazer feira alimentícia, pra depois descontar quando retomássemos o pagamento, descontar dos salários, mas isso durou um tempinho, não lembro bem se uma semana, duas, três, mas eu lembro que fui lá fazer compras com vouches, esse convênio que a ADUFEPE fez com o Pão-de-Açúcar, porque num dado

momento cortaram os salários, suspenderam os salários com a greve, foi uma greve muito longa, foi a greve mais longa, posteriormente houve outra não é, mas foi uma greve muito longa, foi uma greve de muita mobilização no campus, muita mobilização fora do campus (FERREIRA, 2018).

Geralmente o final de uma greve é dotado de vários conflitos em torno do término ou não do movimento, do que vai ficar de saldo positivo e negativo para a categoria, das pressões internas e externas. Enfim, é uma gama de questões que envolvem a decisão pelo ponto final da greve. Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018) comenta sobre esse momento que

Não foi fácil, foi um final de muita exaustão, porque 90 dias de greve praticamente, é uma cansaça muito grande, a pressão dos alunos, a pressão da mídia, família, imagina quantas e quantas turmas à beira da formatura, já com tudo contratado pra fazer festa e diploma, e emprego, então a pressão foi ficando muito grande, muito grande, e como eu disse, não se chegou digamos assim a um processo mais amplo de vitória não é, ah foi uma greve 100% vitoriosa, não foi, foi uma greve dura, difícil, árida, sob pressão dentro da categoria, fora da categoria (FERREIRA, 2018).

Portanto, foi um movimento que começou forte, mas que no final foi enfraquecendo e perdendo espaço. As discussões no movimento grevista dos docentes universitários se tornaram mais densas e conflituosas, permeadas por decisões que já não estavam sendo tomadas em conjunto. Segundo a professora Cecília Lithg (2016), a greve de 1984 na UFPE teve um desfecho complicado, pois as bases não foram consultadas quanto ao término da greve:

a Presidente da ANDES que era chamada Maria José não sei de quê, foi a televisão e colocou pra todo o Brasil, a nível nacional, no Jornal Nacional, na televisão... praticamente acabando a greve, quer dizer havia uma decisão da do Comando Nacional de Greve, em termos de recuar, o movimento todo recuar, e formar uma Comissão de Auto nível, essa como uma proposta que eles acordaram lá em cima, sem a base, sem as bases das diferentes Associações tomarem conhecimento, eles já tinham decidido antes, decidiram à revelia de uma grande parte das Assembleias e com isso houve um momento muito que eu chamaria de traumático no movimento, quando se ouviu pela televisão praticamente o fim da greve em outras palavras, sem as bases terem sido consultadas pra isso, ao contrário, o que existia de informação é que o movimento estava muito forte a nível nacional e que estavam tentando negociar e tal, mas na verdade houve uma negociação lá em cima, e essa negociação não passou pra cá, e o pessoal daqui, e os professores de uma maneira geral nas Assembleias não só aqui, nos outros Estados também aconteceu isso, é não entendiam porque, que enfraquecimento foi esse, então foi um problema muito grande que trouxe repercussões desagradáveis para uma boa parte do movimento docente (LITHG, 2016)

A Diretoria da Adufepe por sua vez, ao término da greve, não foi palco de atritos entre os diretores. Segundo Paulo Rubem Santiago Ferreira (2018), uma diretoria que encarou uma greve de 84 dias cheia de desafios, mesmo com enfrentamentos mais radicais por parte de alguns diretores, não terminou com “rachaduras”:

nunca houve um racha na Diretoria, havia uma diferença talvez assim de calibre, de nível de radicalidade, de enfrentamento, a como conduzir o processo não é, nós conduzimos uma greve numa Universidade inteira em 84 dias não é, foi um desafio muito grande você ponderar, ouvir, amadurecer, não foi fácil, mas não foi uma Diretoria que terminou rachada, que terminou com nenhum tipo de animosidade, com nenhum tipo de atrito, a relação foi uma relação num contexto difícil, de visões diferentes (FERREIRA, 2018).

A Adufepe foi protagonista de várias ações dentro da UFPE nesses primeiros anos de atuação, de 1979 a 1984. As atividades realizadas por essa Associação foram o ponto de partida para democratização da Universidade e para a organização dos docentes universitários em torno de uma entidade que os representasse e lutasse pelos seus direitos. Sua criação representou um foco de resistência perante as ações autoritárias de reitorias submetidas ao regime militar.

O que nos intriga é entender até que ponto essas mobilizações em torno da Adufepe foram constituídas de uma natureza sindical. Outra questão também é entender se essas ações realizadas pela Adufepe no corte temporal estudado estão baseadas na perspectiva do Novo Sindicalismo. Diante disso, a seguir, trataremos algumas considerações em torno dessas questões.

#### **4.11 O movimento docente na UFPE fez parte do Novo Sindicalismo?**

Na década de 1970, conforme mostramos no capítulo 2, o Novo Sindicalismo emerge do ABC paulista por meio das ações dos trabalhadores operários. Através de novas práticas sindicais, que se afastavam das práticas sindicais anteriores, os trabalhadores realizaram um exercício de conscientização e mobilização nos seus locais de trabalho. Foi um movimento que partiu da base, isto é, do próprio trabalhador.

O Novo Sindicalismo nasce em meio ao regime militar, e atua concomitantemente num contexto de lutas pela redemocratização do país, e em prol da Abertura Política. Foi um movimento que rompeu com a subordinação que os sindicatos tinham ao Estado, combateu as diretorias imobilistas e pelegas, e apontou para uma luta mais ferrenha das categorias de trabalhadores.

Em Pernambuco, como mencionamos ainda no capítulo 2, no ano de 1979 eclode a greve dos docentes da Rede Estadual de Ensino, que é considerada como a entrada dos docentes pernambucanos no movimento Novo Sindicalismo. “Trabalhadores em movimento” é o termo utilizado por Ferreira (2012) para situar esse momento. Segundo ele, as greves urbanas ocorridas em 1979 em Pernambuco, baseadas no Novo Sindicalismo, foram importantes porque “mesmo tendo as suas entidades sindicais cerceadas, controladas, tomadas por ‘pelegos’, enfraquecidas, forçadas ao silêncio, os trabalhadores se puseram à luta, em favor de um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático” (FERREIRA, 2012, p. 268).

A greve de 1979 partiu das bases desse movimento docente, ou seja, dos próprios docentes, e não da então diretoria da Apenope. Esta Associação passou a representar os docentes da Rede Estadual de Ensino de uma maneira combativa frente às ações do Estado a partir de agosto de 1979, com a diretoria presidida pelo Professor Paulo Rubem Santiago.

Em meio a esse ambiente de lutas em Pernambuco, e ao movimento latente que emergia das universidades brasileiras, a Adufepe é criada em 1979, tendo nesse primeiro ano de atuação a sua consolidação. No ano seguinte, 1980, a Adufepe protagoniza a primeira greve dos docentes da UFPE, que segundo Ferreira (2012, p. 273) um dos aspectos mais importantes dessa greve foi o “desencadear de uma greve em uma atividade profissional que tradicionalmente era resistente à sindicalização”.

A resistência se dava porque, segundo Fantinatti (1998), o serviço público oferecia aos docentes universitários aposentadoria integral, licença-prêmio, estabilidade, dentre outros. Dessa forma, existia para Fantinatti (1998, p. 71) um “sentimento de autonomia no processo de trabalho”. No entanto, a desintegração do Milagre Econômico e o Arrocho Salarial geraram consequências drásticas na economia brasileira, o que levou à precariedade da educação brasileira, e, por conseguinte, das instituições de ensino superior, devido à falta de verbas.

A precária situação da UFPE motivou os docentes a organizarem uma paralisação com vistas à luta por melhores condições de trabalho no campus. A pauta da primeira greve da Adufepe em 1980 levava em consideração, segundo Ferreira (2012, p. 270), o “aumento salarial em 48%, a reestruturação da carreira do magistério e 12% do orçamento federal para a educação”, sendo o mote principal da greve a situação precária a qual a UFPE chegara.

Diante disso, percebemos que essa greve dos docentes da UFPE liderada pela Adufepe foi um movimento importante que marcou a história da Universidade por ser a primeira greve dos docentes desta instituição, assim como foi um marco na história do movimento docente

universitário em Pernambuco. Entretanto, foi um movimento tímido em relação aos movimentos combativos envolvidos pelo Novo Sindicalismo no ano anterior.

O próprio início da greve foi demarcado por incertezas e dúvidas, sendo realizadas reuniões com juristas para saber até que ponto a greve seria possível, e não prejudicaria os docentes, pois eram funcionários públicos, diferentemente do que aconteceu na Rede Estadual de Ensino, onde o movimento grevista partiu dos próprios docentes, que se mobilizaram para a luta sem preocupações com possíveis consequências. Silva (2014, p. 51) explicita que em 1979, no caso da greve dos docentes da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, houve a “realização de piquetes, acampamentos em frente à Secretaria de Educação (SEC), dentre outras ações”.

Dentre as ações dessa greve liderada pela Adufepe, o ato da retirada do lixo em 07 de outubro de 1980<sup>65</sup>, com vistas a sanar algumas deficiências da UFPE naquele momento, representa uma ação um tanto diferente das ações de outros trabalhadores envolvidos com o Novo Sindicalismo. As diferentes ações grevistas do movimento docente em Pernambuco demonstram que o movimento grevista da Adufepe até aqui se afastava do conceito do Novo Sindicalismo.

Em novembro de 1981, a Adufepe é protagonista da segunda greve dos docentes da UFPE. De acordo com Ferreira (2012, p. 301), a greve teve como pauta de reivindicações “reposição salarial de 45% (retroativo a março); reajustes semestrais; a destinação de 12% do orçamento federal para a educação e a participação de representantes de docentes na comissão mista que estuda os aumentos salariais”. Como estratégia de luta, a Adufepe realizou segundo Ferreira (2012, p. 301) “diversas palestras, conferências entre os professores e os alunos e a confecção de cartazes, faixas e outros materiais de divulgação”.

Um mês antes da deflagração da greve dos docentes da UFPE, houve uma ação grevista dos motoristas e cobradores de ônibus coletivos do Recife. Segundo Ferreira (2012, p. 299), esta categoria utilizou como estratégia grevista “paralisar o trânsito do centro do Recife. Para tanto, espalharam troncos de árvores pelo meio das ruas e esvaziaram e/ou furaram os pneus de diversos ônibus que passavam pela área”.

Por um lado, as ações dos docentes e dos motoristas em 1981 se aproximaram, pois tinham propósitos iguais, que era a luta em favor da categoria. Por outro lado, encaminharam ações diferentes, que se distanciavam umas das outras em relação ao nível de radicalidade. Se o Novo Sindicalismo tem como característica esse combate mais emblemático e ferrenho, as

---

<sup>65</sup> Por uma Universidade sem lixo. Boletim da Adufepe, Ano II. 07/10/1980.

ações grevistas dos motoristas e cobradores de ônibus do Recife estavam envolvidas por essas novas práticas sindicais, o que ainda não acontecia com o movimento docente da UFPE.

Em 1982, Ferreira (2012) explicita que ocorreram três greves urbanas em Pernambuco. A primeira delas foi a dos médicos residentes da UFPE, a segunda greve urbana foi liderada pela Adufepe e a terceira foi a dos funcionários da UFPE, na liderança da Asufepe. Os médicos residentes se organizaram em torno de um movimento que reivindicava melhores condições de atendimento aos pacientes, como também melhores condições de ensino nos Hospitais Universitários da UFPE. Apoiando o movimento dos médicos residentes, a Adufepe mobilizou os docentes, e houve a paralisação de 95% das atividades na UFPE.

Conforme Ferreira (2012, p. 305) na pauta da Adufepe estavam “reposição salarial de 23,8%, com efeito retroativo ao mês de maio; ...contratação de professores aprovados em concurso, abertura de novo processo seletivo para preenchimento de vagas... correção das distorções da carreira de magistério superior”. Foi uma greve que mobilizou os docentes a participarem de atos fora da Universidade, como por exemplo, a manifestação na Praça da Independência em 15 de dezembro de 1982, ato público que aconteceu em conjunto com o movimento dos funcionários da UFPE.

Outro ato público que aconteceu em conjunto com outras entidades sindicais foi a passeata de 23 de março de 1983, considerado Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial. Neste dia, a Adufepe e essas outras entidades sindicais discutiram as propostas contidas no Manifesto dos Trabalhadores à Nação. Ferreira (2012) assinala que a greve dos docentes da UFPE em 1982, “foi extremamente importante durante o período, pois, ao romper o cerco montado pelo regime civil-militar, iniciou uma profunda luta contra o arrocho salarial, pilar fundamental do projeto econômico da ditadura”.

A Adufepe, portanto, passa a se mobilizar e organizar ações em torno de lutas que levam em consideração a redemocratização do país. Nesse momento, o movimento docente na UFPE começa a tomar atitudes outras, que ainda não fazem parte da perspectiva do Novo Sindicalismo, mas que já assumem um caráter mais próximo dessas práticas sindicais.

O ano de 1984 foi marcado pelas lutas a favor das Diretas Já. Segundo Ferreira (2012, p. 350), “comícios e manifestações realizadas durante a campanha se confundiram com as diversas greves espalhadas pelo país”. Em Pernambuco, entre essas manifestações grevistas estavam o movimento dos motoristas da Região Metropolitana do Recife denominado de “seca-pneu”, as greves dos professores da Rede Particular de Ensino, dos médicos e residentes, e dos professores e servidores da UFPE.

A greve dos docentes universitários em 1984 teve uma amplitude nacional que atingiu de acordo com Ferreira (2012) “22 das 24 universidades federais brasileiras”. A greve liderada pela Adufepe, a mais longa entre as que aconteceram desde sua criação, durou 84 dias, inclusive, sendo considerada por Ferreira (2012) como a greve urbana mais longa que aconteceu em Pernambuco desde o surgimento do Novo Sindicalismo.

A pauta da greve de 1984 tinha como pontos de reivindicação, conforme Ferreira (2012, p. 358), “reposição salarial de 64,8% a partir do mês de janeiro; reajuste semestral de 100% no INPC a partir do mês de julho – piso salarial de três salários mínimos – e verbas para a educação”. Nesta greve, vários atos públicos, passeatas e manifestações foram realizados pela Adufepe. A Adufepe tinha como 1º Secretário de sua Diretoria, em 1984, o professor Paulo Rubem Santiago, que como vimos no capítulo 3, em 1979 mobilizou os docentes da Rede Estadual de Ensino para grande greve dos professores que marcou a entrada dos mesmos no Novo Sindicalismo, e em agosto participou da eleição da Apenope se tornando Presidente da mesma. São, portanto, novos encaminhamentos que a Adufepe passa a ter com uma liderança que vivenciou o movimento Novo Sindicalismo em Pernambuco.

Todavia, esse fato não significa que o movimento docente tenha passado a atuar na perspectiva do Novo Sindicalismo. Até porque, como vimos, a Adufepe foi se construindo nesses primeiros anos em outros formatos, que não em meio a combates radicais, como aconteceu com outras Associações que estavam envoltas do movimento Novo Sindicalismo. As próprias ações das greves da Adufepe demonstram esse distanciamento.

Respondendo à nossa proposição, que era entender até que ponto essas mobilizações em torno da Adufepe se constituíram de natureza sindical inserida no contexto do Novo Sindicalismo, acreditamos, portanto, que de maneira oposta à Apenope que estava envolta da discussão ferrenha do Novo Sindicalismo, a Adufepe se inseriu no contexto, mas não no movimento, nesse movimento mais combativo. Teve como interesses questões outras, que não se apegavam explicitamente à discussão do Novo Sindicalismo, mas que tinha nas suas ações um contexto emergente dessa nova prática de fazer sindicalismo.

O que caracteriza as ações da Adufepe, portanto, é uma maneira particular de fazer sindicalismo. Pois, a Associação apesar de ter sujeitos com identidades diferentes, e que são perpassados por diversas práticas que os subjetivam, congregaram interesses em torno da coletividade. A Adufepe é, portanto, protagonista de um movimento político - de 1979 a 1984 - que escapa de uma atuação sindical propriamente dita, como aquela encaminhada no terreno do Novo Sindicalismo, mas que conduz diversas ações com vistas à democratização do país e da UFPE

## 5 CONSIDERAÇÕES

Este trabalho tratou de apresentar a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco no contexto da Abertura Política. Analisamos dez importantes anos da história da UFPE, concomitantemente ao que acontecia no contexto nacional, sob uma perspectiva historiográfica. Percorremos um caminho que iniciou no processo de Abertura Política na UFPE em 1975, passou pela criação da Associação dos Docente da UFPE em 1979, tendo seu desfecho na quarta grande greve desta Associação em 1984.

Os encaminhamentos para tal investigação partiram da nossa problemática de pesquisa, que nos instigou a entendermos as relações e os impactos do movimento de Abertura Política na realidade da UFPE. Atrelado a isso, foi importante nos debruçarmos também em identificar quem foram os sujeitos que se articulam em torno da mobilização para a criação da Adufepe, e se essas mobilizações em torno da Adufepe se constituíram de natureza sindical inserida no contexto do Novo Sindicalismo.

No capítulo 2 identificamos que as relações e os impactos do movimento de Abertura Política na realidade da UFPE se efetivam a partir de meados da década de 1970, quando o regime ditatorial vai perdendo força, cedendo espaço para a Abertura Política. Na UFPE, a atitude do professor Geraldo Gomes, de desafiar o órgão de segurança da Ditadura Civil-Militar, levando à Justiça a não convocação para o concurso ao qual passou em primeiro lugar, foi o ponto de partida do processo de Abertura Política nesta Universidade. Pois, desafiar um órgão de segurança do regime apontou para a possibilidade de contestar as ações autoritárias da reitoria da UFPE, que eram consubstanciadas no regime, e mais ainda, demonstrou a confiança no Estado democrático de direito.

A transição do regime ditatorial para o regime democrático vai sendo conquistada aos poucos, por meio das lutas de vários sujeitos, que buscavam alternativas para mobilizações pelo país, em torno desse objetivo. O movimento dos operários do ABC paulista emerge envolvido por um sindicalismo que renascia com práticas mais combativas, que partia dos próprios trabalhadores, e que denominou um conjunto de ações chamado de Novo Sindicalismo. Essa nova forma de fazer sindicalismo vai se espalhando pelo país, e chega a Pernambuco, influenciando, principalmente, o movimento docente da Rede Estadual de Ensino.

Neste período, o movimento docente universitário também vai (re)nascendo nas universidades brasileiras por meio da criação das Associações Docentes. O movimento latente

nas instituições de ensino superior foi sendo afirmado pela necessidade de os docentes universitários terem uma entidade que os representasse, lutasse pelos seus direitos e por uma Universidade de qualidade. No caso da UFPE, a criação da Adufepe demarcou a abertura de um espaço democrático, onde os docentes puderam discutir as questões referentes à Universidade e articular ações em torno da melhoria desta instituição.

No capítulo 3 verificamos que os sujeitos que se mobilizaram para a formação da Adufepe são os docentes que tinham uma bagagem consistente de vivências e experiências na militância em movimentos sociais. Os contatos estabelecidos durante a formação acadêmica foram de extrema importância para uma formação desses sujeitos, pois ampliou a sensibilidade social, possibilitando uma formação que ia para além das paredes do espaço universitário.

Apontamos que a UFPE, desde 1964, tinha passado por reitorados oligárquicos e autoritários, tendo nas articulações e ações desse grupo de docentes que se mobilizaram em torno da criação da Associação dos Docentes da UFPE um ponto de partida para transformação dessa Universidade em um espaço democrático. A mobilização em torno da criação da Adufepe partiu de sujeitos que refletiam a Universidade desde o período de estudantes, e que tiveram a oportunidade, enquanto docentes, de lutar por uma UFPE democrática.

No capítulo 4 investigamos as articulações e estratégias utilizadas pelos docentes da UFPE para a criação da Adufepe, e pontuamos que esta Associação é fundada apesar da heterogeneidade de interesses, e se efetiva pela unicidade de intenções dos docentes da UFPE, que nesse momento entendiam a necessidade da organização da categoria. Não é à toa que as chapas que formam as cinco primeiras Diretorias - “Consolidação”, “Universidade Crítica”, “Reestruturando”, “Democracia e luta” e “Educação e liberdade” - concorrem aos processos eleitorais sozinhas, recebendo, de uma maneira geral, o apoio de todos os associados.

As cinco primeiras diretorias tiveram um papel fundamental de solidificar a Associação na UFPE. Cada diretoria contribuiu decisivamente para as conquistas da Associação. Os diretores exerceram um papel muito importante de organizar a Associação, deliberando as ações a serem tomadas a partir das reuniões e assembleias. A dedicação à Associação fez desses sujeitos os precursores do movimento docente universitário em Pernambuco, que marcou a história da UFPE e da Adufepe.

Ainda neste capítulo analisamos que essas mobilizações em torno da Adufepe não se constituíram de natureza sindical inserida no contexto do chamado Novo Sindicalismo. Assinalamos que a Adufepe é criada em 1979 e permanece até 1984 com ações que se

distanciavam da perspectiva do Novo Sindicalismo. A Adufepe trouxe no bojo do movimento uma forma singular de fazer sindicalismo, que não fazia parte do que se considerou como “Velho Sindicalismo”, nem como “Novo Sindicalismo”, mas que ficou numa fronteira particular de lutas.

Concluimos que nesses cinco primeiros anos de atuação da Adufepe, 1979 a 1984, inúmeros avanços ocorreram na UFPE. Aos poucos, mesmo com o regime militar, os docentes foram conquistando direitos que haviam sido reprimidos por uma Ditadura que impunha o autoritarismo no campus universitário, assim como por gestões oligárquicas que limitavam a participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios da UFPE.

A criação da Adufepe melhorou as inter-relações entre os docentes e ampliou as redes de contatos entre eles. Os docentes da UFPE passaram a conviver mais de perto, aprenderam a discutir em conjunto, a saber escutar o outro, e a respeitar os pontos de vista independente das concepções político-pedagógicas ali presentes. As discussões nas reuniões e assembleias foram importantes para que os mesmos pudessem se expressar e colocar em debate seus anseios, preocupações, questionamentos e sugestões em torno de questões referentes à Universidade.

A Adufepe possibilitou uma nova maneira de ser e estar na profissão, pois instigou os docentes da UFPE a participarem de um movimento em prol das lutas em defesa da categoria, uma categoria que se uniu nacionalmente em torno da criação de uma entidade que os representasse, demonstrando a força das Associações docentes, que promoveram a criação da Associação Nacional em 1981, mesmo em meio a um regime militar repressor e autoritário.

A participação dos docentes da UFPE na Adufepe foi significativa. Pois, apesar das diferentes concepções que moldaram suas formações e identidades, vemos posições de sujeito se articulando e ocupando o mesmo espaço. São docentes que são perpassados por novas práticas que os subjetivam, e os fazem tecer outros elementos articulatórios no bojo do movimento docente.

As lutas da Adufepe representaram um enorme esforço em redemocratizar a UFPE. Um esforço decisivo, que através de ações pensadas e refletidas em conjunto, contribuíram para a efetivação das propostas lançadas pelo movimento docente. Lutas que desencadearam a consolidação de um movimento forte, em defesa dos docentes e de uma Universidade democrática, e que possibilitou uma maior participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios na UFPE, como aconteceu nas eleições diretas para reitor da UFPE em 1983.

A cada greve liderada pela Adufepe ampliavam-se os pontos das pautas, promovendo novas discussões em torno do trabalho docente. Dessa forma, o movimento não só crescia, como amadurecia, e ganhava novas alianças com outras entidades sindicais, que passaram a articular ações em conjunto. O movimento docente ampliou as possibilidades de atuação da Adufepe para além da Universidade, a Associação pôde fazer parte de lutas relacionadas ao Arrocho Salarial e pela campanha das Diretas Já.

No percurso desta pesquisa encontramos alguns embaraços como dificuldade na realização do levantamento da fonte oral (entrevistas) decorrente da agenda de alguns docentes que seriam entrevistados, implicando, em alguns casos, em remarcações sucessivas, e, por conseguinte, no atraso das transcrições. Outra questão recorrente foi a condição precária dos acervos documentais e almoxarifados das instâncias da UFPE, tais como a própria Adufepe, os Departamentos e Centros, que por não terem seus acervos guardados de maneira organizada desencadeou um maior tempo de levantamento de fontes documentais.

A discussão aqui proposta, acerca da criação da Adufepe no período de Abertura Política, pode ser ampliada. Algumas lacunas nesta proposição historiográfica ficaram abertas e necessitam ser preenchidas. Dentre tantas possibilidades, nossa proposta pode ser incrementada com mais entrevistas, inclusive com sujeitos que fizeram parte da comunidade acadêmica na época, como os docentes que não fizeram parte das diretorias, estudantes, funcionários ou pessoas ligadas à reitoria.

Podemos ampliar também o aspecto temporal até a promulgação da Constituição de 1988, momento em que se consolidou a transição para o regime democrático. Outra questão é investigar quando as eleições para a diretoria da Adufepe passam a ter chapas concorrentes, ou em que momento as diretorias saem do campo das ações baseadas na homogeneidade para a heterogeneidade de objetivos.

Diante do exposto neste trabalho, o que fica de aprendizado é que a construção do texto historiográfico requer de seu autor uma certa sensibilidade aos registros históricos. Trazer elementos para compor a criação e atuação de uma Associação de Docentes universitários não foi uma tarefa fácil. As impossibilidades encontradas durante esse percurso serviram de combustível para que a tarefa fosse concluída.

Finalizo o texto com a sensação do dever cumprido, e mais ainda com a emoção de ter conseguido contribuir com a Universidade, com o Programa de Pós-Graduação ao qual fiz parte nesses dois anos, e com a Adufepe que acolheu o meu trabalho, e principalmente que foi o meu objeto de estudo. Foi uma relação recíproca, ao mesmo tempo em que dela eu tirei conhecimento, a ela retorno esse conhecimento.

Desejo regressar a este espaço acadêmico com a ânsia de trilhar novos percursos investigativos a partir desse objeto de estudo, e a partir dele, construir novos conhecimentos fundamentais ao entendimento da história da UFPE, da Adufepe e do movimento docente universitário em Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Propósitos de Universidade**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

ANDRADE, Marluce Souza de. **Organização Docente, o Sindicato como espaço de Formação**. XII Congresso Nacional de Educação, PUC Paraná, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

BARRETO, Luiz de Gonzaga Braga. **Universidade do Recife: perfil das unidades do ano de 1946**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A reforma do Estado, a reforma da Universidade e o movimento docente: resistência e embate de projetos**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

BLAVATTI, Vania Tanira. **Sindicalismo docente e modos de subjetivação na contemporaneidade**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo, 2006.

CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo: um arquiteto racionalista italiano em Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **Para ler Bourdieu**. In: 7º Curso de Extensão do Instituto Ricardo Brennand. 2013.

COSTA, Luís César; MELLO, Leonel Itaussu. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

CUNHA, Caroline de Souza. **Seção Sindical APRUMA/ANDES/SN – Sindicato Nacional: uma análise sócio-histórica de suas bandeiras e lutas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação?) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CUNHA, A.; GOÉS, M. **O golpe na educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajetória do movimento docente do Ensino Superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

EDUERJ. 2000. In: LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, ISBN 978-85-65957-00-7, 2012.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **Sindicalismo de Classe Média e Meritocracia: o Movimento Docente na Universidade pública**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FARIAS, Cassiana Maria; SILVA, André Gustavo Ferreira da; SILVA, Thalita Grazielly. Entrebrechas e vagas noturnas: memórias de educadoras em Recife nos anos ditatoriais de 1964 a 1977. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 51-78, abril/junho 2016.

FERREIRA, Fábio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n 127. Ano XI – ISSN 1519-6186, Dezembro, 2011.

FERREIRA, Rafael Leite. **O novo sindicalismo urbano em Pernambuco (1979-1984):** entre mudanças e permanências. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; CHEIBUB, José Antônio Borges. A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem Disse o Quê, Quando — inventário de um debate. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 14, pp. 29-61, 2.º Semestre 1982.

FILHO, Adilson José. **Poder local, Educação e Cultura em Pernambuco**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

FILHO, Daniel Aarão Reis. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. Texto publicado no Jornal da Tarde, São Paulo, 28 ago. 1999. P. 3. In: TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

GALVÃO, Marisa Nunes. **Sindicalismo e Universidade – Trabalho, Ciência e Democracia na construção do movimento sindical nas universidades estaduais paulistas**. 1995. Dissertação (Mestrado em que) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIAMBIAGI, Fabio; VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221–246, Abr-Jun 2008.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)**. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GRANZOTTO, Tânia Maria. **Movimento de Funcionários e Docentes da UNICAMP entre 1978 e 2000**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GRANZOTTO, Tânia Maria. **O movimento sindical na Academia: o caso das Universidades Estaduais Paulistas**. 201. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KINZO, Maria Dalva G. A Democratização Brasileira um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974-1984)**. 2010. Dissertação (Mestrado em que) - ICH, UFJF, Juiz de Fora, 2010.

LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1986.

LIMA, Claudete Veiga de. **A trajetória do movimento e da participação: a origem da organização sindical na Educação**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração Pública, 1999.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, ISBN 978-85-65957-00-7, 2012.

LITHG, Maria Cecília Coêlho. **Convencer/Vencer: a dimensão pedagógica do movimento docente na UFPE**. Recife: ADUFEPE/Ed. Universitária da UFPE, 1989.

MANGABEIRA, Wilma. **Os dilemas no novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1993.

MANSAN, Jaime Valim. **Subversivos Ditadura, Controle Social e Educação Superior no Brasil (1964-1988)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2006.

MARQUES, Ruy João. **Uma Universidade e seus Reitores**. Secretaria Geral de Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE, Recife, 1981.

MARTINS, Lucinéia Scremin. **A identidade política dos professores das Universidades públicas federais e as transformações no mundo do trabalho**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiana, 2009.

MATHÍAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O projeto militar: 1973-1979**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. O Serviço Nacional de Informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967). **Revista Crítica Histórica**, Maceió, Ano V, nº 10, dezembro/2014.

NASCIMENTO, Luciano Cavalcanti do. **Sindicalismo e Educação: um estudo do debate educacional no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (1990-1994)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - CE/UFPE, Recife, 1996.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Intelectuais e Sindicalismo no Brasil: História e Memória – Um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 17-35, 2010.

PAIM, Glauce; SILVEIRA, Alex. Reforma Universitária: a Política Educacional Brasileira do Governo Castelo Branco a Costa e Silva (1964-1969). **Cadernos FAPA**, Porto Alegre, n. 2 – 2º sem. 2005.

PEREIRA, Célia Maria da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

PERRUSI, Gadiel. Um projeto oligárquico-liberal de Universidade - notas para uma história da UFPE. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 2 a 2, p. 505-520, jul., dez., 1986.

PHILLIPIS, B. S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional - RHBN**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 83, 2012.

REIS, Palhares Moreira. **A Universidade do Recife**. UFPE: Biblioteca Central, 1959.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SALLES, Moacyr; STAMPA, Inêz. Ditadura Militar e Trabalho Docente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 14, número 23, 2016. Disponível em: [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario)

SANTOS, Alessandra Maria dos; SILVA, André Gustavo Ferreira da. Os signos da história: o caso do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife. In: FILHO, Adilson José. **Poder local, Educação e Cultura em Pernambuco**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SANTOS, Ana Cláudia de Araújo. **Aspectos Memorais existentes nos Retratos dos Reitores da Universidade do Recife/Federal de Pernambuco (1946 - 1971)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife – 1946-1959**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS, Patrícia Targino Melo. **Espaço representacional do sindicalismo docente nas Universidades**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge et. al. **O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Francisco José Gomes da. **Fundamentos Constitucionais e Normativos da organização sindical do Magistério Superior no Brasil**: ANDES – SN. Universidade de Fortaleza, 2010.

SILVA, Max Rodolfo Roque da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o Novo Sindicalismo e a formação do SINTEPE**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SIQUEIRA, Jorge Antônio. Apresentação. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOARES, Thiago Nunes. Como eles agiam: a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão ao Movimento Estudantil em Recife nas décadas de 1970/80. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, **Anais...** 2015.

TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

WAGNER, Maria Nazaré. **O Movimento Trabalhista na UFSC sob a luz do Novo Sindicalismo no Brasil: a experiência dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFSC**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ZANETTI, Lorenzo. **O “Novo” no Sindicalismo Brasileiro: características, impasses e desafios**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

#### Fonte Documental:

ADUFEPE. Associação dos Docentes da UFPE. **Boletim Informativo Nº 1**. Julho de 1979.

ADUFEPE. **Ata da Assembleia de Fundação da Associação de Docentes da UFPE – 1979**.

ADUFEPE. **Atas de Posse da Associação de Docentes da UFPE – 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984**. Recife, 2003.

ADUFEPE. Associação dos Docentes da UFPE. **Boletim Informativo – Ano I, Nº 3**. Novembro de 1979.

ADUFEPE. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Boletim Informativo, Ano II, Nº 7**. 1980.

ADUFEPE. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Boletim Informativo, Ano III, Nº 1**. Abril de 1981.

ADUFEPE. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Boletim Informativo, Ano IV, Nº 19**. Setembro/Octubre de 1982.

AESI/ASI/SNI – INFORMAÇÃO Nº 52/78 e DSI/MEC – INFORMAÇÃO Nº 54/78. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984. Disponível na Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional.

JORNAL UNIVERSITÁRIO DA UFPE. 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Secretaria dos órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. **Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife**. Recife, 1964.

Fonte Oral:

COSTA, José Audísio. **JOSÉ AUDÍSIO COSTA**: depoimento [dez.2016]. Entrevistadores: André Gustavo Ferreira da Silva e Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2016.

FERREIRA, Paulo Rubem Santiago. **PAULO RUBEM SANTIAGO FERREIRA**: depoimento [abr.2018]. Entrevistadora: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2018.

FURTADO, André. **ANDRÉ FREIRE FURTADO**: depoimento [ago.2017]. Entrevistadora: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2017.

LITHG, Maria Cecília. **MARIA CECÍLIA CÔELHO LITHG**: depoimento [out.2016]. Entrevistadora: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2016.

NETO, José Batista. **JOSÉ BATISTA NETO**: depoimento [jul.2018]. Entrevistadores: André Gustavo Ferreira da Silva e Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2018.

PERRUSI, Gadiel. **GADIEL PERRUSI**: depoimento [out.2016]. Entrevistadora: Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2016.

WEBER, Silke. **SILKE WEBER**: depoimento [abr.2018]. Entrevistadores: André Gustavo Ferreira da Silva e Laudyslaine Natali Silvestre de Moura. Recife: PE, 2018.